CRISTINA PALOSCHI UCHÔA DE OLIVEIRA

OBSERVANDO A IMPRENSA PELO CASO

MENSALÃO:

**JOAQUIM BARBOSA, ZÉ DIRCEU E A CONSTRUÇÃO
DE PERSONAGENS EM JORNALISMO**

PPGCOM-ECA-USP

São Paulo/2016

CRISTINA PALOSCHI UCHÔA DE OLIVEIRA

**OBSERVANDO A IMPRENSA PELO CASO MENSALÃO:
JOAQUIM BARBOSA, ZÉ DIRCEU E A CONSTRUÇÃO DE
PERSONAGENS EM JORNALISMO**

Dissertação – Nível Mestrado – apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

Área de concentração: Estudo dos meios e da produção mediática

Orientador: Prof. Dr. Luciano Victor Barros Maluly

PPGCOM-ECA-USP

São Paulo/2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

Dados fornecidos pela autora

Oliveira, Cristina Paloschi Uchôa de

Observando a imprensa pelo caso Mensalão: Joaquim Barbosa, Zé Dirceu e a construção de personagens em jornalismo / Cristina Paloschi Uchôa de Oliveira. -- São Paulo: C. P. U. Oliveira, 2016.

145 p.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação - Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.

Orientador: Luciano Victor Barros Maluly

Bibliografia

1. Mensalão 2. Observatório da Imprensa 3. Personagens em jornalismo I. Maluly, Luciano Victor Barros II. Título: Observando a imprensa pelo caso Mensalão.

CDD 21.ed. – 070

Nome: OLIVEIRA, Cristina Paloschi Uchôa de

Título: Observando a imprensa pelo caso Mensalão: Joaquim Barbosa, Zé Dirceu e a construção de personagens em jornalismo

Dissertação – Nível Mestrado – apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

Área de concentração: Estudo dos meios e da produção mediática

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luciano Victor Barros Maluly

Instituição: ECA-USP

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

*A todas e todos que acreditam no poder
da participação, do controle social e da
construção coletiva da democracia.*

AGRADECIMENTOS

Não seria possível realizar este trabalho sem a compreensão, a colaboração e o incentivo de todas as pessoas que fizeram parte dessa caminhada (também conhecida como vida) nos últimos anos. Busco lembrar, no entanto, nomes de quem teve uma contribuição mais direta para esse projeto, antecipando um pedido de desculpas àqueles que não estão aqui indicados.

Ao Orientador, Prof. Dr. Luciano Victor Barros Maluly, pela paciência, compreensão e encorajamento nessa jornada. A Luiz Egypto, Luís Mauro de Sá Martino e Mônica Martinez, pelas entrevistas concedidas para esta pesquisa. Aos docentes do PPGCOM da ECA-USP, especialmente Clarissa Gagliardi, Eugênio Bucci, Heloiza Matos e Nobre e Maria Cristina Castilho Costa, que tive a honra de ter como Professores em disciplinas do programa.

Às e aos colegas de pós Anna Flávia Feldmann, Carlos Padeiro, Carlos Tavares, Esmeralda Villegas Uribe, Karina Yamamoto, Leandra Silva, Leonardo Feder, Patrícia Gil e Vivian Fernandes, pela troca de ideias e sugestões de leituras, pelas atividades coletivas, pelos grupos de estudo e pela animação.

A Maurício Ayer e Marcelo Gutierrez, pelas revisões do trabalho na fase de qualificação e na fase de finalização, respectivamente, além da amizade.

Alderon Costa e Luciana Zaffalon, Ouvidor e Ouvidora-Geral da Defensoria Pública de SP em diferentes tempos, que, como chefes, confiaram que era possível conciliar a seriedade no trabalho com a dedicação a um projeto acadêmico. Diego Souza, Elio Okazaki, Fabiana Borin, Fernanda Euflauzino, Karoline Lopes, Marina Cristina Salerno, Pacelli Bastos, Paulo César Malvezzi Filho, Priscila Rodrigues, Rachel Taveira, Renato Domingos Jr., Suelen Narriman e Roberto Santos, colegas de equipe de Ouvidoria que seguraram a bronca na época de cursar as disciplinas. Mariana Chies e Pedro Davoglio, que chegaram depois, participando de tudo com um entusiasmo surpreendente. Todas essas pessoas, somadas ao Conselho Consultivo da Ouvidoria da Defensoria, foram essenciais para vivenciar de forma intensa o desafio de implementar um projeto de controle social externo na prática e compreender sua essência, que dá um sentido maior a esta pesquisa.

A Marina Dias, especialmente, e a Andre Kehdi, Augusto de Arruda Botelho, Carolina Diniz, Flavia Rahal, Hugo Leonardo, Isadora Fingerhann, Janaina Gallo, Ludmila Groch, Marcela Moreira, Marcelo Feller, Renata Mariz, Patrícia Gois e Thiago Anastácio, que no Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD) acreditaram que era possível atuar em um projeto como o Olhar Crítico, para encorajar outra visão sobre a cobertura jornalística de casos criminais. Ao

Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRim), que também acreditou na ideia, assim como a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji).

A Marcelo Furtado e todos os atuais colegas de trabalho, pelo apoio na reta final.

Aos amigos e parceiros que inspiram, como Carlos Eduardo Dullo, Carolina Lopes, Debora Firmiano, Eduardo Peterle, Giane Silvestre, Juliana Barroso, Lilian Romão, Nicolau Soares, Paulo Lima e Susana Sarmiento. Às amigas de qualquer tempo Denise Conselheiro, Paula Knudsen e Roberta Zouain. Às amigas de sempre Claudia Costa Duggan, Jimmy Lee, Maryane Sakai e Thalita Vani.

A toda a minha família, com uma homenagem à memória de meu avô Égas de Oliveira e minha avó Izaura Cordioli Paloschi, inspirações para a perseverança e para a fé inesgotável no caminho do conhecimento.

Aos meus pais, Maria Otília e Jorge, por tudo.

E ao meu grande companheiro de todas as horas, conselheiro, revisor, crítico benevolente e marido, Glauco, por todo amor.

A vida é uma ópera e uma grande ópera.
O tenor e o barítono lutam pelo soprano,
em presença do baixo e dos comprimirás,
quando não são o soprano e o contralto
que lutam pelo tenor, em presença do
mesmo baixo e dos mesmos comprimirás.
Há coros a numerosos, muitos bailados, e
a orquestração é excelente...

Marcolini,
personagem incidental
de “Dom Casmurro”
(Machado de Assis)

RESUMO

OLIVEIRA, Cristina Paloschi Uchôa de. **Observando a imprensa pelo caso Mensalão:** Joaquim Barbosa, Zé Dirceu e a construção de personagens em jornalismo. 2016. Dissertação de Mestrado - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Esta dissertação é um estudo sobre a construção do relato jornalístico sobre os acontecimentos que compuseram o escândalo conhecido amplamente como Mensalão. O trabalho reúne amostragem de materiais publicados no site *Observatório da Imprensa* após a incidência da cobertura jornalística a respeito das investigações e julgamentos que marcaram o andamento dos procedimentos jurídicos oficiais relacionados às acusações. O objetivo da pesquisa é identificar as formas com as quais se faz a construção de uma agenda de crítica que fixa o relato já elaborado na cobertura primária, delineando personagens e seus traços para protagonizar e ilustrar os fatos jurídico-políticos relatados. Pode-se verificar que é bastante comum o uso de adjetivos, expressões e passagens de histórias de vida para caracterizar e reforçar a construção de personagens na prática de crítica de mídia.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; Mensalão; *Observatório da Imprensa*; Política; Supremo Tribunal Federal.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Cristina Paloschi Uchôa de Oliveira. **Monitoring the press through the Mensalão case:** Joaquim Barbosa, Zé Dirceu and the building process of characters in journalism practices. (Master's Degree) Dissertation - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

This is a study on the building process of journalistic reporting about the events related to the Brazilian political scandal widely known as *Mensalão*. It's a research that combines sampling materials published in the *Monitoring the Press (Observatório da Imprensa)* website after the impact of media coverage regarding the investigations and trials that marked the progress of the official legal procedures related to the charges. The objective of the research is to identify the ways in which a critical agenda was built to set the stories already showed in primary coverage, delineating characters and their traits to illustrate the legal and political facts reported. It's possible to see that it is quite common to use adjectives, expressions and storytelling elements to stress some characters' personalities in media criticism practice.

KEYWORDS: Journalism; Characters; Monitoring the Press; Politics; Brazil Supreme Court.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Quantidade de matérias publicadas no site <i>Observatório da Imprensa</i> por ano	24
Quadro 2 – Análise das edições de <i>Folha de S.Paulo</i> e <i>O Estado de São Paulo</i> de 29 de agosto de 2007	53
Quadro 3 – Análise das edições de <i>Folha de S.Paulo</i> e <i>O Estado de São Paulo</i> de 3 de agosto de 2012	54
Quadro 4 – Termos e expressões usadas em textos do <i>corpus</i> que mencionam apenas Joaquim Barbosa ou somente José Dirceu	63
Quadro 5 – Termos e expressões usadas em textos do <i>corpus</i> que mencionam ambos os nomes: contraste	63

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A – Lista das 100 matérias resultantes da busca no site *Observatório da Imprensa* com o termo Mensalão

APÊNDICE B – Lista das matérias que mencionam Zé Dirceu e/ou Joaquim Barbosa dentre as 100 resultantes da busca no site *Observatório da Imprensa*

APÊNDICE C – Quadro final de matérias selecionadas para o *corpus*, com análise

LISTA DE ANEXOS

Parte I – Matérias selecionadas para o *corpus* contendo apenas o nome de Joaquim Barbosa

ANEXO A – Rastreamento de dinheiro leva ao ninho tucano (CASTRO, 2007)

ANEXO B – A crônica de uma injustiça (ARAUJO, 2012)

ANEXO C – Livros reconstituem processo do Mensalão (PULS, 2013)

ANEXO D – A conjuntura política e o papel da grande mídia (LADEIRA, 2014)

Parte II – Matérias selecionadas para o *corpus* contendo apenas o nome de José Dirceu

ANEXO E – Chinaglia, Aldo e o “Mensalão” (MALIN, 2007)

ANEXO F – Mensalão como paradigma da complexidade informativa (CASTILHO, 2012)

ANEXO G – A caretece do noticiário; (MALIN, 2013)

ANEXO H – A prisão de José Dirceu e a crise de representação do PT (GAMA e GERVÁSIO, 2015)

Parte III – Matérias selecionadas para o *corpus* contendo ambos os nomes

ANEXO I – Supremo julgou Mensalão sob pressão da mídia, diz ministro (MAGALHÃES, 2007)

ANEXO J – Imprensa teve papel central no processo do Mensalão (BEZERRA, 2013)

ANEXO K – Novas palavras do Mensalão (SILVA, 2012)

ANEXO L – Cobertura personificada e legalista da corrupção política (ARAÚJO, 2014)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. PERSONAGENS E JORNALISMO	25
2.1. Perfil jornalístico	27
2.2. Visão de especialistas sobre a construção de personagens em jornalismo	30
2.3. Formas de construção de personagens e agendamento em jornalismo	34
2.4. Personagens do Mensalão	36
3: OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA: características e histórico	38
3.1. Crítica externa, comunicação pública e construção de memória	41
3.2. <i>Observatório da Imprensa</i> e cobertura do Mensalão	45
4: ANÁLISE: <i>Observatório da Imprensa</i> e Mensalão	49
4.1. Contexto do Mensalão: estudo preliminar dos jornais <i>Folha de S.Paulo</i> e <i>O Estado de São Paulo</i> e identificação de personagens	50
4.2. Joaquim Barbosa e Zé Dirceu no <i>Observatório da Imprensa</i>	54
4.3. Análise crítica do caso Mensalão no <i>Observatório da Imprensa</i>	62
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS	67
APÊNDICES	74
ANEXOS	93

1. INTRODUÇÃO

A partir de uma entrevista, concedida ao jornal *Folha de S.Paulo*, publicada numa segunda-feira, 6 de junho de 2005 (LO PRETE, 2005, p. A-4), o então deputado federal Roberto Jefferson, eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), verbalizava em esfera pública pela primeira vez um termo que passaria a fazer parte do repertório político, jornalístico e cultural do país para sempre. Era o chamado Mensalão, tema desta dissertação de mestrado.

A fala do deputado à repórter Renata Lo Prete trazia uma denúncia: o Governo Federal, por meio de um esquema engenhoso operado de dentro do gabinete da Casa Civil, pagava parlamentares para que votassem favoravelmente às pautas da agenda prioritária do Poder Executivo.

Mobilizaram-se todos os mecanismos de fiscalização existentes. Comissão Parlamentar de Inquérito, aparatos policiais, Ministério Público e, enfim, o Supremo Tribunal Federal. Teve início uma infinidade de ritos e procedimentos, envolvendo um número então recorde de pessoas investigadas, acusadas e julgadas, e muitas delas, condenadas.

Em sua grande maioria, tratava-se de pessoas públicas, notórias ou notáveis, que haviam alcançado maior renome ao caminhar com o Partido dos Trabalhadores pela primeira vez ao topo das instituições políticas do país. Assumiram o Governo Federal e, além disso, construíram uma forte base parlamentar.

Tinham em seu currículo a injusta eleição perdida em 1989 para Fernando Collor de Melo. Aquela disputada campanha eleitoral ficara marcada, na reta final, pela edição tendenciosa do último debate entre os dois candidatos que concorriam no segundo turno, em seguida de um último programa eleitoral, em que eram reveladas de forma descontextualizada situações da vida particular do candidato Luiz Inácio Lula da Silva. Foi favorecida assim a vitória de Collor (SANTA RITA, 2001, p. 96).

Collor mais tarde assumiria o papel de grande vilão da história contemporânea do país, em um mandato interrompido por um escândalo político de repercussão sem precedentes, iniciado a partir de entrevistas à imprensa, concedidas pelo irmão do Presidente, Pedro Collor de Melo, à revista VEJA, semanal impresso de maior circulação no país (CONTI, 1999, p. 412).

Curioso ciclo, mas não original. A relação do jornalismo com escândalos políticos está longe de ser novidade. E o ciclo de notícias no caso do Mensalão não foge a essa lógica.

No entanto, a observação do fenômeno do Mensalão tem relevância especial, devido à intensidade do impacto dos episódios políticos nas demais esferas do Estado. E no jornalismo? Sua repercussão institucional foi inédita, com o avanço e a sofisticação dos sistemas jurídicos acionados, chegando ao maior julgamento já visto – até o momento – na corte mais alta do país, com 38 réus em um mesmo processo criminal.

A mobilização do aparato dos meios de comunicação da área jornalística foi algo sem precedentes: só durante o julgamento, repórteres de dezenas de jornais, revistas e sites, bem como de diversas emissoras de televisão, revezavam em plantões para acompanhar três sessões plenárias por semana no Supremo Tribunal Federal, em Brasília, deparando-se com a necessidade de entender e esclarecer termos jurídicos específicos do Direito Penal.

Colocava-se assim um desafio para o jornalismo brasileiro: como compreender e relatar ao público os desdobramentos e os significados de um volume inestimável de documentos, depoimentos, procedimentos, provas, argumentos, contra-argumentos, regras, teorias jurídicas e outros tantos artifícios do universo da justiça criminal? E, ainda, como navegar em meio a tantos procedimentos sem perder de vista a definição de um sentido maior e a perspectiva de uma conclusão satisfatória para a sequência de fatos?

Ora, fazendo o que o jornalismo faz e sempre fez: construindo histórias. Ou melhor: “tecendo histórias”, como prefere a professora da Universidade de São Paulo, Cremilda Celeste de Araújo Medina, autora da obra *A Arte de Tecer o Presente* (2003).

E, para se construir relatos, é preciso contar com personagens, porque não há fatos senão aqueles criados por sujeitos, sejam determinados ou ocultos. E as personagens do Mensalão – que já eram pessoas públicas, notórias ou notáveis – foram ocupando um espaço cada vez mais constante e demarcado para quem acompanhava o noticiário sobre o caso ao longo dos anos.

Traços fortes de políticos e juízes se tornaram, aos poucos, caricaturas de tintas carregadas, com alcunhas repetidas e estampadas em páginas estilizadas de jornais de grande circulação e credibilidade.

Neste contexto, o objetivo de um estudo centrado na produção da notícia sobre o Mensalão fica evidente. Trata-se de identificar as formas com as quais se fez o transporte dos acontecimentos da esfera jurídica para a arena midiática, construindo-se assim uma agenda de pautas e um palco com personagens que dominaram a cena do jornalismo, retroalimentando e influenciando o fenômeno de crescente judicialização da política e politização do judiciário¹.

1. As expressões judicialização da política e politização do judiciário são recentes no meio acadêmico, mas vêm sendo bastante utilizadas para discutir a efetividade da separação e do equilíbrio entre os três Poderes que compõem

Assim, pode-se definir que este trabalho, ao estudar essa situação, tem como objetivos gerais oferecer uma leitura relevante a respeito do impacto da prática jornalística na atividade jurisdicional, considerando que esta última pode ser influenciada pela formação de uma opinião pública, e contribuir para o desenvolvimento do jornalismo enquanto técnica e prática responsável, com formulação de proposições que participem da constituição da ética jornalística, como indica o jornalista e professor Nilson Lage:

Supostos desafios éticos fundamentam-se na tese radical de que a divulgação de um procedimento é capaz de induzir pessoas a reproduzi-lo. [...] Levado às últimas (mas necessárias) consequências, tal critério impediria a divulgação de todas as notícias negativas, construindo na imprensa um mundo maravilhoso, de comportamentos corretos e éticos – só que, lamentavelmente, imaginário. (LAGE, 2014, p. 101)

Entre os objetivos específicos, podem-se indicar a sistematização de releituras da atuação do jornalismo a respeito do caso do Mensalão, tendo como foco a crítica de mídia e a construção de personagens; a análise das principais ferramentas que servem à sua composição na cobertura jornalística, neste caso, do Mensalão, e o estudo da atividade de um veículo de crítica do jornalismo².

A escolha do site *Observatório de Imprensa* como parte fundamental do objeto da pesquisa responde à intenção de analisar a importância de um veículo dedicado à prática da crítica de mídia. De acordo com a definição que consta oficialmente em seu site,

o *Observatório da Imprensa* é uma iniciativa do chamado *media-watching*, que surgiu nos Estados Unidos agregando-se às experiências anteriores do *ombudsman* e do *media-criticism* como forma de sensibilizar a comunidade e os profissionais da mídia para a complexidade da função jornalística na sociedade moderna³.

Caio Túlio Costa, primeiro jornalista a exercer a função de ombudsman em um jornal brasileiro (a *Folha de S.Paulo*), de setembro de 1989 a agosto de 1991, produziu um livro exclusivamente dedicado a rever os conceitos e as experiências desses críticos alocados internamente nas redações de jornais. No artigo que conclui o livro, ele entrevista boa parte dos demais jornalistas que atuaram como ombudsmen na mesma redação, concluindo a revisão histórica com a síntese de Marcelo Beraba (ombudsman entre 2004 e 2006) sobre as atribuições

o modelo republicano, compondo um sistema de freios e contrapesos que garante a lisura do sistema público (GARAPONT, 1999, p. 24, BARBOZA e KOZICKI, 2012, BARROSO, 2012, MOREIRA, 2012).

2. De acordo com a descrição oficial do *Observatório da Imprensa*, que consta na página <http://observatoriodaimprensa.com.br/sobre/>. Acesso em: 13 Abr. 2015.

3. *Idem*.

da função: “servir realmente como advogado dos leitores junto à Redação e manter uma postura de permanente questionamento em relação ao jornal” (COSTA, 2006, p. 279).

O *Observatório da Imprensa*, por sua vez, consiste em um espaço aberto à participação de jornalistas, leitores e outros interessados, mediado por uma equipe editorial responsável pela seleção e tratamento dos conteúdos enviados para publicação, como identificaram Afonso de Albuquerque, João Damasceno Martins Ladeira e Marco Antonio Roxo da Silva, em um estudo publicado pela *Intercom*:

A fim de atender a esses objetivos, o Observatório da Imprensa se estrutura a partir da articulação de um conjunto de seções especializadas. Uma lista não exaustiva inclui seções tão diferentes entre si quanto O Circo da Notícia, espaço editorial do site, comandado por Alberto Dines, primariamente voltado para a exposição das concepções particulares do Observatório sobre questões relacionadas à ética e à responsabilidade social da imprensa; A Imprensa em questão, fórum de debates em torno de questões do media criticism, com ênfase para os desvios éticos da imprensa; Jornal de Debates, forum de discussão sobre a comunicação mediada, percebida sob uma perspectiva mais genérica; o Diretório Acadêmico, espaço de discussão sobre questões relacionadas à formação dos futuros jornalistas e demais profissionais da comunicação; Qualidade na TV - dedicado a avaliações sobre o conteúdo da programação de TV, não necessariamente apenas o jornalismo, mas também programas de entretenimento e o Caderno da Cidadania, dedicado a questões relativas ao universo do cidadão e do consumidor. (ALBUQUERQUE, LADEIRA e SILVA, 2002, p. 172)

Portanto, pretende-se, ainda, verificar como este veículo teve contribuições concretas na realização de um exercício crítico na cobertura do caso Mensalão.

Dessa maneira, o estudo apresentado no trabalho reúne amostragem de materiais publicados no site *Observatório da Imprensa*, ou seja, após a incidência da cobertura jornalística primária a respeito das investigações e julgamentos que marcaram o andamento dos procedimentos jurídicos oficiais relacionados às acusações.

O *corpus* do estudo é um universo de materiais veiculados no site, selecionados a partir de quatro marcos temporais:

- a) o oferecimento da Denúncia pela Procuradoria-Geral da República e sua aceitação pelo Supremo Tribunal Federal, em 2007;
- b) o início do julgamento, em 2012;
- c) o fim do julgamento, em 2013;
- d) atualidade considerada após o encerramento do processo (inclusive julgamento de recursos, em 2014) até os dias presentes.

Pode-se dizer que a elaboração desta dissertação seguiu, antes de tudo, a reportagem como metodologia de pesquisa, uma vez que seu texto consolida-se como um material informativo de natureza jornalística.

Afinal, busca-se utilizar os parâmetros de construção de um texto noticioso para apresentar o conteúdo a ser tratado, após realização de apuração empírica criteriosa, combinada com o levantamento de informações primárias por meio do contato com fontes entrevistadas (LAGE, 2014, p. 49).

Foram três as entrevistas realizadas: uma com Luiz Egypto, ex-editor-chefe do *Observatório da Imprensa*, que testemunhou importantes passagens da história do site; outra com Mônica Martinez, professora e pesquisadora da Universidade de Sorocaba (Uniso), Diretora Científica da Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo e estudiosa do uso de construções de histórias de vida, autora de nove livros sobre comunicação e jornalismo, entre eles a obra *Jornada do Herói: Estrutura Narrativa Mítica para a Construção de Histórias de Vida em Jornalismo* (2008); e, por fim, uma terceira com o Luís Mauro de Sá Martino, professor e pesquisador da Faculdade Cásper Líbero, autor do livro *Teorias da Comunicação: processos, desafios e limites* (2015), entre outros, que apresentou importante aporte do ponto de vista teórico das Ciências da Comunicação.

O trabalho foi dividido em quatro capítulos. Após esta introdução e apresentação de metodologia, em um primeiro esforço teórico apresentam-se teorias do campo jornalístico destinadas a definir e classificar o uso de personagens (COIMBRA, 1993) para a construção de relatos, com a aplicação da forma de perfis ou miniperfis jornalísticos (SODRÉ, 1986).

A entrevista com Mônica Martinez aprofunda o debate sobre o uso de personagens e apresenta a ferramenta da contagem de histórias de vida na prática jornalística. Recorre-se a alguns conceitos e a determinadas classificações sobre personagens que se relacionam com outras áreas do conhecimento, como a literatura e a linguística, mencionando-se autores como Beth Brait (1985) e Philippe Hamon (1976), com referência ao chamado *estatuto da personagem*.

Considerou-se também a possibilidade de uso da teoria de *agenda setting* para a análise do *corpus* de pesquisa, uma vez que a teoria tem grande ressonância nos estudos que entrelaçam Ciências da Comunicação e Ciências Políticas, propondo uma hipótese de compreensão sobre a recepção de mídia:

Esta hipótese [do *Agenda Setting*] defende que “em consequência da acção dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou descarta, realça ou negligencia elementos específicos

dos cenários públicos. As pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os *mass media* incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Além disso, o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflete de perto a ênfase atribuída pelos *mass media* aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas”. (SHAW, 1979, p. 96 *apud* WOLF, 1999, p. 146)

Entretanto, foi necessário ponderar que essa teoria apenas seria completamente cabível se o estudo se compusesse também de uma faceta respaldada por dados de efeito e recepção dos materiais publicados. Foi essa a lembrança do Luís Mauro de Sá Martino, professor e pesquisador da Faculdade Cásper Líbero, ao conceder entrevista para o desenvolvimento do presente trabalho:

A teoria do *Agenda Setting*, ela tem dois grandes momentos. Um que é a agenda da mídia, onde aparece o conjunto de temas que a mídia vai escolher para publicar ou não, e a agenda pública, que é o jeito como as pessoas vão conversar sobre os temas que estão na mídia. A relação entre essas duas agendas, a agenda da mídia e a agenda pública, é justamente o que se chama de *Agenda Setting*. Então, no caso do Mensalão, houve um agendamento midiático muito forte, muito, muito forte desde 2005, com intervalos, mas que volta no julgamento, em 2012. O fato de haver esse agendamento midiático nos ajuda a pressupor que houve um agendamento social. Por que pressupor? Porque a gente não tem uma pesquisa empírica que nos mostre que de verdade as pessoas falaram sobre. (MARTINO, 2016⁴)

Ainda assim, no que se refere ao primeiro aspecto da teoria, o mesmo professor afirma que se pode aproveitar alguns elementos para análise, como observado quando ele responde a uma questão sobre a possível ocorrência de agendamento na construção do relato jornalístico das personagens do caso Mensalão:

Agendamento midiático, sem dúvida. Agendamento público, muito provavelmente. Não tenho dados empíricos, então pode ser que a realidade me dê uma rasteira e me mostre o contrário. Mas, feito esse parêntesis, é muito difícil a gente dizer que, depois de meses de cobertura midiática intensa de um assunto, você não tenha conversas sobre esse assunto. Então, eu não tenho como provar, mas posso presumir com um certo grau de tranquilidade que sim, houve um agendamento e um agendamento bastante extenso. (MARTINO, 2016)

Por esse motivo, também se ponderou o aporte de teorias que abordam o uso das chamadas técnicas de *framing* e *priming* na construção de matérias jornalísticas, que são instrumentos reconhecidos na teoria do agendamento, considerando trabalhos dos autores

4. MARTINO, Luís Mauro Sá. Informações fornecidas pelo autor em entrevista pessoal em São Paulo, em 31 de março de 2016.

Dietram A. Scheufele e David Tewksbury (2007), ambos dos Estados Unidos, o primeiro da Escola de Jornalismo e Comunicação de Massa da Universidade de Wisconsin-Madison e o segundo, da Universidade de Illinois em Urbana-Champaign.

No capítulo seguinte, lança-se luz ao site *Observatório da Imprensa*. Apresenta-se sua história e situa-se sua atividade como *media criticism* (ALBURQUERQUE et al, 2002, pp.166-189) e entre as práticas democráticas de participação cidadã e construção deliberativa das instituições que formam a esfera pública (HABERMAS, 1984). Indica-se como a crítica de mídia contribui para a democracia e a consolidação de valores e memória de uma determinada comunidade sobre a produção cultural (MELO, 2003).

Essa parte conta com um aporte significativo de Luiz Egypto (CERQUEIRA, 2015), jornalista que atuou durante quase duas décadas na equipe do *Observatório* e concedeu uma entrevista para esta pesquisa. Listam-se os motivos que fazem das matérias publicadas no veículo um corpus relevante para a análise final a ser feita neste trabalho.

No penúltimo capítulo, apresenta-se, primeiramente, a memória de um estudo preliminar feito para testar o *corpus* a ser de fato analisado. Por meio da seleção da cobertura noticiosa em duas datas específicas, em dois veículos jornalísticos de São Paulo, foi possível ter ideia de quem eram as personagens com tendência a ter maior destaque na cobertura do caso Mensalão.

Logo depois, revelam-se os dias-chave para o desenrolar do caso, que consistiram no dia seguinte ao recebimento da denúncia pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em 2007, e o dia subsequente à abertura das sessões de julgamento da Ação Penal 470 na mesma corte, em 2012. Com a contabilização das ocorrências de trechos da cobertura jornalística relacionada a essas datas, foi possível perceber que a cobertura centrava seus olhares sobre duas pessoas em especial. Eram Joaquim Barbosa, Ministro do STF, relator do processo, e José Dirceu, então deputado deposto, após ser eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT), e antigo Ministro da Casa Civil do governo Lula, que figurava entre os 40 acusados na denúncia e os 38 réus do processo.

Para além de uma visão geral dos números, mostrou-se importante revisitar alguns trechos, reconhecendo quais eram os caracteres textuais que operavam e com que força impactavam o relato dos fatos. Determinadas passagens, usando meros apostos ou parágrafos ou ainda textos completos, produziam um salto. Saíam do ambiente dos fatos relacionados ao julgamento para entreter o leitor no desenho da personalidade, no evidenciar de elementos da vida pessoal de quem era mencionado, seja de passagem ou de forma central, em cada matéria.

Ressalte-se que, nesse estudo preliminar, foram excluídos da contagem os trechos que relatavam situações de informalidade ou de relevo emocional, por assim dizer, no âmbito dos procedimentos judiciais – como o fato de haver algum desentendimento ou acirramento de ânimos entre ministras e ministros protagonistas do debate, por exemplo. O que se considerou para essa contagem foi a incidência de trechos ou textos que recuperassem informações da vida pessoal dos envolvidos, que deslocassem o olhar para a esfera da vivência e das emoções das pessoas mencionadas, seja com passagens em tom dramático, seja com tonalidade satírica.

Na segunda parte desse capítulo, passa-se ao estudo dos materiais do *Observatório da Imprensa*, com o olhar para as duas personagens principais, Joaquim Barbosa e José Dirceu, replicando os marcos temporais aplicados na pesquisa preliminar. O método de construção de um *corpus* de análise trilhou algumas etapas operacionais.

Na primeira etapa, realizou-se uma busca por meio do mecanismo de pesquisa interna do site pelo termo MENSALÃO. Foram encontradas 100 matérias, mas este número consistia no limite de resultados de busca, que poderiam ser ordenados pelo critério de relevância ou de data (do mais recente para o mais antigo).

Como esse resultado não parecia ser confiável para a delimitação do universo total de ocorrências do termo Mensalão nas matérias do site *Observatório da Imprensa*, sentiu-se a necessidade de replicar a busca pelo arquivo completo apresentado no site, dividido por ano.

No quadro a seguir, contabilizam-se quantas matérias por ano o *Observatório da Imprensa* publicou, entre 2005, quando se mencionou, pela primeira vez, o termo MENSALÃO no contexto noticioso nacional, e 2015:

**QUADRO 1. QUANTIDADE DE MATÉRIAS PUBLICADAS NO SITE
OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA POR ANO⁵**

ANO	MATÉRIAS PUBLICADAS NO OI
2005	5.408
2006	5.588
2007	5.918
2008	6.196
2009	6.972
2010	6.201
2011	7.110
2012	6.404
2013	6.559
2014	5.814
2015	3.074

Considerados os anos de 2007 (início da Ação Penal nº 470 do STF, com o recebimento da denúncia), de 2012 (início do Julgamento da Ação Penal nº 470) e de 2013 (conclusão do julgamento), percebe-se que, no ano de 2007, foram publicados no site *Observatório da Imprensa* 5.918 registros. Em 2012, o total geral somou 6.404 matérias e, em 2013, o número de registros publicados no site totalizou 6.559, um total de 18.881 matérias no período considerado.

Uma vez que um mecanismo de busca automático não permitiria selecionar, das 18.881 matérias, quantas mencionavam o termo MENSALÃO, um caminho seria fazer uma coleta manual para obter o inventário completo em um banco de dados apto a oferecer a funcionalidade de busca. No entanto, percebeu-se uma limitação metodológica nesse ponto: embora houvesse a contabilização de mais de 18 mil matérias publicadas no site nos anos indicados, nem todos os registros estavam efetivamente disponíveis para leitura no site.

Dessa forma, voltou-se à funcionalidade da busca interna do site por ocorrências do termo MENSALÃO, com a limitação de 100 resultados. Com esse resultado ordenado cronologicamente, percebeu-se que as matérias localizadas datavam do ano de 2015 em diante,

5. Fonte: site *Observatório da Imprensa*.

fugindo à temporalidade da pesquisa que pudesse considerar o período da ocorrência de fatos relevantes para o julgamento da Ação Penal 470 no Supremo Tribunal Federal.

Assim, optou-se pelos resultados obtidos na busca ordenada por relevância, feita afinal no dia 14 de abril de 2016. A lista completa das matérias resultantes da busca, com respectivos títulos, links diretos e datas, está apresentada no ANEXO I.

A próxima etapa de seleção do *corpus* de pesquisa incluiu a localização dos nomes Joaquim Barbosa e José Dirceu em todo esse material, com o propósito de manter no universo apenas as matérias que contivessem um e/ou outro nome.

É importante ressaltar que foram feitas buscas também apenas por “Barbosa” e “Dirceu”, uma vez que variações do uso dos nomes eram comuns nos textos, com a apresentação de José Dirceu como “Zé Dirceu” ou de ambos apenas pelo segundo nome, Dirceu, ou pelo sobrenome, Barbosa.

Em razão do maior número de incidências, extraíram-se, primeiro, do universo inicialmente pesquisado, as ocorrências com o nome José Dirceu, reunidas em um arquivo em separado. O mesmo procedimento foi feito, depois, com o nome Joaquim Barbosa. Em um último momento, buscaram-se, no arquivo com notícias contendo a ocorrência do nome José Dirceu, aquelas que continham também o nome de Joaquim Barbosa. Tais matérias foram retiradas e reagrupadas num terceiro arquivo, destinado a reunir ocorrências de ambos os nomes. Assim, observou-se um total de 24 matérias com a ocorrência de José Dirceu, nove com o nome de Joaquim Barbosa e, por fim, quatro matérias com os dois nomes⁶.

Para a delimitação final do *corpus*, foram selecionadas quatro matérias por categoria. São, portanto, quatro nas quais constam apenas o nome de Joaquim Barbosa (uma no ano de 2007, uma de 2012, uma de 2013 e outra posterior), quatro contendo apenas o nome de José Dirceu (mesma distribuição) e, ademais, quatro com ambos os nomes (ainda a mesma distribuição temporal). No total, foram analisadas doze matérias.

Para essa seleção, aplicaram-se os seguintes critérios:

a) foram excluídas do universo de análise matérias de natureza informativa que tivessem sido simplesmente reproduzidas pelo *Observatório da Imprensa*, privilegiando-se os artigos publicados no site;

b) foram retiradas do *corpus* as matérias que mencionavam incidentalmente os nomes de Joaquim Barbosa e José Dirceu, assim como o caso Mensalão, ou seja, situações em que o Mensalão não era o tema principal do texto;

⁶ A lista completa contendo as 33 matérias está apresentada no APÊNDICE B.

c) foram priorizadas matérias produzidas para publicação direta no *Observatório da Imprensa* em detrimento daquelas reproduzidas pelo site, mesmo quando consistiam em artigos analíticos sobre a imprensa;

d) no caso de 2012, priorizaram-se datas mais próximas ao início do julgamento da Ação Penal 470, em 2 de agosto;

e) com relação a 2013, foram priorizadas datas mais próximas à do julgamento dos recursos interpostos, em agosto a setembro de 2013;

f) das matérias publicadas após o desfecho do julgamento, receberam prioridade as mais recentes, por se distanciarem mais no tempo e, assim, oferecerem uma perspectiva de permanência da construção das personagens⁷.

Ao final da apuração desses critérios, foram listadas as doze matérias, que estão reproduzidas em sua íntegra nos ANEXOS A a L desta dissertação, relacionados em índice próprio.

Dessas doze matérias, foram destacados os trechos que continham caracteres pessoais, faziam referência a histórias de vida ou, ainda, apontavam inferências sobre traços morais das personagens estudadas. Ao final, formaram-se dois quadros que sintetizam quais foram as expressões usadas nos materiais de crítica de mídia para caracterizar Joaquim Barbosa e José Dirceu.

Por derradeiro, são tecidas considerações finais, após a verificação das seguintes questões, formuladas em consonância com o projeto de pesquisa apresentado anteriormente:

a) no *corpus* estudado, são majoritários os materiais que lançam mão de recursos de construção de personagens, com o uso de adjetivos e outras expressões que tratam de aspectos da vida pessoal, ao se referir aos sujeitos dos fatos relatados?

b) os adjetivos, expressões e demais passagens utilizadas referem-se mais a traços de caráter atemporal do que a condutas realizadas no desenvolvimento dos fatos retratados?

7. Como se apresenta no Capítulo 3, uma das premissas da análise de materiais do site *Observatório da Imprensa* é o fato de que, ao passo em que um conteúdo é publicado em uma plataforma de *media criticism*, há um valor agregado de reforço e permanência a respeito do que foi construído com relação aos fatos e pessoas que tenham sido objeto de notícia em fontes jornalísticas primárias.

2. PERSONAGEM E JORNALISMO

O jornalismo produz e veicula o relato cotidiano de fatos (PEUCE, 2000) que tenham acontecido no que se pode chamar de arena pública ou espaço público. Afinal, trata-se de todos os acontecimentos que circundam ou impactam a vida de cidadãos e cidadãs.

A comunidade voltada para a construção de técnicas jornalísticas ao longo dos anos avançou na busca por formar e consolidar referências, parâmetros de objetividade e indicadores próprios, como as medições de espaços destinados a diferentes pessoas ouvidas como fontes e uso de fontes de informação de diferentes naturezas, sejam as documentais, as informacionais ou as de dados estatísticos, além das pessoais (LAGE, 2014, p. 62).

No entanto, para a construção dos materiais finais a serem publicados, nota-se que o jornalismo pouco se afasta da tradição voltada para a construção de relatos. E os relatos, como se sabe, giram em torno de pessoas, ou melhor, personagens.

Muniz Sodré, pesquisador e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, revela algumas características sobre a construção da personagem no jornalismo:

Existem muitas maneiras de escrever uma história, mas nenhuma pode prescindir de personagens. Também são inúmeras as formas de apresentá-los, caracterizá-los ou fazer com que atuem. De qualquer modo, existe sempre um momento na narrativa em que a ação se interrompe para dar lugar à descrição (interior ou exterior) de um personagem. É quando o narrador faz o que, em jornalismo, convencionou-se chamar de *perfil* (SODRÉ, 1986, p. 125).

O *New Journalism*, por exemplo, assumiu o uso de estilos e recursos literários para a criação de peças jornalísticas, como relembra o professor da Universidade de São Paulo Edvaldo Pereira Lima, estudioso de jornalismo literário:

A exuberância narrativa do new journalism norte-americano marcou época, instigou corações e mentes a produzir reportagens de profundidade caracterizadas pelo intenso mergulho do repórter na realidade. Profissionais de merecida fama, como Tom Wolfe, Gay Talese, Truman Capote, Norman Mailer, George Plimpton, Joan Didion, Barbara L. Goldsmith, Rex Reed, John Sack e tantos outros, transformaram-se em referência inspiradora para novas gerações de narradores motivados a praticar um jeito diferente de fazer jornalismo (LIMA, 2003, p. 9)

No movimento *New Journalism*, a técnica de usar recursos literários era mobilizada com a intenção de criar uma atmosfera de credibilidade, sob a roupagem da verossimilhança, com a inserção de elementos de ambientação, sinestesia e detalhamento, detalhes icônicos e indiciais

que terminam por reforçar o “efeito de real” das passagens relatadas, como ressalta o pesquisador e professor da Universidade de São Paulo, Edvaldo Pereira Lima:

As mesmas técnicas que a literatura emprega, o jornalismo desses agitados anos 1960 acaba por dominar, mas seu espaço de relato é o real. [...] A estruturação do relato em cenas também aperfeiçoava uma qualidade única, específica do jornalismo. Quando produziam perfis humanos, os novos jornalistas como que grudavam com seus personagens, qual carrapatos, observando-os à exaustão, até que espontaneamente aconteciam as cenas do cotidiano realmente reveladoras do personagem, seu comportamento, suas atitudes, seu *status* de vida, suas contradições (LIMA, 2004, p. 205).

Prossegue, ainda, Edvaldo Pereira Lima ao discorrer a respeito do conjunto de técnicas que caracterizavam essa corrente específica do jornalismo literário chamada *New Journalism*:

A proposta desenhada pelo *new journalism*, por sua vez, tanto criou caminhos próprios quanto se inspirou numa outra tradição do jornalismo [...]. Essa tradição é o jornalismo literário, assim denominado pela incorporação de recursos e técnicas de captação e redação provenientes da literatura. É um jornalismo narrativo, de autor. Busca expressar a realidade contando histórias, na maioria das vezes com um foco centrado fortemente nas pessoas de carne e osso que dão vida aos acontecimentos. (LIMA, 2003, p. 10)

Não é só em peças de jornalismo literário que esse recurso tem sido levado ao limite: é na forma de **história** que as cidadãs e os cidadãos recebem os relatos de fatos, é como **personagens** que se criam as imagens relativas às pessoas que ali estão sendo mencionadas. E é a partir de um senso de **justiça** e **verdade**, como revela Arthur da Távola (1985), que se posicionam as personagens e seus feitos ao lado dos **certos** ou dos **errados**, dos **inocentes** ou dos **culpados**, ou como uma categoria ou outra de **herói**, sempre dentro do repertório de mitos que funcionam como alegorias para explicar a relação do ser humano com a realidade:

[...] o ser humano é o herói, alguém que ficou sozinho para enfrentar monstros e dragões, expressões simbólicas das ameaças físicas ou psíquicas que envolvem os homens. [...] Devido à impossibilidade de se encontrar perfeição ou plenitude nesta vida, o ser humano cai, então, na procura. O amor ou a contemplação mística do êxtase são dos raros momentos de plenitude. Por isso o homem precisa da verdade. Sem a verdade, os seus simulacros escravizam. Só a verdade interior, quando aceita e enfrentada, liberta o ser. Mas para enfrentá-la é preciso compreender a complexidade dos mitos representantes das verdades da vida, com seus dramas, impasses e conflitos. (TÁVOLA, 1985, p. 11)

No mesmo sentido, Nelson Traquina reforça que o jornalismo, afinal, consiste na prática de reunir *estórias*:

Poder-se-ia dizer que o jornalismo é um conjunto de “estórias”, “estórias” da vida, “estórias” das estrelas, “estórias” de triunfo e tragédia. Será apenas coincidência que os membros da comunidade jornalística se refiram às notícias, a sua principal preocupação, como “estórias”? (TRAQUINA, 2005, p. 21)

De fato, usar mecanismos que tragam mais leveza para a compreensão de situações muitas vezes áridas, como aquelas que dizem respeito a desdobramentos de processos políticos de instituições complexas, tem se mostrado uma prática essencial para a própria sustentação do jornalismo.

Afinal, uma das funções dos meios de comunicação é fazer com que fluam as informações que trazem acontecimentos que impactam as vidas das pessoas (como, por exemplo, mudanças de normas vigentes na sociedade ou alterações nos corpos diretivos das instituições que realizam atividades públicas com dinheiro arrecadado dessas mesmas pessoas). E para isso é preciso dialogar com as diferentes capacidades de compreensão dos públicos implicados.

É um desafio e uma arte. Mas é também o conjunto de uma série de técnicas e de práticas consagradas ao longo do tempo, que se pode identificar a partir da observação do material produzido nos meios de jornalismo centrado no texto.

Nesse sentido, pode-se verificar que as tais estórias que formam a prática jornalística, ao usar das imprescindíveis personagens, conjugam-se com algumas formas específicas da redação de relatos. Uma delas é a **construção de histórias de vida**, que também pode se expressar na forma de apresentação de perfil ou miniperfil jornalístico de uma pessoa retratada.

2.1. Perfil jornalístico

A operação da construção de uma personagem pode se efetivar a partir do uso do chamado perfil jornalístico, em suas diversas formas. A esse respeito, o professor e pesquisador Sérgio Vilas-Boas (2003), da Faculdade Cásper Líbero, aponta como se dá o processo de construção de um perfil no jornalismo, diferente da produção de uma biografia literária:

[...] diferentemente das biografias em livro, em que os autores têm de enfrentar os pormenores da história do biografado, os perfis podem focalizar apenas alguns momentos da vida da pessoa. É uma narrativa curta tanto na extensão (no tamanho do texto) quanto no tempo de validade de algumas informações e interpretações do repórter (VILAS-BOAS, 2003, p. 41).

Na construção do relato jornalístico que contém o perfil, o primeiro recurso que se pode observar é um certo deslocamento quanto às pessoas retratadas, de modo que elas passam a ser tratadas como personagens de uma situação a ser desenvolvida. Nesse sentido, vale a reflexão: pessoa e personagem são a mesma coisa?

A principal diferenciação entre o que é um ator social de uma experiência real e o que é a personagem de um relato dessa situação é a seguinte: não há que se falar em personagem senão no âmbito da ficção, na esfera do imaginário (BRAIT, 1985, p. 10). A personagem, como uma imagem refletida da pessoa que é retratada, é envolta de uma aura de “faz-de-conta”, para usar o termo escolhido por Beth Brait (1985) sobre as formas de construção da personagem. A autora explica a diferença entre pessoa e personagem por meio da comparação com uma fotografia:

Basta olhar alguns retratos três por quatro, aqui ou na vitrina dos fotógrafos, para pensar um pouco nos frágeis limites que separam (se é que esses limites existem...) a reprodução fiel da realidade e a simulação do real (BRAIT, 1985, p. 13).

Além disso, alguns caracteres, como o uso de artigos definidos, adjetivos ou distorções, no caso do uso de imagens além de palavras, definem **a força e o lugar** de cada uma dessas personagens, geralmente indicando-se uma principal, protagonista ou central da questão retratada, que passa então a dizer respeito aos sujeitos envolvidos, centrados em torno desta personagem central, e menos sobre os fatos e circunstâncias, que servem apenas de apoio para o desenvolvimento da história desses seres.

Tomando como ponto de partida três grandes tipos de signos, visão pautada na divisão semântica, sintaxe e pragmática preconizada pelos semiólogos e semiotistas, Philippe Hamon define três tipos de personagens: Personagens “referenciais”: são aquelas que remetem a um sentido pleno e fixo, comumente chamadas de personagens históricas. [...] Personagens “embrayeurs”: são as que funcionam como elemento de conexão e que só ganham sentido na relação com os outros elementos da narrativa, do discurso, pois não remetem a nenhum signo exterior. Seria o caso, por exemplo, de Watson ao lado de Sherlock Holmes. Personagens “anáforas”: são aquelas que só podem ser apreendidas completamente na rede de relações formada pelo tecido da obra. (BRAIT, 1985, p. 46)

Mencionado por Brait no trecho acima, o Professor da Universidade de Sorbonne Philippe Hamon (1976) debruçou-se sobre o que chama de “estatuto da personagem”. Para Hamon, um estudioso da narrativa e da semiótica, “a personagem define-se como uma espécie

de morfema duplamente articulado [...]” e faz parte “de um paradigma construído pela mensagem” (HAMON, 1976, p. 89).

Aproximando-se do que se refere especificamente ao texto jornalístico, Oswaldo Coimbra, professor da Universidade Federal do Pará, recoloca a classificação da construção de personagens para esse universo com uma divisão em cinco tipos: personagem plana, redonda, referencial, anáfora ou figurante, apoiando-se em conceituações propostas por Beth Brait, Cremilda Medina, E.M. Forster, Lopes e Reis e o próprio Philippe Hamon (*apud* COIMBRA, 1993):

Se quisermos saber alguma coisa a respeito de personagens teremos que encarar frente a frente a construção do texto, a maneira que o autor encontrou para dar forma às suas criaturas e aí pinçar a “vida” desses seres. (COIMBRA, 1993, p. 71)

Segundo Coimbra, os dois primeiros tipos de personagens consistem em modalidades identificadas pela análise de sua composição (FORSTER *apud* COIMBRA, 1993, p. 72): a personagem plana é construída em torno de uma única ideia ou qualidade, o que a leva a ser vista a partir de uma característica pitoresca ou resultante de um pré-julgamento, característica essa sempre que possível reforçada e repetitiva; em contraponto, a personagem redonda é aquela dinâmica e multifacetada, que conta com o recurso de revelação gradual de seus traumas, vacilações e obsessões. A diferença entre um tipo e outro, nesse caso, é o grau de densidade a eles conferidos na construção textual.

Da classificação de personagens por critérios como função e relevo, Coimbra diz aproveitar, da teoria literária proposta por Brait (1985, p. 11 *apud* COIMBRA, 1993, p. 71), apenas o que se aplica ao jornalismo. Identificam-se, assim, de um lado, as personagens referenciais ou anáforas e, de outro, as personagens figurantes.

No primeiro caso, trata-se de personagens construídas a partir de pessoas reais e as quais o público conhece não apenas pelo contato com este ou aquele veículo jornalístico. Elas são referenciais porque têm um lugar de relevo na cultura daquele tempo. Para Coimbra, não há entrave à análise dessas personagens, já que o fato de “essas pessoas existirem para os leitores fora de um certo texto não impede [...] a recriação delas enquanto personagens desse texto” (COIMBRA, 1993, p. 74).

Por sua vez, a personagem anáfora seria aquela que desempenha um papel central no relato posto, mas que certamente é apresentada pela primeira vez ao leitor naquele material jornalístico. Por fim, a personagem figurante é aquela que, para o relato, inexistente do ponto de vista psicológico e serve apenas “para ilustrar uma atmosfera, uma profissão, uma mentalidade,

uma atitude própria de certa cultura ou para constituir um traço de cor local ou ainda para constituir um número indispensável à apresentação de uma cena em grupo” (*idem*).

É importante também esclarecer o que se fala em textos ou trechos da modalidade perfil, em razão da diferenciação proposta por Muniz Sodré, ao afirmar que “em jornalismo, perfil significa enfoque na pessoa – seja celebridade, seja um tipo popular, mas sempre o focalizado é protagonista de uma história: sua própria vida” (SODRÉ, 1986, p. 126). No mesmo trecho que dedica à explanação sobre perfil, indica que:

Nem sempre a reportagem por inteiro é um retrato só de um personagem. Além do exemplo de perfis incidentais, [...], existe o *miniperfil*, às vezes inserido em todo tipo de reportagem. Nesse caso, como o destaque é dado aos fatos, à ação ou ao levantamento de dados, os personagens são secundários: o relato é interrompido para dar lugar a um enfoque rápido sobre eles, sob forma de narrativa ou curta entrevista (SODRÉ, 1986, p. 139).

Também Sérgio Vilas-Boas entende que a construção de um perfil independe de sua extensão física, afirmando que “o perfil jornalístico expressa uma trajetória humana, por mais sintético que seja” (VILAS-BOAS, 2003, p. 13).

Assim, o chamado perfil consiste na prática de mencionar aspectos pessoais e/ou psicológicos de uma pessoa retratada, seja incidentalmente ou por meio de um texto jornalístico inteiramente dedicado a isso. A produção de um perfil pressupõe a construção de uma personagem.

2.2. A visão de especialistas sobre a construção de personagens em jornalismo

De forma mais específica, Luís Mauro Sá Martino (2016), Pós-Doutorado na *School of Political, Social and International Studies na University of East Anglia*, na Inglaterra, pesquisador e professor de Teoria da Comunicação e da Faculdade Cásper Líbero, reflete sobre como o uso de personagens na prática jornalística, em cobertura de fatos relacionados a instituições, como do Poder Judiciário, revela uma cultura em que não se constata uma separação evidente entre esfera pública e esfera privada:

Onde você não tem uma delimitação muito clara do público e do privado, certamente você acaba confundindo o pessoal com o público. Então, aquela pessoa deixa de ser o representante da instituição e passa a ser a instituição. Ele ganha um elemento muito personalista em relação à instituição, quando na verdade o vínculo institucional é apenas um único vínculo dentro da quantidade imensa de vínculos que todo mundo tem. (MARTINO, 2016)

No mesmo sentido, a professora, pesquisadora e diretora científica da Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJOR), Mônica Martinez (2016), autora da tese *Jornada do Herói: Estrutura Narrativa Mítica para a Construção de Histórias de Vida em Jornalismo* (MARTINEZ, 2008), sustenta que uma parcela importante do trabalho jornalístico, especialmente no caso brasileiro, consiste no uso de perfis em razão das raízes históricas da cultura ibérica e se intensifica com o fenômeno identificado como hiperindividualismo:

Isso já estava em Sérgio Buarque, quando ele fala que a forma de implantação de Brasil e de Estados Unidos é diferente. Isso talvez fique claro na questão das instituições. No caso brasileiro, sempre teve essa noção mais personalista. Quando você tem a implantação de um sistema de capitânias hereditárias aqui, era “fulano ganhava aquilo porque era fulano, que vinha aqui e implantava”. Então, não é que eles vinham para cá como no caso dos Estados Unidos, que eles montavam associações etc. O sistema era todo diferente. Portanto, isso está na nossa estrutura. As pessoas, o indivíduo, ele tem uma predominância, isso anterior a esse mundo de celebridades e todo mundo buscando fama - o chamado hiperindividualismo, [nos termos] do Gilles Lipovetsky, e por aí vai. É muito próprio do nosso fazer. (MARTINEZ, 2016)

Gilles Lipovetsky, filósofo francês mencionado acima, que estuda a contemporaneidade definindo-a como “hipermodernidade”, defende que se vivenciava, no fim do século XX, uma cultura de exacerbação das individualidades e do individualismo narcisista:

Instala-se um novo estágio de individualismo: o narcisismo designa o surgimento de um perfil inédito do indivíduo nas suas relações consigo mesmo e com o seu corpo, com os outros, com o mundo e com o tempo no momento em que o “capitalismo” autoritário cede lugar a um capitalismo hedonista e permissivo. A idade de ouro do individualismo, concorrente no nível econômico sentimental no nível doméstico, revolucionária nos níveis político e artístico, chega a o fim e um individualismo puro se desenvolve, desembaraçado dos últimos valores sociais e morais que ainda coexistiam com o reino glorioso do *homo oeconomicus*, da família, da revolução e da arte; emancipada de qualquer enquadramento transcendental, a própria esfera privada muda de sentido, uma vez entregue aos desejos variáveis dos indivíduos. Se a modernidade se identifica com o espírito do empreendimento e com a esperança futurista, é claro que, devido à sua indiferença histórica o narcisismo inaugura a pós-modernidade, a última fase do *homo aequalis* (LIPOVESTKY, 1988, p. 32)

No contexto desse chamado hiperindividualismo, segundo Martinez, é essencial se comunicar por meio de histórias de indivíduos. Para ela, a construção de histórias de vida é um método de trabalho para se consolidar o já mencionado perfil ou biografia – coisas diferentes, embora similares.

O fenômeno mundial do hiperindividualismo torna cada vez mais importante esse nosso gênero de perfil. [...] Porque é muito mais simples a gente compreender as coisas por meio de uma história de vida. É por isso que a gente se encanta quando lê biografias, porque elas são o retrato de uma vida toda. O perfil inclusive tem essa graça, que é como se fosse uma fotografia ali, de um determinado momento. (MARTINEZ, 2016)

A professora defende que o uso de formas de relato baseadas em personagens que protagonizam ações é encorajado também pela grande receptividade desse formato entre quem as lê ou ouve:

Do ponto de vista de protagonistas das narrativas, são eles que sintetizam aquela história de uma maneira muito interessante, que é uma história que vai ter começo, meio e fim, nem que seja a vida daquela pessoa, não é? É por isso que tem toda uma indústria da narrativa - Hollywood, Bollywood, Nollywood - que a gente assiste com tanto encantamento. [...] E as histórias, as narrativas, elas seguram o interesse do leitor, qualquer que seja, porque é como se o leitor fosse ser pego pela mão, no começo, e ele sabe que vai chegar em algum lugar - o que é a graça das grandes reportagens. Tanto que eu até brinco com os alunos, que às vezes a gente está numa fila, qualquer tipo de fila, de supermercado, e a pessoa à frente está contando a história mais boba que seja: “aí, então, fulano ligou e não sei o quê e a gente ficou de sair...” Qualquer coisinha banal, mas se a fila avança antes de saber o final a gente fica injuriado, porque queria saber: “mas o fulano ligou no dia seguinte? Não ligou? O que aconteceu?” (MARTINEZ, 2016)

O jornalista Luiz Egypto, que ocupou diferentes funções na edição de conteúdos publicados no *Observatório de Imprensa* por cerca de duas décadas, de 1996 a 2015, concorda com a importância de se centrar relatos em personagens para dar sentido e facilitar a compreensão das matérias jornalísticas:

A imprensa, a mídia jornalística, quando reporta um fato (e eu estou usando “reporta” aqui de forma absolutamente ostensiva, porque eu acho, acho não, é; a reportagem é a espinha dorsal do jornalismo)... quando a mídia jornalística reporta um fato, ela conta uma história. Uma história é feita por pessoas. Então, é inevitável que pessoas protagonizem os relatos que se constroem. Uma história sem personagem é um artigo, uma pensata, um pequeno ensaio que eu resolvi produzir, no recesso do meu escritório, e publico. Agora, reportagem, não. Eu preciso de gente, eu quero gente. Não confundir com jornalismo declaratório, que é uma praga que, por falta de recursos ou por contenção de recursos da mídia jornalística, acabou assolando o jornalismo. (CERQUEIRA, 2015)

Voltando a Mônica Martinez, que centrou seu estudo de doutoramento na análise de construções de histórias de vida, a professora ressalta que esse trabalho envolve mais complexidade do que pode parecer à primeira vista.

Usando como inspiração inicial um amplo estudo da estrutura chamada *Jornada do Herói*, cunhada por Joseph Campbell nos anos 40, mas avançando para compor suas análises com conceitos da psicanálise da linha de Carl Jung, ela explica que a compreensão e a construção de uma história de vida é um processo que necessariamente se desenvolve com a sobreposição de camadas, como as de uma cebola - muitas vezes não translúcidas ou transparentes, mas foscas ou com suas nebulosidades⁸.

É preciso compreender, de forma breve, como Martinez opera com a Jornada do Herói, que serviu de ponto de partida para que ela estruturasse a conceituação de construção de história de vida. De acordo com o estudo dela, o argumento central da obra de Joseph Campbell, *O Herói de Mil Faces*, de 1949, é que, ao analisar mitos do mundo todo, percebeu que havia uma estrutura recorrente em todos eles, independente de onde aquele mito tivesse sua origem.

E, segundo Martinez, qual que é essa estrutura? De forma sintética, o que impulsiona alguém para uma ação? É o que Campbell chama de iniciação. E, no desenvolvimento do mito, vai ocorrer o aprofundamento daquela ação, e, depois disso, essa pessoa – no estudo de Campbell, o herói – sai renascida, tendo vencido seus desafios⁹.

Para complementar essa trajetória, o autor estudado por Martinez indicava que havia duas formas de uma pessoa aprender. Uma era por meio de uma revelação (e esse é o caso de protagonistas do mundo espiritual, líderes espirituais) ou pela linhagem dos testes, em que a pessoa vai ser forçada, lançada numa aventura – no desafio.

Ao chegar, com seu estudo, à obra de Jung, a pesquisadora assinala que o psicanalista também observa uma esfera bastante importante da psique humana, que o leva a constatar que as pessoas são movidas a esses desafios. Essa esfera, portanto, compõe um aspecto importante da busca humana, no conceito jungiano, por uma integração do lado negativo, das sombras, e do lado positivo.

Segundo Martinez, esse lado das sombras é o inconsciente da mente humana, enquanto esse lado positivo, que está à luz, que é possível conhecer, é o consciente.

Para o próprio [Carl] Jung – e o [Joseph] Campbell, ele dialogava muito com Jung –, uma parte muito grande da Jornada do Herói transita por essa esfera, essa parte consciente nossa – se a gente tivesse uma laranja ela seria um pontinho na fruta. Todo o resto está na esfera do inconsciente. Então, quando a gente pega para analisar todos esses personagens, você tem vários buracos negros. Primeiro que o próprio protagonista, ele não tem uma consciência total do que ele estava fazendo, de por que ele estava fazendo. Tanto que o próprio

8. MARTINEZ, Mônica. Informações fornecidas pela autora em entrevista pessoal em Barueri, em 30 de março de 2016.

9. *Idem*.

Jung fala: “seres que foram totalmente conscientes e conseguiram esse equilíbrio, eram dois: Buda e Cristo” Então, quase a totalidade da humanidade fica nesse desafio. (MARTINEZ, 2016)

Para a especialista, é importante ter essa noção em mente para perceber que, para estudar personagens, hoje, essa nova definição de sujeito, com mais complexidades, não permite atrelar-se ao conceito moderno de subjetividade do século XIX, positivista, mais explicativa da realidade, muito embora a prática jornalística esteja bastante fundada nessa compreensão.

De forma oposta ou complementar a essa visão multifacetada de cada pessoa retratada, observam-se no jornalismo algumas formas recorrentes de se retratar pessoas e suas qualidades. Constroem-se e reconstroem-se passagens de suas chamadas histórias de vida a cada ocorrência de sua citação. Em algumas passagens, isso pode reduzir uma série de variáveis e fatores a adjetivos ou analogias bastante simplificadas.

2.3. Formas de construção de personagens e agendamento em jornalismo

Cruzamentos entre as áreas de Ciências da Comunicação, especialmente Comunicação Pública e Comunicação Política, com as de Ciências Políticas, promovidos em Universidades e Institutos de Pesquisa de diversas partes do mundo, têm resultado em estudos reveladores sobre algumas práticas usadas no jornalismo.

Uma das linhas teóricas que se consolida nesse sentido é a chamada teoria do *Agenda Setting* (definição de agenda ou agendamento), como exposto no capítulo anterior (WOLF, 1999, p. 146). Duas técnicas reconhecidas como recorrentes entre os estudos dedicados às teorias do agendamento são as chamadas *framing* e *priming* (SCHEUFELE e TEWKSBURRY, 2007), que estão relacionadas à teoria do agendamento de mídia¹⁰, também são usadas para ressaltar para o público leitor alguns aspectos das pessoas envolvidas nos acontecimentos, podendo tornar mais fácil a fixação das informações tratadas.

Ambas as técnicas dizem respeito à prática de agendamento, uma vez que são formas pelas quais ele se manifesta. Se, por seu turno, o agendamento de mídia é a seleção de quais

10. Conforme assinalado no capítulo anterior, trabalha-se neste estudo com alguma cautela no que diz respeito à teoria do agendamento, uma vez que, como um todo, a chamada teoria de *Agenda Setting* não se aplicaria às hipóteses investigadas; no entanto, ao se considerar o aspecto de agendamento de mídia, excluindo-se os de agendamento público e de efeitos e recepção dos materiais analisados, é possível e relevante conhecer as duas técnicas específicas, de *framing* e *priming*, que podem ser reconhecidas no corpus da análise realizada ao fim do trabalho.

matérias serão apresentadas ao público, *framing* e *priming* dizem respeito a como essas matérias selecionadas serão colocadas à disposição da audiência, com o objetivo de tornar seus conteúdos mais aplicáveis a suas vidas, no caso do *framing*, ou acessíveis a sua compreensão, no caso do *priming*.

Framing (ou enquadramento) é a forma como um veículo jornalístico estrutura uma notícia, muitas vezes promovendo a conexão entre dois conceitos de forma tal que, após exposição à mensagem, o público aceita que se tratam de coisas relacionadas (SCHEUFELE e TEWKSBURRY, 2007, p. 15). Usando um exemplo dado pelos autores citados, trata-se da operação que se faz em uma notícia quando se associa que a política tributária mexe diretamente com as taxas de desemprego. Correlacionando os dois fenômenos, a audiência tende a acreditar que, uma vez que algo seja alterado em uma das coisas, a outra também aproveitará a mudança.

Ainda seguindo com a conceituação dos autores, *priming* consiste em uma ferramenta de memorização, usada para tornar o conteúdo noticiado mais acessível. Ao se trazer um conteúdo novo, faz-se alguma referência ou analogia a algo muito presente¹¹ na memória do público, o que a torna mais compreensível.

Ora, tornar mais fácil e acessível a compreensão de uma matéria jornalística pode ser visto como uma finalidade do próprio uso de relatos centrados em personagens, como lembrado acima pela professora Mônica Martinez (2016). É uma operação quase automática perceber como se dá a potencialização de uma ferramenta de comunicação com essas duas técnicas específicas.

Os pesquisadores de agendamento complementam, ainda, que ao tornar mais acessível e aplicável ao cotidiano uma matéria noticiada, o que acontece também é que essa matéria se torna algo mais memorizável para o público. Portanto, ao falar em algumas formas redundantes de se construir comunicação e, em soma a isso, da redundância de algumas personagens e de suas características no noticiário relacionado a algum tema de interesse público, é inegável que se está construindo a memória a respeito desse tema e se está, ao mesmo tempo, contribuindo para a construção de elementos da reputação dessas pessoas.

Em parte, essas operações também podem ser visualizadas no caso Mensalão. É possível fazer algumas menções sobre o escândalo e suas personagens verificando, por exemplo, o que ficou fixado na memória de algumas pessoas consultadas para a realização desse trabalho. As impressões estão apresentadas a seguir e podem ser comparadas com o que se constata no capítulo 4, dedicado à leitura das principais personagens retratadas na cobertura jornalística.

11. O termo usado pelos autores Scheufele e Tewksbury é *easily recalled*. A tradução seria “algo de que se lembra facilmente”, que está no repertório habitual das pessoas.

2.4. Personagens no Mensalão

Quais são as personagens que ficaram na memória sobre o caso Mensalão? Como essas personagens ficaram marcadas na lembrança? Não é intenção deste trabalho estudar os efeitos da cobertura e os resultados estatísticos, mas alguns registros e passagens são úteis para recuperar o rastro das matérias publicadas sobre o caso.

Em todas as entrevistas realizadas para esta dissertação, foi feita, de forma ligeiramente variada, a pergunta: “da sua memória, das suas impressões, quais foram as grandes personagens do Mensalão?”

A seguir, apresentam-se os blocos de resposta, na sequência cronológica das entrevistas, começando por Luiz Egypto, ex-editor do *Observatório da Imprensa*:

Vou falar isso sem pesquisar, assim, na memória: Joaquim Barbosa, José Dirceu, Lula. Principalmente. Marcos Valério. Zé Genoíno. Luiz Gushiken, num certo sentido. (Pausa) Mas eu acho que, sobretudo Roberto Jefferson, José Dirceu, Lula, Marcos Valério, Joaquim Barbosa, são os que me vêm à cabeça lembrando quem foram os grandes protagonistas. Talvez eu tenha esquecido algum, mas eu acho que não. O Zé Dirceu, por todas as razões, porque era de fato o homem forte do governo, o capitão do time, como o próprio Lula o havia cognominado. [...] O Joaquim Barbosa virou uma estrela, por razões óbvias, quer dizer, ele era o relator do processo. [...] O Zé Dirceu, por exemplo, foi o personagem que mais levou pau. (CERQUEIRA, 2015)

Por sua vez, Mônica Martinez, que, como integrante da SBPJor, também atua como co-líder da Rede de Narrativas Midiáticas Contemporâneas, e na Intercom é coordenadora adjunta do Grupo de Pesquisa de Teorias do Jornalismo, teceu impressões mais gerais sobre as categorias de personagens envolvidas no caso:

Olha, eu nunca olhei por aí. Eu não sou uma especialista em política, começa por aí, mas, e até lembrando um pouquinho do contexto que acontece agora, nesse momento, já tinha essa certa tendência de polarizar, não é? Essa figura de um lado mais messiânica e de outro não tão positiva assim. (MARTINEZ, 2016)

Luís Mauro Sá Martino, da Faculdade Cásper Líbero e Coordenador do GT Epistemologia da Comunicação da Compós, lembra da própria jornalista que foi responsável pela entrevista que colocou o Mensalão nos meios de comunicação do país:

Na verdade a gente está falando de Mensalão há quase 11 anos, entre idas e vindas, desde uma entrevista que a Renata Lo Prete fez com o Roberto Jefferson numa segunda-feira de 2005. A gente está com isso, com diferentes graus de agendamento dentro da sociedade. (MARTINO, 2016)

Assim como nas impressões e lembranças das pessoas entrevistadas para essa dissertação – especialistas em comunicação, diga-se de passagem – verificou-se, no presente trabalho, que diversas passagens de materiais jornalísticos utilizam a reprodução de determinadas formas de relato, centradas na construção de elementos de histórias de vida.

Essas passagens aparecem de forma destacada ou embutida nos materiais publicados no *Observatório da Imprensa* a partir de 2007, especialmente em circunstâncias próximas a situações-chave da cobertura noticiosa do processo judicial do chamado Mensalão (agosto de 2007, agosto de 2012 e anos seguintes).

Pode-se dizer que a presença dessas ferramentas é marcante e impactante. Elas refletem o olhar do jornalista para as pessoas envolvidas nos fatos registrados. Tais passagens preenchem e esquentam – para usar um termo sensível – a frieza de alguns dos demais elementos circunstanciais da cobertura jornalística, como documentos, leis, regras e análises políticas sobre os desdobramentos apresentados. Essas expressões e esses trechos inegavelmente inclinam-se à produção de juízo, empatia, prevenção ou intriga, entre outros sentimentos, da parte do leitor em relação às personagens retratadas.

São técnicas que fazem a matéria funcionar – e no caso analisado funcionaram com potência – na criação de uma arena, um palco, um cenário, ou seja, na consolidação de uma série de iniciativas em que há a seleção das personagens e seus lugares no episódio jurídico-político relatado, de modo que o relato adquira as feições de uma história.

A constatação foi feita e será detalhada nos próximos capítulos: a inserção de dados e histórias de vida, ainda que de forma incidental nos textos, foi técnica muito utilizada como forma de se consolidar pessoas como personagens em torno das quais o relato crítico sobre o Mensalão se desenvolveu.

3. O OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA: características e histórico

O *Observatório da Imprensa* consiste em um site de internet complementado por um programa de televisão (transmitido via sistema de TVs Educativas), por um programa de rádio e alguns serviços, como um boletim diário gratuito enviado por e-mail para assinantes. Foi lançado em 1996, como iniciativa do Projor – Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo (www.projor.org.br) e projeto original do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

O *Observatório* declara-se “uma entidade civil, não-governamental, não-corporativa e não-partidária que pretende acompanhar, junto com outras organizações da sociedade civil, o desempenho da mídia brasileira”¹². Pretende funcionar como fórum permanente, no qual usuários da mídia – leitores, ouvintes, telespectadores e internautas – poderão manifestar-se e participar ativamente.

A fundação do *Observatório da Imprensa* aconteceu em 1996, por um impulso essencial do jornalista Alberto Dines, que captou a movimentação para consolidação das ideias centrais do chamado *media criticism*¹³ (crítica de mídia) nas áreas acadêmica e profissional da atuação em mídia que via em suas experiências em outros países.

Toda atividade de crítica pressupõe a observação constante como forma de monitoramento, percepção e análise. Assim, o *media criticism* é naturalmente relacionado ao chamado *media watching* (observação de mídia)¹⁴.

É importante notar que a noção de observação, sobretudo no tardio século XX, é bastante atrelada à sofisticação dos mecanismos que garantissem o controle social, de alguma maneira caminhando para a fiscalização multilateral, mas sobretudo no sentido da sociedade em face das instituições. Outro termo importante para compreender essa cultura de observação é o termo inglês *accountability*, que se refere à possibilidade de observação, transparência e dever de prestação de contas por parte das instituições.

Fundar um fórum de crítica de mídia no Brasil, para todo o grupo envolvido com a iniciativa, era uma maneira de reforçar uma mensagem subjacente de que a imprensa deveria ser tão *accountable* quanto todas as outras instituições do país. É isso que lembra Luiz Egypto,

12. De acordo com a descrição oficial do *Observatório da Imprensa*, que consta na página <http://observatoriodaimprensa.com.br/sobre/>. Acesso em: 13 Abr. 2015.

13. CERQUEIRA, 2015. Entrevista concedida para esta dissertação, em 17 de outubro de 2015.

14. Um site que reúne matérias, resenhas e outras bibliografias a respeito de *media criticism* é o <http://criticism.com/md/>, criado pelo especialista em linguística com experiência em mercados editoriais dos Estados Unidos Steve Hoenisch. Acesso em: 23 Jun. 2016.

jornalista que fez parte desse grupo de consolidação do *Observatório da Imprensa*, atuando depois nesse veículo, em diversas funções, por 19 anos, até o dia 1º de julho de 2015.

O Observatório é caudatário, descendente direto da primeira manifestação de *media criticism* do Brasil, que é o Jornal dos Jornais, do Alberto Dines, que era uma coluna que circulou na *Folha de S.Paulo* todos os domingos, na página 6, de 6 de julho de 1975 a setembro de 1977. [...] lendo as colunas, elas são de uma atualidade assustadora, os temas que se levantam, os nomes recorrentes [...], porque o Dines – ele é muito preciso nesse tipo de coisa – traduziu muito bem uma experiência que teve nos Estados Unidos, quando foi professor visitante em Columbia, logo depois de ele ter sido demitido do Jornal do Brasil, quando era o rescaldo da renúncia do Nixon e se discutia muito o papel da imprensa naquele episódio e se discutia o chamado *checkbook journalism* [...]. Era uma discussão grande e ele pescou aquilo. Pescou e aplicou, eu diria, em todas as manifestações subsequentes da vida profissional dele essa ideia da observação da imprensa, da mídia, essa ideia do *media watcher*, como uma forma de intervenção na própria mídia. (CERQUEIRA, 2015)

É importante também ressaltar que outro nome importante na disseminação da cultura do *accountability* para os meios de comunicação é o jornalista e teórico francês Ignácio Ramonet. Em 2002, Ramonet foi um dos fundadores do *Observatoire français des médias*, versão francesa do *Media Watch Global*, que serve como referência mundial para vários observatórios de mídia criados em diferentes países (CHRISTOFOLETTI, 2016). O *Observatório da Imprensa* brasileiro, na página dedicada a suas informações institucionais, complementa o dado:

A ideia do *media-watching* surgiu nos Estados Unidos agregando-se às experiências anteriores do ombudsman e do *media-criticism*, como forma de sensibilizar a comunidade e os profissionais da mídia para a complexidade da função jornalística na sociedade moderna. Existem pelo menos duas grandes organizações similares, cada uma com ótica política própria: a *FAIR (Fairness & Accuracy in Reporting)*, fundada em 1986 com o propósito de fiscalizar a intromissão do poder econômico e político na imprensa. Edita uma revista bimestral, *Extra!*. Sua contrapartida no campo conservador é a *Accuracy in Media*, mais inclinada para apontar as infiltrações e distorções liberais na grande imprensa americana. Embora concorrentes, completam-se, constituindo um sólido aparelho crítico, pluralista e democrático. Na França foi fundado, em setembro de 1995, o *Observatoire de la Presse*, braço do *Centre de Formation et de Perfectionnement des Journalistes (CFPJ)*. A experiência brasileira segue o modelo francês combinando duas entidades, uma formadora (o Labjor/Projor) e outra cívica. Cumpre registrar que a primeira organização designada como Observatório da Imprensa foi criada em Lisboa, três meses antes da francesa. (OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA)

Uma importante experiência de replicação desse modelo no Brasil esteve ligada a uma ação do *Observatório da Imprensa*, como relata o jornalista Rogério Christofolletti, um dos colaboradores do site que escreveu seu texto sobre os 20 anos do site:

Em 1998, Victor Gentili, da Universidade Federal do Espírito Santo, fez um chamamento público para a criação de um coletivo universitário que pudesse expandir a atuação do *OI*. A Rede Nacional de Observatórios de Imprensa (Renoi) só foi criada em 2005 e chegou a reunir mais de 30 pesquisadores de nove estados brasileiros de todas as regiões. Além disso, motivou o surgimento de iniciativas que atuavam como *media watchers* regionais, a exemplo do S.O.S. Imprensa, em Brasília, do Monitor de Mídia e do ObjETHOS em Santa Catarina, do Canal da Imprensa e do Plural, no interior de São Paulo, entre outros. (CHRISTOFOLETTI, 2016)

Considera-se que, se a mídia discute as ações sociais, discute os fatos sociais, ela também precisa se discutir. Luiz Egypto recoloca a discussão no seguinte lugar: “E quem faz essa discussão? Quem tem esse poder? O povo, o público, que é quem consome tudo isso”¹⁵. Assim, para o jornalista, o espaço do *Observatório* serve para dar vez ao consumidor do noticiário: “o foco é a discussão da mídia e dar voz àquele que, até aquele momento, tinha apenas um papel passivo na construção tanto da informação quanto da comunicação”¹⁶.

Uma feliz coincidência é esta pesquisa ser finalizada em período muito próximo ao aniversário de 20 anos do *Observatório da Imprensa*. Por isso, como complemento à entrevista feita com Luiz Egypto, foi possível contar com 9 textos que compuseram uma sessão destacada temporariamente no site como *Personagens do OI - 20 anos do Observatório da Imprensa*. Alberto Dines, Caio Túlio Costa, Carlos Vogt, Jô Amado, Jorge Alberto Benitz, Letícia Nunes, Luiz Egypto, Rolf Kuntz e Rogério Christofolletti publicaram, entre março e maio de 2016, textos analíticos sobre o papel do *Observatório* e lembraram passagens importantes de sua história. Alguns trechos desses textos são especialmente esclarecedores sobre a importância de que um estudo sobre a cobertura jornalística de um episódio de natureza política passe pela análise do que foi publicado nesse site. É o caso do texto de Rogério Christofolletti:

A crítica não se ocupa apenas de questões técnicas, mas também de aspectos éticos, discutindo a conduta dos jornalistas na produção do noticiário, não apenas apontando erros, mas também as boas práticas. A observação sistemática e rigorosa desses *media watchers* sinaliza deslizos éticos, dilemas e novos impasses para a conduta dos jornalistas. Discutir esses aspectos fornece elementos para a busca do aprimoramento das práticas nas redações e

15. CERQUEIRA, 2015. Informações fornecidas pelo autor em entrevista pessoal em São Luiz do Paraitinga, em 17 de outubro de 2015.

16. *Idem*.

permite ainda mudanças na formação das novas gerações de profissionais. (CHRISTOFOLETTI, 2016)

O próprio fundador do site, Alberto Dines (2015), posiciona o *Observatório da Imprensa* como ator fundamental no processo de construção e amadurecimento de uma imprensa que se consolida como instituição de referência e de impacto na construção de um sistema político do país:

Inicialmente irregular, depois quinzenal, semanal, diário, mas sempre periódico o Observatório jamais entregou-se ao fluxo contínuo e à inevitável pulverização do noticiário. No tumultuado mercado de ideias e opções da última década do século dos confrontos, o **Observatório da Imprensa** trouxe uma contribuição decisiva. “Você nunca mais vai ler jornal do mesmo jeito”, o mote proposto por um entusiasmado leitor, imediatamente converteu-se em ferramenta para fomentar um salutar ceticismo e desfazer a onipotência oriunda dos tempos da ditadura. Um jornalismo capaz de discutir o jornalismo (processo hoje designado como meta-jornalismo), abriu o caminho para o fim do embargo tácito porém rigoroso que, ao longo de dois séculos, manteve a imprensa brasileira infensa à transparência que ela própria cobrava dos demais poderes. Sem a disrupção, hoje apontada como essencial para promover avanços, o **Observatório da Imprensa** ajudou a instilar numa democracia, com apenas seis anos de idade, a consciência crítica que devidamente difundida através do conjunto de veículos jornalísticos sobretudo na esfera privada, teria poupado a sociedade brasileira de solavancos e sobressaltos desnecessários. Inclusive os atuais. (DINES, 2016)

3.1. Crítica externa, comunicação pública e construção de memória

Ao servir como instância de revisão do noticiário por meio de um exercício feito pelo público consumidor das notícias, o *Observatório da Imprensa* opera como mecanismo de verdadeira realização do ciclo de comunicação pública e efetivação do direito à informação. Ao garantir o pluralismo e a multilateralidade do exercício da crítica, ao acolher a contribuição de olhares externos aos de quem atua na imprensa, cria-se uma esfera participativa na imprensa como instituição.

Inseparável do direito à informação é o direito à opinião, ambos garantidos na Constituição Federal (BRASIL, 1988). Lembra o professor José Marques de Melo que a crítica ou resenha consiste em um texto jornalístico opinativo que traz contribuições fundamentais para a produção de conhecimento. Citando Todd Hunt (*apud* MELO, 2003, p. 99), o estudioso da área de Comunicação Social da Universidade de São Paulo indica quais são as funções que os textos de crítica cultural cumprem. É cabível, no presente contexto, a analogia entre produção da mídia e produtos culturais:

a) Informa, proporcionando conhecimento sobre o que está em circulação no mercado cultural e sobre a natureza e a qualidade das obras comercializadas; b) Eleva o nível cultural, pelo caráter didático com que aprecia os bens culturais, despertando muitas vezes o senso crítico para sua fruição; c) Reforça a identidade comunitária, fazendo o julgamento das obras segundo padrões peculiares à comunidade, o que significa descobrir especificidades geoculturais em produtos que possuem destinação massiva; d) Aconselha como empregar melhor os recursos dos consumidores, fazendo-os recusar os produtos de baixa qualidade; e) Estimula e ajuda os artistas, elogiando o bom desempenho ou enfatizando os produtos tradicionais dos lançamentos que fogem à tendência dominante; g) Documenta para a história, permitindo reconstituir momentos de uma atividade que é efêmera pela própria natureza da indústria cultural; h) Diverte, porque resgata situações inusitadas, cômicas ou hilariantes, desde que realizada com humor. (MELO, 2003, p. 100)

Ainda nos termos do texto Constitucional (BRASIL, 1988) e dos diversos documentos internacionais que reúnem as chamadas cartas de direitos humanos, cuja consolidação principal está na Declaração Universal dos Direitos Humanos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948), o direito à informação está entre as garantias fundamentais como meio para que cidadãos possam conhecer, participar e exercer seus demais direitos. É daí que decorre o “[...] verdadeiro sentido da comunicação pública estatal, que é o do interesse público [...] [e] o poder público tem obrigação de prestar contas à sociedade e ao cidadão, razão de sua existência” (KUNSCH, 2013, p. 4).

Para a realização de uma comunicação pública de forma completa, é preciso considerar o fluxo de informações entre os mais diferentes atores sociais: a comunicação não é feita apenas na direção do Estado para a sociedade, mas também no sentido contrário, de maneira a se garantir a escuta, por parte dos órgãos públicos, das demandas e anseios da sociedade. Nessa segunda direção, é essencial a função cumprida pela sociedade civil organizada que atua na esfera pública em defesa dos direitos e garantias da coletividade.

É importante pontuar que o modelo sociológico-jurídico de leitura de esfera pública proposto por Jürgen Habermas, dissecado em sua obra *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (HABERMAS, 2012) e atualizado na obra posterior *Teoria da Ação Comunicativa* (HABERMAS, 1984) é o paradigma desta reflexão, como estuda a pesquisadora Marina Koçouski em sua dissertação de mestrado:

Mudança estrutural da esfera pública tornou-se então uma referência em estudos sociológicos, principalmente na área de comunicação social. A partir dessa obra, Habermas desenvolveu o conceito de *esfera pública* (burguesa), que nas mãos do autor recebeu um toque estrutural-marxista, no qual o “público” (a sociedade civil em sentido sociológico) é aquele que discute e forma a “opinião pública”.

[...] Em outras palavras: a *esfera pública* habermasiana originária é uma *esfera política*, composta de pessoas privadas, que possuem autonomia crítica. Ela nasce no berço da sociedade burguesa, já que, pela primeira vez, o discurso político desvincula-se definitivamente da Igreja e do Estado (KOUÇOUSKI, 2012, p. 29).

Antes de mostrar como as agências estatais, assim como todas as instituições públicas e de interesse público podem se organizar para considerar a variável da escuta, especificamente no que diz respeito à chamada sociedade civil organizada, como menciona Habermas (1984), deve-se olhar para como se formam esses grupos organizados, repassando brevemente alguns elementos de estudo do chamado “capital social”, como esclarece a Professora de Comunicação Pública da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo Heloiza Matos:

O conceito de capital social foi retomado por Coleman (1990), apoiando-se em Granovetter (1984), que estabelece distinção entre o capital físico, o capital humano e o capital social. Este último seria constituído por três características: as obrigações e as expectativas que estruturam a confiança entre os membros da rede; **a capacidade da estrutura social para gerar e colocar em funcionamento os fluxos de informação**; e as normas que regem o processo (MATOS, 2009, p. 55, sem grifos no original).

A atividade de troca de informações, de diálogo, portanto, está presente desde a própria constituição dos grupos em uma dinâmica que lhes confere força para interagir com o Estado. E é de acordo também com essas regras de conversação, que seguem a lógica da atividade deliberativa, que se estabelecem as relações dos grupos sociais com as agências estatais.

É necessário recorrer a Jürg Steiner (2012), estudioso do papel das práticas deliberativas para a construção e a consolidação das democracias, para situar que o desenvolvimento de debates coletivos e públicos ao estabelecimento de consensos. A partir deles, prosseguir a tomada de decisão sobre a coisa pública tem os primeiros registros datados em obras de referências do filósofo Aristóteles (WILSON apud STEINER, 2012, p. 1), que observava as arenas políticas gregas. Segundo Steiner, há

uma posição normativa ideal de que todos os cidadãos devem estar envolvidos em políticas deliberativas. Em suas vidas cotidianas, eles devem discutir assuntos políticos entre seus familiares, com os amigos e vizinhos, no local de trabalho e nos clubes e associações. Essas discussões devem ter um caráter deliberativo no sentido de os participantes se voltarem para a força do melhor argumento. Como consequência, a formação de opinião entre a população comum se daria de uma forma reflexiva. Essas opiniões refletidas [opinião pública] são então comunicadas aos líderes políticos por meio de uma variedade de canais como encontros pessoais, eventos públicos, a mídia e a internet (STEINER, 2012).

Ou seja, nos espaços de comunicação destinados à escuta da sociedade civil pelas instituições, os mecanismos de participação, praticam-se também atividades essencialmente deliberativas, fundadas em vínculos de pertencimento e interesse próprios do que se descreve como capital social.

Esses mecanismos de participação apresentam-se na forma de conferências, consultas públicas, audiências públicas e demais canais de recebimento de manifestações da sociedade civil – como os Observatórios. Uma notícia recentemente publicada pela antiga Controladoria-Geral da União, que no governo interino de maio de 2016 responde pela denominação de Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle, indica que existem redes de observatórios sociais organizadas por todo o país, tendo reunido mais de 350 representantes em um encontro nacional em março desse ano¹⁷.

Por sua vez, os mecanismos de participação só se fazem viáveis e efetivos se, por parte do Estado, a prestação de informações for ampla e irrestrita, de forma transparente. Para que haja sobre o que opinar, é necessário que se disponibilizem documentos sobre a atuação das instituições e, para que a participação social se mostre efetiva, é preciso não só que seja efetivamente ouvida, mas implementada e, por fim, que a implementação seja demonstrada.

Esse ciclo completo faz com que o mecanismo de participação se converta também em uma via de controle social, à medida que os cidadãos empoderam-se e se percebem capazes de decidir sobre os rumos das ações realizadas pelas instituições, com a possibilidade de operar, inclusive, alterações de direção. E isso é, essencialmente, uma operação de comunicação pública, de acordo com a professora Heloiza Matos:

Se todos os agentes participam do debate das questões de interesse e utilidade comum, se essa participação é possível graças à existência de uma infraestrutura que materializa a esfera pública, se eles se sentem aptos e motivados a participar graças à cultura de valorização de seu papel social, se os critérios de instituição e processo do debate são claros e equitativos, então será possível preencher os requisitos mínimos para o reconhecimento da comunicação pública (MATOS, 2009, p. 56).

Desse modo, pode-se dizer que o *Observatório da Imprensa* funciona como catalisador de um processo de controle externo e participação na permanente construção da própria imprensa, por meio do qual se pode vivenciar uma oportunidade de aprimoramento e legitimação do jornalismo como atividade de interesse público.

17. Fonte: <http://www.cgu.gov.br/noticias/2015/03/cgu-participa-de-encontro-nacional-de-observatorios-sociais>. Acesso em: 23 Jun. 2016.

E, ainda, ao se constituir em um espaço independente, desatrelado de um ou outro veículo de comunicação, o *Observatório da Imprensa* valida-se como fórum autônomo para essa finalidade.

Ler o que se publica no *Observatório* é diferente de ler o que publicam, por exemplo, os Ombudsmen de um ou outro jornal, uma vez que cada Ombudsman (COSTA, 2006) é um jornalista que faz parte do corpo profissional de um jornal e que, assim, compartilha da visão, da cultura e da normatividade internas desse veículo.

Na grande maioria das publicações do site, o que se vê é a manifestação da figura do crítico amador, aquele que, justamente, critica por ter uma afinidade tão grande com aquilo que critica que se aproxima do amor. Em outras palavras, é como o crítico de televisão Maurício Stycer descrevia, em sua coluna de estreia como crítico na *Folha de S.Paulo*, em julho de 2012:

Respeito quem não tem interesse algum pelo que passa na televisão, mas acho curioso constatar como, em 2012, ainda há quem tenha prazer em falar mal sem conhecê-la. Mistura de pose e preconceito, essa atitude antiga sobrevive em certos meios como se fosse um traço distintivo de classe. Escrevo a respeito por prazer, o que inclui o prazer de odiar. (STYCER, 2012)

Além disso, pode-se afirmar que o *Observatório da Imprensa* é uma plataforma que serve como possibilidade de perceber aquilo que o público leitor devolve, na forma de crítica, sobre a imprensa. Serve, portanto, como um elemento de análise de recepção da atividade jornalística, elemento importante para um estudo que pretende se aproximar da teoria do agendamento.

Por fim, é preciso ressaltar que, ao servir como uma instância de revisão do noticiário já publicado, os materiais veiculados no *Observatório* também servem como reiteração e seleção do que persiste na memória a respeito da produção jornalística sobre um determinado tema.

3.2. *Observatório da Imprensa* e cobertura do Mensalão

O papel do *Observatório da Imprensa* para o aprimoramento de coberturas jornalísticas de situações que envolvem crises políticas tem especial relevância. Vale lembrar, nesse sentido, a citação que um dos fundadores da iniciativa escolheu para ressaltar a importância do *Observatório* para a construção da democracia. Em seu texto *Um país que espelhe a imprensa!*, Carlos Vogt (2016) faz uso de uma frase que atribui ao seu parceiro na fundação do Observatório, Alberto Dines, já mencionado acima:

A imprensa é o espelho do país, mas, como todos os espelhos, é um instrumento polido e trabalhado para que possa representar não só a imagem daquilo que está refletindo, mas aquilo que o objeto gostaria de parecer. A imprensa não deve ser reprodução exata do país que a produz. Tem de ser melhor – para servir de estímulo e fornecer os desafios. (DINES *apud* VOGT, 2016)

Na situação específica do Mensalão, parece evidente que o trato dado pela imprensa seria de especial interesse para as e os autores que participavam do *Observatório*, assim como de seus editores, como lembra Luiz Egypto (CERQUEIRA, 2015), que atuava no site no período em que ocorreram os principais desdobramentos do caso. Para Egypto, a forma como se deu o ponto de partida para o escândalo do Mensalão envolvia discussões éticas de fundo a respeito da prática do jornalismo, sobretudo o vasto uso do que críticos, naquele momento, denominavam de “jornalismo fiteiro”:

Ao chegar no episódio do Mensalão... tudo isso surgiu, vamos lembrar, tudo isso surgiu a partir da gravação que um advogado [...] com uma câmera escondida, e que mencionava o Roberto Jefferson. [...] O Observatório, até então, sobretudo em função do Dines, que foi o primeiro a sacar isso, já tecia ácidas críticas no que ele batizou de “jornalismo fiteiro”. Jornalismo fiteiro é o jornalismo baseado em fitas. Vamos lembrar que, antes disso, no próprio processo de privatização levado a cabo no governo Fernando Henrique, na história da reeleição, boa parte das matérias jornalísticas foram municiadas por fitas, dossiês, isso virou moda. E isso é a negação do jornalismo. Na verdade, a discussão sobre mídia, sobre como a mídia se comporta ao receber um dossiê pronto, acho que era uma discussão muito fechada ainda em círculos restritos, porque os jornais querem a manchete, querem o barulho, querem a trepidação. [...] Tem uma prática jornalística que passou a ficar comprometida pela aceitação pura e simples de um pacote fechado que [apenas se] embrulha e [se] manda. (CERQUEIRA, 2015)¹⁸

Um importante elemento que Luiz Egypto traz à tona é o impacto de alguns discursos governamentais a respeito do cenário de gestão das empresas de comunicação do país. Para ele, é impossível desconsiderar algumas declarações feitas por figuras centrais na então composição do Governo Federal:

Não vamos nos esquecer de um episódio importante. Que, tão-logo o Lula foi eleito no segundo turno [...] ele [que] já foi o homem forte da campanha, desenhado para ser o homem forte do governo, José Dirceu (e a gente publicou isso no Observatório), foi a um Roda Viva, na TV Cultura, e alguém perguntou para ele sobre as dívidas (as empresas, por conta do Plano Real embarcaram

18. O próprio entrevistado, mais adiante, sentiu a necessidade de contextualizar quais eram as ferramentas usadas no fim da década de 90; os vídeos, muito antes da primazia das gravações digitais, se faziam em câmeras com fitas magnéticas, cuja possibilidade de cópia fez com que o vazamento dessas imagens se tornasse comum a partir desse período.

no dólar a 1 para 1, R\$ 1,20 e então se endividaram até onde não poder mais, se reestruturaram, compraram equipamento, fizeram o diabo e, depois, com a desvalorização de 99, se viram de calças curtas). O Zé Dirceu, questionado sobre isso, diz o seguinte: que isso é um problema de interesse nacional. Quer dizer, ele sugeriu que o BNDES abrisse linhas de crédito, porque isso deveria ser tratado como questão de Estado. Nós caímos de pau, porque tudo bem que uma empresa possa pleitear algum empréstimo com algum banco público, mas isso vincula a empresa jornalística com o governo, isso é muito insalubre para a cidadania. Mas quem começou essa história foi o governo, não foi a imprensa. (CERQUEIRA, 2015)

Outra característica que não se pode ignorar no desenvolvimento da cobertura do caso do Mensalão, para o contexto da atividade da imprensa, é que se mostrava recente o advento das transmissões ao vivo de atividades das principais instituições legislativas, por meio da TV Câmara e da TV Senado e, posteriormente, das sessões plenárias do Supremo Tribunal Federal – que viria a julgar o processo –, por meio da TV Justiça. Luiz Egypto classifica essas ferramentas como anabolizantes da cobertura do escândalo do Mensalão:

O chamado escândalo do Mensalão começa a ter uma repercussão enorme, anabolizada pelas transmissões da TV Câmara, TV Senado e, depois quando isso virou uma investigação pelo Ministério Público, pela Procuradoria Geral da República, e daí um processo [...], e daí a aceitação da denúncia, aí foi uma farra. Porque todo o julgamento da Ação Penal 470 foi transmitido ao vivo, em cores, o tempo todo e os protagonistas de fato protagonizando – com perdão do pleonismo – o processo, o que no Brasil é uma coisa muito peculiar. [...] As idiosincrasias havidas ali entre os ministros do Supremo ficaram escancaradas, por quê? Porque tudo era transmitido ao vivo e sem interrupções. (CERQUEIRA, 2015)

Um terceiro ponto que precisa ser considerado a respeito da época da cobertura do Mensalão, em suas diferentes fases, é a consolidação das chamadas mídias sociais digitais, lembra o entrevistado:

Isso um pouco também, não digo provocado, mas estimulado pelas novas plataformas digitais, que já então estavam em processo célere de consolidação. Ainda estão se consolidando, estamos numa fase preparatória de uma revolução que não chegou. Mas naquele momento isso ainda estava bastante evidente, então isso que eu chamo de paixões confundidas tem a ver com os discursos que então se construíam, tanto os discursos da condenação explícita, do jornalismo que investigava um pouco, denunciava, julgava e condenava, até, do outro lado, a defesa explícita, aquela que acreditava piamente que isso não passava de uma enorme conspiração contra um governo popular, “que está aqui para redimir e levar ao reino dos céus os pobres e os miseráveis desse país”. Quer dizer, são duas posturas diametralmente opostas e exageradamente descritas, mas no meio disso tudo há todo um comportamento que, no mais das vezes, descambava para o bate-boca, para o vale-tudo. E o jornalismo não é isso. O Observatório, sempre acompanhando com essa chave de compreensão a postura da imprensa, o comportamento da imprensa e sempre

reivindicando mais jornalismo, menos ódio, menos paixão, menos vale-tudo. Se você ler os materiais que publicávamos à época, você vai perceber que tinha de tudo. Que tinha desde, quer dizer, defesa incondicional até o rechaço absoluto da ideia de que talvez aquele grupo de pessoas não estivesse assim tão errado, isso foi uma vingança da burguesia. De todo modo, é bom a gente perceber que aquilo deu nisso, quer dizer, de lá para cá o discurso do ódio, sobretudo nas plataformas digitais, só foi num crescendo, ele só foi tomando cada vez um volume e uma dimensão maior. E, veja, no [começo do] Mensalão nós ainda não tínhamos a emergência das redes sociais, que vieram a ter protagonismo tempos depois. Não se esqueça que nós estamos falando em 2007, que foi a aceitação da denúncia, é isso, agosto de 2007, foi quando saiu no mercado o primeiro smartphone da Apple. [...] O Facebook, que é de 2005, ele era muito incipiente. [...] Em 2012, as redes sociais estão consolidadas. (CERQUEIRA, 2015)

Por todos esses elementos, fica demonstrado que o *Observatório da Imprensa* sediou relevantes debates para a formação de uma visão ampla e crítica e funcionou como instância de revisão da cobertura feita sobre os episódios relacionados ao escândalo político do Mensalão, que assumiu um papel central para a compreensão do contexto político e democrático do país no momento.

Dessa maneira, e pelo fato de o *Observatório* ser, como complementou, ainda, o experiente editor, “um veículo jornalístico cuja pauta primordial é o jornalismo, a imprensa, a mídia, a comunicação” (CERQUEIRA, 2015), o site mostrou-se um *corpus* adequado para um estudo destinado à compreensão da cobertura jornalística do caso Mensalão.

4. ANÁLISE: *Observatório da Imprensa* e Mensalão

Este estudo apresenta as principais resenhas ou críticas (MELO, 2003, p. 97) publicadas no site *Observatório da Imprensa* durante e após a cobertura jornalística dos procedimentos jurídicos oficiais relacionados ao caso do Mensalão.

Do ponto de vista metodológico, a proximidade com datas decisivas do caso foi o principal critério de seleção do *corpus* da pesquisa. Quatro momentos marcaram o processo e, assim, conduziram a cobertura jornalística:

- a) o oferecimento da Denúncia pela Procuradoria-Geral da República e sua aceitação pelo Supremo Tribunal Federal, em 2007;
- b) o início do julgamento, em 2012;
- c) o fim do julgamento, em 2013;
- d) atualidade considerada após o encerramento do processo (inclusive julgamento de recursos, em 2014) até os dias presentes.

Conforme apresentado na introdução, mostrou-se necessária a realização de um estudo preliminar, por meio do qual foram identificadas as principais personagens retratadas na cobertura jornalística pelos jornais *Folha de S.Paulo* e *O Estado de São Paulo*.

Chegou-se aos nomes de Joaquim Barbosa, ministro do Supremo Tribunal Federal relator da Ação Penal 470, sobre o Mensalão, e José Dirceu de Oliveira e Silva, ex-ministro da Casa Civil, que figurava entre os réus da Ação.

Este estudo inicial, apresentado a seguir, facilitou a análise final das matérias publicadas no site *Observatório da Imprensa*, dentre as quais se destacaram 12 (doze) que mencionavam essas duas personagens principais.

Se, como celebrizou o ministro da cultura francês André Malraux, “cultura é o que fica depois que se esquece tudo o que se aprendeu” (HERRIOT, 1932, p. 172), ao final deste capítulo está o que ficou de cada uma das duas personagens principais nos episódios centrais do caso Mensalão, depois que foi feita uma cobertura primária e a crítica de mídia a releu, por meio da reprodução e repetição de alguns termos, ou a partir de análises, sejam mais específicas ou mais abrangentes, da cobertura jornalística produzida.

4.1. Contexto do Mensalão: estudo preliminar dos jornais *Folha de S.Paulo* e *O Estado de São Paulo* e identificação de personagens

Em um primeiro levantamento sobre o tema, optou-se pela definição de uma amostragem de notícias relacionadas a momentos decisivos para o desenvolvimento da Ação Penal – aceitação da denúncia pelo Pleno do Supremo Tribunal Federal, em 28 de agosto de 2007, e o primeiro dia de julgamento na mesma Corte, em 2 de agosto de 2012, datas dos marcos a e b apontados acima. Assim, foi feita a separação dos trechos das matérias que se destinavam às pessoas tratadas como personagens em duas edições dos jornais *Folha de S.Paulo* e *O Estado de São Paulo* dos dias 29 de agosto de 2007 e 3 de agosto de 2012, dias seguintes às ocasiões mencionadas.

Para situar esta fase da pesquisa, é importante justificar por que foram selecionados para observação esses dois jornais impressos de grande circulação. A escolha de *Folha de S.Paulo* e *O Estado de São Paulo* levou em consideração os seguintes critérios: em primeiro lugar, sua circulação principal acontece na mesma cidade (por isso são comparáveis com segurança); em segundo lugar, pelo fato de ambos trabalharem com periodicidade diária, diversidade de temas e gêneros jornalísticos em sua composição, tiragem similar e alcançarem também circulação em território nacional. Soma-se a isso o fato de que ambos os veículos tradicionalmente servem como fonte para reprodução ou produção derivada de notícias por outras mídias, impressas ou digitais.

Considerando as edições dos veículos de jornalismo impresso *Folha de S.Paulo* e *O Estado de São Paulo* de 29 de agosto de 2007 e de 3 de agosto de 2012, respectivamente os dias posteriores ao recebimento da denúncia que deu origem à Ação Penal 470 pelo Pleno do Supremo Tribunal Federal e ao início de seu julgamento, foi possível traçar alguns panoramas.

Nesta fase da análise, optou-se por contabilizar, em cada uma das ocasiões, o número de páginas do jornal com algum espaço dedicado ao tema; a fração do espaço total da capa dedicado à pauta; a manchete da edição (posto que em 100% dos casos a manchete do jornal dedicou-se ao tema); o número total de matérias dedicadas ao tema na edição (incluídas as chamadas de capa); dentro do total de matérias, qual foi o número de textos ou trechos referentes a personagens (perfis ou miniperfis¹⁹); e as pessoas que foram destacadas como personagens nas matérias. Alguns exemplos demonstram o tipo de trecho que caracteriza essa situação.

19. Conforme esclarecido no capítulo 2, considerou-se, para fim de contagem da incidência de “perfis”, toda passagem, ainda que inserida incidentalmente dentro de um texto prioritariamente dedicado a outra temática, que

Apresentam-se a seguir os quadros relativos aos diferentes dias selecionados para servir como amostragem neste estudo preliminar.

QUADRO 2 – ANÁLISE DAS EDIÇÕES DE *FOLHA DE S.PAULO* E *O ESTADO DE SÃO PAULO* DE 29 DE AGOSTO DE 2007

	<i>FOLHA DE S.PAULO</i>	<i>O ESTADO DE SÃO PAULO</i>
NÚMERO DE PÁGINAS DEDICADAS AO TEMA	8	12
ESPAÇO DA CAPA DEDICADO AO TEMA	60%	70%
MANCHETE	Mensalão tem 40 réus; Dirceu foi comandante supremo, diz relator	STF vai julgar ‘quadrilha’ que operou no 1º mandato de Lula
NÚMERO DE TEXTOS	19	25
NÚMERO DE PERFIS OU MINIPERFIS	8	5
PERSONAGENS	Duda Mendonça (2), Joaquim Barbosa (2), José Dirceu (4), Luiz Inácio Lula da Silva	Antonio Fernando de Souza, Joaquim Barbosa, José Dirceu, José Genoíno, Luiz Inácio Lula da Silva

trouxesse algum tipo de adjetivação ou informação de cunho pessoal, ou seja, não relacionado à arena dos fatos tratados no âmbito do processo judicial, mas à esfera da vida privada das pessoas ali mencionadas.

**QUADRO 3 – ANÁLISE DAS EDIÇÕES DE FOLHA DE S.PAULO E O ESTADO DE
SÃO PAULO DE 3 DE AGOSTO DE 2012**

	<i>FOLHA DE S.PAULO</i>	<i>O ESTADO DE S. PAULO</i>
NÚMERO DE PÁGINAS DEDICADAS AO TEMA	8	8
ESPAÇO DA CAPA DEDICADO AO TEMA	50%	30%
MANCHETE	Julgamento começa com bate-boca de ministros e atraso	Sob tensão, STF nega separar julgamento de réus do Mensalão
NÚMERO DE TEXTOS	23	23
NÚMERO DE PERFIS OU MINIPERFIS	11	8
PERSONAGENS	“Advogados” (2), Dias Tóffoli (2), Joaquim Barbosa (2), José Dirceu, Luiz Inácio Lula da Silva (2), Márcio Thomaz Bastos (2)	“Advogados”, Delúbio Soares, Dias Tóffoli, Joaquim Barbosa, Luiz Inácio Lula da Silva, Márcio Thomaz Bastos, Ricardo Lewandowski, Roberto Jefferson

Como primeira observação, é importante verificar a quantidade de espaço das capas dos diários dedicada ao tema em todas as ocasiões. Na cobertura da Ação Penal 470, em todos os casos observados esse índice está em torno de 30% a 70%.

A segunda observação é a contagem de ocorrências de passagens textuais que fazem referência a caracteres da vida privada das pessoas envolvidas. Em 2007, época da denúncia, a *Folha de S.Paulo* trazia uma cobertura com quase o dobro de ocorrências de *O Estado de São Paulo* (oito e cinco, respectivamente). Por outro lado, este último jornal dedicou-se mais à cobertura do tema, reservando seis textos a mais que o primeiro, assim como se dedicou a uma diferenciação gráfica marcante: em todas as páginas em que o assunto era tratado, um cabeçalho chamativo trazia os dizeres “Os 40 do Mensalão > Hora da decisão”, em evidente referência ao conto *Ali Babá e os 40 ladrões*, contida na obra oriunda da tradição árabe *As Mil e Uma Noites*.

Mais tarde, em 2012, o panorama quantitativo da cobertura entre os dois veículos no primeiro dia após o início do julgamento ficou muito parecido: se ambos destinaram 23 de suas

matérias ao tema, a *Folha* trazia onze passagens relacionadas a caracteres de ordem pessoal dos envolvidos, enquanto o *Estado* apresentava oito. Não é pouco.

Em um balanço geral, percebe-se que, no total, as pessoas mais citadas nesse tipo de construção foram Joaquim Barbosa, com seis passagens, e José Dirceu, também com seis.

Foi importante complementar a constatação quantitativa com alguns trechos de materiais coletados.

Houve, por exemplo, textos dedicados a descrever qual era a solução encontrada pelo ministro Joaquim Barbosa para realizar seu trabalho com dor nas costas, com alguma indicação da existência de um sacrifício pessoal em torno dessa situação.

Emblemático foi um texto analítico de Elio Gaspari publicado na *Folha de S.Paulo* em 29 de agosto de 2007:

Quem deu um “salto social” não foi o ministro Joaquim Barbosa, foi o Supremo Tribunal Federal. Primeiro, porque teve no relator do processo dos mensaleiros um magistrado seco, impessoal, daqueles que não tiram prazer ao ouvir sua própria voz. [...] Se Joaquim Barbosa tivesse um vestígio de culto aos holofotes, moeria o procurador-geral por ter dito em sua denúncia que alguns acusados “branqueavam” dinheiro. Limitou-se a repetir a expressão, esclarecendo que ela pertencia ao universo vocabular do doutor Antonio Fernando de Souza. Preservando o mau estilo, autodenegriu-se o procurador. **Até o início do julgamento dos mensaleiros, Joaquim Barbosa era olímpicamente denominado “o primeiro negro” nomeado para o Supremo [...]. Os quatro anos de vida de Joaquim Barbosa no Supremo não foram fáceis [...]. Barbosa é uma pessoa de trato difícil e já se desentendeu com três de seus dez colegas, mas coisas estranhas sucedem a um negro. Não se sabe de outro caso em que um ministro tenha chamado outro para resolver uma questão no braço. [...]** O desempenho de Joaquim Barbosa, ao vivo e em cores, deu qualidade à maratona da Corte [...] (GASPARI, 2007, p. A9, sem grifos no original).

Na mesma toada, segue a nota dedicada à personagem José Dirceu feita pelo repórter Mário César Carvalho, em 2 de agosto de 2012:

A casa de Dirceu tem um escudo do Corinthians entalhado em madeira no portão e está mais para casa de campo dos alternativos dos anos 70 do que casarões de milionários de Tamboré ou Alphaville, na Grande São Paulo. Fica a pouco mais de um quilômetro da casa de outro petista poderoso, Rui Falcão. Criado em 1977, o condomínio tem casas que valem de R\$ 300 mil a R\$ 3 milhões. A de Dirceu está na faixa de R\$ 1,2 milhão, dizem corretores (CARVALHO, 2012, p. A10).

A busca por informações extraprocessuais, para o jornalismo, assim como a reconstituição de caracteres da personalidade, das experiências e marcas do passado, como a questão racial, no caso de Joaquim Barbosa, e a de perfil socioeconômico, reconhecível na

intenção de situar José Dirceu como titular de um patrimônio milionário, vão além do relato do que é noticiado em um julgamento da área penal: falam sobre as pessoas, não sobre os fatos apreciados em juízo.

Não só com informações objetivas se avança nessa esfera. Com a simples inserção de adjetivos soltos nos textos, o jornal *O Estado de São Paulo* reforçou em diversas oportunidades, ainda na fase de denúncia da Ação Penal, caracteres atribuídos também a José Dirceu. As expressões, usadas como apostos ou como adjunto adnominal nas frases, incluíam *chefe da organização criminosa*, *chefe incontestável* e *mentor supremo* [do esquema] – estas quando usadas para repetir termos utilizados pelo ministro Joaquim Barbosa em seu voto pelo recebimento da denúncia – e, ainda, *homem forte do governo*, *comissário* e *capitão* – escolhidas pelos próprios autores das matérias.

Portanto, em razão da quantidade de menções e pela força dos caracteres pessoais atribuídos a essas duas personagens, os selecionados para o estudo principal desta pesquisa, dentro do *corpus* relativo ao site *Observatório da Imprensa* sobre o caso Mensalão foram a) o então ministro do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa, relator da Ação Penal 470, que versava sobre o caso Mensalão; e b) o ex-deputado, ex-ministro chefe da Casa Civil José Dirceu de Oliveira e Silva, denominado na clandestinidade militante como Carlos Henrique Gouvêia de Mello, mas conhecido apenas como José Dirceu ou, em boa parte das matérias que o mencionam no site *Observatório da Imprensa*, nada mais que Zé Dirceu.

4.2. Joaquim Barbosa e Zé Dirceu no Observatório da Imprensa

Do total de 100 ocorrências do termo “Mensalão” na busca realizada no site *Observatório da Imprensa*, foram destacados 12 (doze) textos, seguindo a distribuição explicada no capítulo 1 desta dissertação: quatro delas mencionavam apenas Joaquim Barbosa, quatro, somente José Dirceu, e outras quatro traziam menção de ambos os nomes.

A seguir, apresentam-se trechos selecionados de cada uma dessas matérias, opinativas (MELO, 2003), que evidenciam as respostas às seguintes perguntas sobre os textos:

- a) O texto traz adjetivos, apostos e demais informações de ordem pessoal associadas à descrição de Joaquim Barbosa e/ou José Dirceu?
- b) Quais são os adjetivos, apostos e demais informações de ordem pessoal associadas à descrição de Joaquim Barbosa e/ou José Dirceu?

Uma informação que precisa ser apresentada desde já é o total de textos que fazem menção a adjetivo ou características pessoais (item b). Das 12 matérias estudadas, 10 confirmam essa ocorrência, representando um percentual de 83%.

Exemplificativo desse tipo de passagem é o trecho do texto de Mauro Malin *A caretice do noticiário*, em que caracteriza José Dirceu da seguinte maneira:

Na hora do tranco, ou seja, de aprovar no Congresso propostas importantes e polêmicas, o Planalto não soube administrar o pepino e inaugurou algo inédito, mesada em dinheiro, propiciada pelo cordial entendimento entre Delúbio Soares, tesoureiro do PT, e Marcos Valério, apresentado a Delúbio pelo então deputado federal petista de Minas Gerais Virgílio Guimarães, sob o olhar despreocupado de José Genoíno, presidente do partido, e muito atento de **José Dirceu, capitão do time**, e de Lula, o líder maior. (MALIN, 2013, sem grifos no original)

Nesse texto, especificamente, o autor faz uma análise geral do comportamento da imprensa, sem se referir especificamente a um veículo de comunicação. Diferentemente disso, em 2007 o mesmo autor usava uma referência expressa ao jornal *Folha de S. Paulo* para contextualizar, por meio da reprodução de um trecho de notícia publicada, quem seriam as pessoas envolvidas com o contexto das primeiras denúncias a respeito do caso Mensalão:

Leio a seguir trecho da célebre entrevista do então deputado Roberto Jefferson – ontem, por sinal, um dos apoiadores de Chinaglia – à jornalista Renata Lo Prete, publicada na Folha de S. Paulo em 6 de junho de 2005: “No princípio deste ano, em duas conversas com o presidente Lula, na presença do ministro Walfrido, do líder Arlindo Chinaglia, do ministro Aldo Rebelo, do **ministro José Dirceu**, eu disse ao presidente: Presidente, o Delúbio vai botar uma dinamite na sua cadeira. Ele continua dando ‘Mensalão’ aos deputados’. Que ‘Mensalão’?, perguntou o presidente. Aí eu expliquei ao presidente”. Ou seja, Chinaglia e Aldo, segundo Jefferson, jamais desmentido pelo presidente Lula, estavam presentes no dia em que foi feita a primeira reclamação quanto ao “Mensalão”. Devem ter achado aquilo natural. (MALIN, 2007, sem grifos no original)

Nessa matéria não se observa a ocorrência de nenhum adjetivo em especial, além do título de ministro atribuído a José Dirceu. Por sua vez, o texto de Carlos Castilho, intitulado *Mensalão como paradigma da complexidade informativa* utiliza uma forma sutil de estigmatizar a mesma pessoa, que agora tem a qualificação de ex-ministro:

Na verdade, poderíamos dizer que, em última análise, quem está sendo julgado no caso não são o **ex-ministro José Dirceu e seus mensaleiros**, mas também a própria imprensa. (CASTILHO, 2013, sem grifos no original)

Ao fazer a opção pela expressão “e seus mensaleiros”, o autor indica a intenção de inferir uma qualidade de superioridade ou liderança exercida por José Dirceu. Dado que, em 2013, a decisão condenatória do ex-ministro já havia sido proferida pelo Supremo Tribunal Federal, pode-se dizer que a expressão escolhida pelo autor do texto enquadra a personagem na condição de chefe de quadrilha – crime atribuído a José Dirceu, na condição de réu condenado.

Por fim, entre os textos que citam somente o nome de José Dirceu, indica-se o de Carlos Frederico Pereira da Silva Gama e Ariane Gervásio, posterior à conclusão final do julgamento, inclusive da fase recursal. Os autores dedicaram-se a analisar diretamente a personagem de José Dirceu conforme retratada em diversas coberturas jornalísticas relacionadas a escândalos políticos, incluindo o Mensalão. O título do texto evidencia essa intenção: *A prisão de José Dirceu e a crise de representação do PT*.

A prisão de José Dirceu na Operação Lava-Jato não foi trivial. Do ponto de vista simbólico, **a segunda prisão de Dirceu – já preso graças ao Mensalão** – cria um elo entre os dois escândalos, separados por uma década. A projeção do Mensalão sobre o Petrolão fere os ouvidos, cutuca feridas mal cicatrizadas. Deixa em frangalhos a narrativa política que alçou Dilma Rousseff ao Planalto, expõe de forma cruel a decadência do PT no poder. Amplifica a busca por raízes da crise de 2015. (GAMA e GERVÁSIO, 2015, sem grifos no original)

A associação de José Dirceu, em 2015, a um episódio passado serve como tentativa de redundância de alguma característica de sua história, de seu passado. Além disso, a construção do texto busca associar episódios diferentes da história política do país indicando sua interligação por meio de uma personagem comum.

Ainda no mesmo texto, os autores apontam a recuperação de qualidades passadas e presentes da personagem que analisam, tecendo considerações que seguem reforçando a ideia lançada no trecho anterior:

Dantes inocente incorrigível na propaganda petista, José Dirceu foi abandonado à própria sorte. O **constrangimento do PT com Dirceu cria mais ruídos na narrativa do partido** através da década marcada pelo Mensalão e o Petrolão. (GAMA e GERVÁSIO, 2015, sem grifos no original)

Prosseguindo em sua intenção de criar uma conexão entre os episódios políticos por meio da mesma personagem, que cada vez mais tem suas características negativas reforçadas, os autores concluem, utilizando, para fechar o texto, o termo “esfinge” para mencionar José Dirceu:

A nova prisão de José Dirceu traz à baila incômodas lembranças de 2005. A recuperação de agendas obliteradas pelo marketing repolitiza o PT. Pode servir de ponto de partida para uma reflexão profunda. Acompanhadas de silêncio sobre responsabilidades dos protagonistas dos descaminhos, novidades podem servir como imerecido indulto à governabilidade finada. O manifesto não tem respostas para o presente contraditório, mas oferece a luta pelo futuro. Diante do ostracismo partidário ao qual essas teses foram legadas, os proponentes teimam: **o partido não foi (de todo) devorado pela esfinge Dirceu**. (GAMA e GERVÁSIO, 2015, sem grifos no original)

Por outro lado, os textos que se referem ao então ministro do Supremo Tribunal Joaquim Barbosa trazem caracteres mais comedidos e positivos. Em 2007, José de Souza Castro publicava um texto sobre o Mensalão comparando a cobertura jornalística dada ao chamado Mensalão mineiro. O autor menciona Barbosa apenas como ministro e dirige a ele uma expectativa republicana de garantia de prazo para aprofundamento de investigações e correção de falhas:

Espera-se que o **ministro Joaquim Barbosa**, do Supremo Tribunal Federal, a quem é dirigido o relatório do delegado Zampronha, tenha concedido um prazo maior para o aprofundamento das investigações e também para a correção de algumas falhas evidentes. (CASTRO, 2007, sem grifos no original)

Washington Araújo, em seu texto intitulado *A crônica de uma injustiça*, destinado a analisar uma outra personagem do caso Mensalão²⁰, Luiz Gushiken, faz uma crítica geral aos meios de comunicação no tratamento dado a Gushiken. Em seu texto aparece uma menção com grande carga de reverência ao ministro Joaquim Barbosa e a sua função como relator da Ação Penal 470:

E é de ninguém menos que do próprio ministro relator Joaquim Barbosa o entendimento de que, à luz dos elementos constantes dos autos, “absolveria Luiz Gushiken, sem dúvida”. (ARAÚJO, 2012, sem grifos no original)

A menção não deixa de ser uma forma de realçar caracteres de superioridade e de respeitabilidade à autoridade do ministro. Um passo além disso, no entanto, dá o texto de Maurício Puls, publicado no *Observatório* como reprodução de uma crítica de jornalismo literário antes publicada no jornal *Folha de S.Paulo*. Ao fazer uma resenha de um livro editado pelo jornalista Merval Pereira, Puls repete os termos escolhidos pelo autor para elogiar Barbosa sem qualquer timidez:

20. Neste estudo não considerada protagonista ou anáfora, em razão do estudo preliminar apresentado.

Segundo o jornalista, a “torrente de provas reveladas pelo **relator Joaquim Barbosa, símbolo da Justiça eficiente**”, esvaziou as manobras da defesa, deixando a impunidade “com os dias contados”. (PULS, 2013, sem grifos no original)

Ao seu turno, fazendo uma espécie de revisão da cobertura realizada pela imprensa sobre escândalos políticos, depois do desfecho do julgamento do caso Mensalão, Francisco Fernandes Ladeira define que a operação feita a respeito de Joaquim Barbosa consistiu em alçá-lo ao *status* de herói nacional. Reafirma, assim, que percebeu a intenção, por parte de jornalistas de realçar determinadas características positivas do ministro, que relembra em sua matéria:

Enquanto o julgamento da Ação Penal 470, mais conhecida como “Mensalão petista”, teve ampla cobertura midiática (**com o ministro Joaquim Barbosa alçado ao status de herói nacional**), o chamado “Mensalão tucano”, encabeçado por Eduardo Azeredo, praticamente não foi mencionado nos principais veículos da imprensa tupiniquim. (LADEIRA, 2014, sem grifos no original)

Agora, num terceiro momento, analisando os trechos de matérias que mencionam tanto o nome de Joaquim Barbosa quanto de José Dirceu, o contraste fica mais evidente. Começando pelo texto de Luiz Antonio Magalhães, de 2007, que tem como chamada *Supremo julgou Mensalão sob pressão da mídia, diz ministro*, verifica-se uma matéria formada por coletânea de trechos publicados em diferentes jornais. No trecho retirado da *Folha de S.Paulo*, as menções a José Dirceu são extensas e detalhadas, enquanto as feitas a Joaquim Barbosa são diretas e sem adjetivos:

Folha de S.Paulo

Quinta-feira, 30 de agosto de 2007

MÍDIA & PODER

Vera Magalhães

‘Em conversa telefônica na noite de anteontem, o ministro Ricardo Lewandowski, do STF (Supremo Tribunal Federal), reclamou de suposta interferência da imprensa no resultado do julgamento que decidiu pela abertura de ação penal contra os 40 acusados de envolvimento no Mensalão. ‘A imprensa acuou o Supremo’, avaliou Lewandowski para um interlocutor de nome ‘Marcelo’. ‘Todo mundo votou com a faca no pescoço.’ Ainda segundo ele, **‘a tendência era amaciar para o Dirceu’**.

Lewandowski foi o único a divergir do **relator, Joaquim Barbosa**, quanto à **imputação do crime de formação de quadrilha para o ex-ministro da Casa Civil e deputado cassado José Dirceu, descrito na denúncia** do procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, **como o ‘chefe da organização criminosa’ de 40 pessoas envolvidas de alguma forma no escândalo.**

[...]

Em seu voto divergente no caso de **Dirceu**, Lewandowski disse que ‘não ficou suficientemente comprovada’ a formação de quadrilha no que diz respeito ao

ex-ministro. **‘Está se potencializando o cargo ocupado [por Dirceu] exatamente para se imputar a ele a formação de quadrilha’**, afirmou.

[...]

No geral, o ministro foi o que mais divergiu do voto de **Barbosa**: 12 ocasiões. Além de não acolher a denúncia contra **Dirceu** por formação de quadrilha, também se opôs ao enquadramento do deputado José Genoino nesse crime, no que foi acompanhado por Eros Grau.

[...]

Logo após desligar, ao voltar para o salão principal do restaurante, Lewandowski se deteve para cumprimentar um dos proprietários, o advogado Antonio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, figura muito conhecida em Brasília e amigo de **vários advogados e políticos -entre eles o próprio Dirceu, citado na conversa**. (MAGALHÃES *apud* MAGALHÃES, 2007, sem grifos no original)

Ainda na mesma coletânea, Luiz Antonio Magalhães ressalta uma crítica de mídia feita por Nelson de Sá também no jornal *Folha de S.Paulo*, no qual relaciona os diversos tratamentos e alcunhas já dedicados a José Dirceu em veículos de imprensa internacionais:

TODA MÍDIA

Nelson de Sá

[...]

‘O PRIMEIRO’

Os esportes seguem na ponta, na atenção dos sites de busca de notícias sobre o Brasil, mas **‘New York Times’**, **‘Financial Times’** e **‘Washington Post’** **já deram os seus textos sobre o ‘aliado político próximo’, o ‘ex-assessor’, ‘um dos mais próximos confidentes do presidente’, ele, o ex-ministro José Dirceu**. Alexei Barrionuevo, no ‘NYT’, lembrou o caso do ex-presidente Fernando Collor de Mello no Supremo, quando **‘foi aberto que operou fundo multimilionário de lama’**. Também o ‘FT’ sublinhou o **‘primeiro desafio sério à impunidade’**. (SÁ *apud* MAGALHÃES, 2007, sem grifos no original)

Em matéria produzida para o site Consultor Jurídico, posteriormente reproduzida no *Observatório da Imprensa*, por se tratar da cobertura de um evento em que se discutia a atuação da imprensa no caso Mensalão, novamente as menções a Joaquim Barbosa são objetivas, sem adjetivos e restringem-se à menção ao seu cargo, enquanto as feitas a José Dirceu são mais acompanhadas de circunstâncias e detalhes que indicam o que e como se falava sobre o réu:

O advogado [de **José Dirceu**] falou com indignação quando **lembrou da aposta de uma garrafa de vinho feita entre os jornalistas Merval Pereira e Ronaldo Sardenberg (sic) quanto ao momento de prisão de José Dirceu**. “Não é possível que isso vá melhorar ou acrescentar à cobertura da imprensa”, disse José Luís [...]

A colunista disse que duas declarações que ela colheu dos ministros Celso de Mello e **Joaquim Barbosa** podem servir de orientação para o debate quanto à influência da mídia, além de já responderem à questão. “Houve de fato uma interferência. Isso nas palavras de dois ministros que foram os que mais condenaram, os mais rigorosos e que não têm nenhuma ligação com o Partido dos Trabalhadores”, disse Mônica, que citou as seguintes frases. [...] Já a

citação ao ministro Joaquim Barbosa, refere-se a uma entrevista concedida em agosto do ano passado, quando o presidente do STF afirmou que “a imprensa nunca deu bola para o Mensalão mineiro”. (BEZERRA, 2013, sem grifos no original)

Prosseguindo, em texto publicado por Deonísio da Silva em 2012, destinado a analisar o vocabulário novo estimulado pelo caso Mensalão na imprensa, o autor evidenciava a diferença entre as maneiras de se referir a um e a outro em sua reflexão:

Ainda antes de ser levado a julgamento, que ora ocorre no STF, o “Mensalão” já resultou na queda de vários ministros e na cassação ou na renúncia de vários deputados, **incluindo o denunciado como chefe da quadrilha, o ex-deputado federal e então ministro José Dirceu.**

[...]

O relator do processo no STF foi o ministro Joaquim Barbosa, o primeiro magistrado negro na mais alta corte do país. (SILVA, 2012, sem grifos no original)

Por fim, já em 2014, encerrado o ciclo de julgamento e cobertura do caso Mensalão, o autor Bruno Bernardo de Araújo apresentava uma análise sobre comportamento e efeito da mídia que indica as formas contrastantes percebidas para retratar um e outro por parte da imprensa:

Há poucas semanas, o *Fantástico*, da TV Globo, anunciava uma reportagem, cujo título interpelou-me à primeira vista: “Manual da Corrupção Eleitoral”. Assisti ao programa com uma expectativa contida. Um dos elementos mais curiosos foi o fato de toda a reportagem girar em torno de uma personagem fictícia, Cândido Peçanha, apresentada como protótipo do político corrupto brasileiro. Um segundo episódio ocorreria, igualmente semanas atrás, por ocasião da ida de um grupo de parlamentares à penitenciária da Papuda com o objetivo de fiscalizar as condições carcerárias de **José Dirceu. Ao passar por uma banca de jornal, em Brasília, a manchete do Correio Braziliense chamou a minha atenção: “Cela de Dirceu tem chuveiro quente, TV e micro-ondas”. Enquanto a lia, uma senhora de meia-idade aproximou-se de mim e, com ar de profunda revolta, destilou um “que absurdo!”.**

[...]

Envolvido em abordagens como as da revista *Veja*, **Dirceu fora apresentado como uma espécie de anti-herói, o vilão da sociedade brasileira. Ao contrário, o ministro Joaquim Barbosa foi vangloriado, transfigurado em herói do povo, “o menino pobre que mudou o Brasil”.** (ARAÚJO, 2014, sem grifos no original)

Em um balanço final, pode-se dizer que as características atribuídas a um e outro no material de crítica de mídia analisado estão listadas nos dois quadros a seguir.

QUADRO 4 – TERMOS E EXPRESSÕES USADAS EM TEXTOS DO CORPUS QUE MENCIONAM APENAS JOAQUIM BARBOSA OU SOMENTE JOSÉ DIRCEU

JOAQUIM BARBOSA	ZÉ DIRCEU
<ul style="list-style-type: none"> ninguém menos que do próprio ministro relator Joaquim Barbosa relator Joaquim Barbosa, símbolo da Justiça eficiente ministro Joaquim Barbosa alçado ao status de herói nacional 	<ul style="list-style-type: none"> ex-ministro José Dirceu e seus mensaleiros capitão do time Dirceu – já preso graças ao Mensalão Dantes inocente incorrigível na propaganda petista O constrangimento do PT com Dirceu cria mais ruídos na narrativa do partido esfinge

QUADRO 5 – TERMOS E EXPRESSÕES USADAS EM TEXTOS DO CORPUS QUE MENCIONAM AMBOS OS NOMES: CONTRASTE

JOAQUIM BARBOSA	ZÉ DIRCEU
<ul style="list-style-type: none"> Joaquim Barbosa, o primeiro magistrado negro na mais alta corte do país o ministro Joaquim Barbosa foi vangloriado, transfigurado em herói do povo, “o menino pobre que mudou o Brasil” 	<ul style="list-style-type: none"> ex-ministro da Casa Civil e deputado cassado José Dirceu <i>New York Times</i>, <i>Financial Times</i> e <i>Washington Post</i> já deram os seus textos sobre o “aliado político próximo”, o “ex-assessor”, “um dos mais próximos confidentes do presidente”, ele, o ex-ministro José Dirceu Merval Pereira e Sardenberg apostaram uma aposta de garrafa de vinho sobre a condenação de Dirceu o denunciado como chefe da quadrilha, o ex-deputado federal e então ministro José Dirceu fora apresentado como uma espécie de anti-herói, o vilão da sociedade brasileira

4.3. Análise Crítica do caso Mensalão no *Observatório da Imprensa*

Para apresentar um fechamento, ainda que sem a pretensão de concluir ou produzir novas informações, é preciso lembrar que, no início deste texto, foi feita uma proposta de verificação das seguintes hipóteses:

a) no *corpus* estudado, são majoritários os materiais que lançam mão de recursos de construção de personagens, com o uso de adjetivos e outras expressões que tratam de aspectos da vida pessoal, ao se referir aos sujeitos dos fatos relatados?

b) os adjetivos, expressões e demais passagens utilizadas referem-se mais a traços de caráter atemporal do que a condutas realizadas no desenvolvimento dos fatos retratados?

Conforme apresentado no capítulo anterior, verificou-se que a primeira possibilidade é verdadeira. Dos textos selecionados, 84% deles traziam menções a qualificações, por meio de adjetivos e expressões que remetiam a caracteres das histórias de vida de Joaquim Barbosa e Zé Dirceu.

Com relação à segunda hipótese, pode-se dizer, a partir de uma leitura do quadro acima, que as qualificações escolhidas por autores dos textos opinativos no *Observatório da Imprensa* centravam-se mais em traços perenes ou passados do que em dados atualizados e relacionados com as questões tratadas no âmbito das acusações e julgamento do caso Mensalão. Pode-se abrir, com isso, um campo novo de comparação: o relato jornalístico, diferente do Direito Penal, enfoca o olhar sobre as pessoas em suas qualidades? No Direito, quando se trata da apuração e do julgamento de um crime, o que se observam são fatos e condutas realizadas para um determinado resultado (SHECAIRA, 2002). É possível estudar um contraste entre o procedimento assumido no campo jornalístico?

Centrando-se no que é possível responder, listam-se a seguir seis proposições a respeito da pesquisa realizada. Tendo sido aplicada de forma sutil, ao longo do estudo apresentado no capítulo 4, a conceituação teórica levantada nos capítulos 2 e 3 se alinha com as verificações nos seguintes sentidos:

1. Pela cobertura de imprensa do caso Mensalão, restaram evidentes as personagens Joaquim Barbosa e José Dirceu como protagonistas ou anáforas. Joaquim Barbosa consolida-se como “ninguém menos que do próprio ministro relator”, “símbolo da Justiça eficiente”, “alçado ao status de herói nacional”, “o primeiro magistrado negro na mais alta corte do país” e “vangloriado, transfigurado em herói do povo, ‘o menino pobre que mudou o Brasil’”. A seu passo, José Dirceu é “Zé Dirceu”. Caracterizado como “ex-ministro e deputado cassado”, o que

anda com “seus mensaleiros”, o “capitão do time”. Lembrado como aquele que “já [foi] preso graças ao Mensalão”, que fora “dantes inocente incorrigível na propaganda petista”, que no presente causaria um “constrangimento do PT com Dirceu [que] cria mais ruídos na narrativa do partido”. Apontado como a pessoa que mencionada pelo *New York Times*, *Financial Times* e *Washington Post* como “aliado político próximo”, “ex-assessor” e também “um dos mais próximos confidentes do presidente”. Com destaque para reforçar: “ele, o ex-ministro José Dirceu”. A pessoa cuja condenação foi objeto de uma aposta de garrafa de vinho entre dois jornalistas ao vivo na TV por assinatura Globonews. O “denunciado como chefe da quadrilha, o ex-deputado federal e então ministro”. Aquele que “fora apresentado como uma espécie de anti-herói, o vilão da sociedade brasileira”. Afinal, a “esfinge” Zé Dirceu.

2. Percebe-se a construção das personagens mais planas do que redondas (COIMBRA, 1993) ou com menos camadas de complexidade em suas histórias de vida (MARTINEZ, 2016). As duas personagens anáforas identificadas ocupam posições antagônicas na escala de valores morais: um tem qualidades positivas ou neutras ressaltadas; o outro tem apontadas ou reconhecidas características negativas. Pode-se dizer que, numa leitura tradicional de estruturas mitológicas (TÁVOLA, 1985), Joaquim Barbosa é o mocinho e José Dirceu é o vilão.

3. Percebem-se mais ocorrências de qualificações para a personagem colocada com valores negativos. O repertório de adjetivos e expressões para caracterizar Zé Dirceu é maior e reúne mais alcunhas e expressões de fácil compreensão, assimilação e memorização. O caso mais emblemático é “esfinge”. Assim, há exemplos marcantes do uso da técnica de *framing*.

4. Verificam-se associações a situações passadas ou episódios políticos diversos do caso Mensalão, indicando também o emprego da ferramenta do *priming*.

5. A apresentação das características pessoais em um veículo de crítica tem a capacidade de revalidar e operar como redundância sobre as qualidades de cada personagem já construída na cobertura primária.

6. Os Observatórios, como no caso do *Observatório da Imprensa*, são espaços com potencialidade para reforçar construções feitas pela cobertura primária ou para fazer um exercício de reversão dessas construções. Existe margem para maximizar esse exercício (para uma direção ou outra) no que diz respeito à abordagem de personagens.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como contribuição para o campo e a prática do jornalismo, a partir do material analisado para esta pesquisa, é preciso registrar que o uso de adjetivos e caracterizações pessoais, em textos de qualquer natureza, tem muita força.

Sobretudo no caso de textos jornalísticos e, ainda, na modalidade de crítica – e crítica da própria mídia – é inevitável notar que essa ferramenta ganha ainda mais força, ao operar como fixador de determinados traços de personalidade na memória criada a respeito das pessoas retratadas.

Em tempo de amplificação de repercussões por meio das mídias sociais, como aponta Luiz Egypto ao situar o contexto social e temporal da cobertura do Mensalão, aumenta muito a possibilidade de que pequenas passagens, editadas e focadas em uma pessoa ou outra, sejam reproduzidas.

Assim, o uso e a redundância dessas expressões incidem na construção da memória sobre as pessoas mencionadas e, portanto, em sua reputação. Por isso é fundamental que adjetivações e qualificações nos textos produzidos sejam usadas com senso de responsabilidade e sirva para motivar debates em torno dos parâmetros éticos da profissão.

Por um lado, os achados deste trabalho servem para reforçar que a prática jornalística é uma atividade necessariamente centrada em sujeitos e subjetividades, em escolhas feitas por esses sujeitos a respeito de outras pessoas, por meio das quais se acumulam camadas de interpretação e construção de personagens.

O que você está analisando é como se fosse uma cebola, ali, com múltiplas camadas, muitas delas nubladas. [...] Seguindo a analogia, a gente tem esse primeiro protagonista, que ele tem ali a sua complexidade. A gente vai ter a cobertura jornalística do jornalista propriamente dito, que também vai fazer uma leitura daquele protagonista, daquele personagem. Se a gente pegar uma Eliane Brum fazendo uma cobertura de um perfil do Joaquim, ela vai ter uma determinada leitura. Se a gente pegar um outro jornalista, que não seja, que tenha outra visão de mundo, vai ser uma visão completamente diferente. Aí nós temos onde aquilo saiu - o Estado de São Paulo vai cobrir diferente de como a Folha vai cobrir. E, no seu caso, ainda, você vai ter mais uma camada, que é a camada do Observatório, que já é uma representação dessa representação toda, e no contexto, além do Observatório, o de um dado autor que ainda vai fazer essa representação. Então, você está trabalhando quase que com um pavê (MARTINEZ, 2016)

As constatações confirmam o que intuitivamente se afirma sobre a prática jornalística: que a imprensa tem a tendência de identificar, em um universo maniqueísta, quem são os vilões e quem são os bandidos. No entanto, cada vez menos pode-se ignorar que pessoas, personagens

têm mais que um lado ou outro. Estruturas de histórias de vida podem e devem ser exploradas em suas múltiplas camadas, em suas profundas complexidades, em sua dinâmica de permanente mutação e interação com as demais variáveis do contexto social e político implicado no desenvolvimento da esfera pública de um país.

Mais ainda do que simplificar os cenários, vê-se que tanto a imprensa quanto seus críticos tendem a atuar na lógica persecutória, buscando apontar um culpado principal para os males identificados no noticiário que revela os maus feitos da cena pública. E, não contente em apontar, parece sentir a necessidade de aplicar sobre essa pessoa uma espécie de retribuição, até de linchamento moral, por meio da qualificação negativa com múltipla repetição e ampla repercussão.

Trata-se de um grande risco. Um risco que se amplifica quando a tendência é realizar essa retribuição moral antes mesmo que o Poder Judiciário chegue a seu pronunciamento definitivo sobre os fatos que são objeto de um julgamento equilibrado, fundamentado em apurações profundas e provas fora de questionamento. O risco é de se cometerem injustiças, porque, afinal, a Constituição Federal e todos os tratados internacionais de Direitos Humanos preveem que a regra que deveria ser consagrada é a da presunção de inocência, ou seja, a premissa de que ninguém será considerado culpado até que se prove o contrário.

Dessa forma, do outro lado da ansiedade pela realização da justiça retributiva, da expectativa das mídias sociais pelo relato centrado nos traços de personalidade das pessoas acusadas, está o dever do jornalista de se posicionar eticamente e optar pela construção de conteúdos que ofereçam elementos plurais, sóbrios e focados em fatos, documentos e fontes.

O que se pode fazer para fugir da fórmula da fonte-personagem? Do ponto de vista técnico, poderia ser tomada a providência de se consultarem profissionais da área do Direito e outras ciências implicadas nos processos jurídicos e políticos, com opiniões diversas, para que oferecessem subsídios mais técnicos a respeito das provas concretas existentes no processo.

Seria possível e desejável combinar fontes envolvidas no calor do processo, interessadas em seu resultado, combinadas com outras externas e desinteressadas. A diversificação de fontes, entre pessoas a serem consultadas a partir de perguntas objetivas e documentos a serem citados após uma leitura atenta, pode ser um dos principais aprendizados após o retrato constatado nesta pesquisa.

Mudar os traços desse retrato da cobertura jornalística sobre escândalos políticos *sub judice*, hoje centrado em personalidades, é um serviço possível e bem-vindo para o jornalismo praticado no país, sobretudo considerando a crescente repercussão dos eventos políticos relacionados a apurações e julgamentos na esfera do Poder Judiciário.

Por fim, espera-se que esta pesquisa, como iniciativa de análise crítica da mídia, contribua para encorajar a identificação de mais e mais camadas sobre as personagens retratadas no jornalismo, assim como no processo de autocompreensão de jornalistas e críticos sobre seu trabalho, bem como todos os veículos de imprensa mencionados e o próprio *Observatório da Imprensa*. Porque colaborar para um jornalismo cada vez melhor é participar da construção cidadã da democracia.

O que mudou fundamentalmente agora é que antes só a mídia jornalística tinha capacidade de distribuição, agora todo mundo tem capacidade de distribuição. É “todos para todos”, é a toda hora, a todo momento, em qualquer canto. Então, isso reforça, aumenta, torna mais ostensiva a responsabilidade social do jornalista. Porque ele tem que ser pensado, o próprio jornalista tem - isso é uma opinião minha, evidentemente - como um servidor público. O negócio do jornalismo é diferenciado, é outra coisa, não é uma fábrica de geladeira, não é uma usina de aço, não é uma lojinha de bijuteria. É um serviço público. A sociedade precisa disso porque a sociedade precisa do jornalismo. E o jornalismo é um estimulador do fortalecimento da democracia. Quanto a isso, sobre isso e disso ele não pode abrir mão. (CERQUEIRA, 2015)

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, A; LADEIRA, J.D.M.; SILVA, M.A.R. *Media criticism* no Brasil: o Observatório da Imprensa. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, Intercom, Vol. XXV, nº 2, julho/dezembro de 2002. Disponível em <<http://portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/viewFile/427/396>>. Acesso em: 7 Jul. 2016.
- AMADO, J. Aprendendo a ler jornal. **Observatório da Imprensa**, São Paulo, 30 Abr. 2016. Disponível em <<http://observatoriodaimprensa.com.br/observatorio-da-imprensa-20-anos/aprendendo-ler-jornal/>>. Acesso em: 4 Jun. 2016.
- ANDI – Comunicação e Direitos. **Como os jornais brasileiros abordam as temáticas relacionadas ao adolescente em conflito com a lei?** Uma análise da cobertura de 54 diários entre 2006 e 2010. Brasília: ANDI e SDH, 2012.
- ARAÚJO, B.B.. Cobertura personificada e legalista da corrupção política. **Observatório da Imprensa**, São Paulo, 01 Jul. 2014. Disponível em <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/_ed805_cobertura_personificada_e_legalista_da_corrupcao_politica/>. Acesso em: 4 Jul. 2016.
- ARAÚJO, W. A crônica de uma injustiça. **Observatório da Imprensa**, São Paulo, 15 Ago. 2012 na edição 707. Disponível em <http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/a_cronica_de_uma_injustica/>. Acesso em 4. Jun. 2016.
- BARBOSA, E.M.Q.; KOZICKI, K. **Judicialização da Política e Controle Judicial de Políticas Públicas**. Revista Direito GV, São Paulo, 8(1) Jan-Jun 2012. P. 059-086. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rdgv/v8n1/v8n1a03>>. Acesso em: 15. Jul. 2016.
- BARROSO, L.R. **Direito e Política: a Tênu Fronteira**, 2012
- BENITZ, J.A. O jornal dos jornais. **Observatório da Imprensa**, São Paulo, 16 Mai. 2016. Disponível em <<http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-do-leitor/o-jornal-dos-jornais/>>. Acesso em: 4 Jun. 2016.
- BEZERRA, E. Imprensa teve papel central no processo do mensalão. **Observatório da Imprensa**, São Paulo, 19 Nov. 2013. Disponível em <http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/_ed773_imprensa_teve_papel_central_no_processo_do_mensalao/>. Acesso em: 4 Jun. 2016.
- BRAIT, B. **A Personagem**. São Paulo: Ática, 1985.
- CAMPBELL, J. **O poder do mito**. São Paulo: Palas Athena, 2008.
- CARVALHO, A.B.; CARVALHO, S. **Aplicação da pena e garantismo**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

CARVALHO, M.C. José Dirceu ‘submerge’ no primeiro dia de debates. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 3 ago. 2012. Brasil, Caderno A, p. 10.

CASTRO, J.S. Rastreamento de dinheiro leva ao ninho tucano. **Observatório da Imprensa**, São Paulo, 25 Sep. 2007. Disponível em <<http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/rastreamento-de-dinheiro-leva-ao-ninho-tucano/>>. Acesso em: 4 Jun. 2016.

CASTILHO, C. Mensalão como paradigma da complexidade informativa. **Observatório da Imprensa**, São Paulo, 03 Aug. 2012. Disponível em <<http://observatoriodaimprensa.com.br/codigo-aberto/mensalao-como-paradigma-da-complexidade-informativa/>>. Acesso em: 4 Jun. 2016.

CERQUEIRA, L.E. Informações fornecidas pelo autor em entrevista pessoal em São Luiz do Paraitinga, em 17 de outubro de 2015.

_____. A inspiração e a alma. **Observatório da Imprensa**, São Paulo, 24 Mar. 2016. Disponível em <<http://observatoriodaimprensa.com.br/oi-20-anos/a-inspiracao-e-a-alma/>>. Acesso em: 4 Jun. 2016.

CHRISTOFOLETTI, R. A crítica do jornalismo catalisa o debate público. **Observatório da Imprensa**, São Paulo, 24 May 2016. Disponível em <<http://observatoriodaimprensa.com.br/observatorio-da-imprensa-20-anos/critica-do-jornalismo-catalisa-o-debate-publico/>>. Acesso em: 4 Jun. 2016.

COIMBRA, O. **O texto da reportagem impressa**. São Paulo: Ática, 1993.

CONTI, M.S. **Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

COSTA, M.C.C. Opinião pública, comunicação, liberdade de expressão e imprensa. In: _____ (org.). **A Censura em Debate**. São Paulo: ECA/USP, 2014.

COSTA, C.T. **Ombudsman: o relógio de Pascal**. São Paulo: Geração Editorial, 2006

_____. Entre o cosmo sangrento e a alma pura. **Observatório da Imprensa**, São Paulo, 14 Apr. 2016. Disponível em <<http://observatoriodaimprensa.com.br/observatorio-da-imprensa-20-anos/entre-o-cosmo-sangrento-e-a-alma-pura/>>; Acesso em: 4 Jun. 2016.

DINES, A. Chegamos aos 20 anos com um duplo desafio. **Observatório da Imprensa**, São Paulo, 17 Mar. 2016. Disponível em <<http://observatoriodaimprensa.com.br/oi-20-anos/chegamos-aos-20-anos-com-um-duplo-desafio/>>. Acesso em: 4 Jun. 2016.

GAMA, C.F.P.; GERVÁSIO, A. A prisão de José Dirceu e a crise de representação do PT. **Observatório da Imprensa**, São Paulo, 08 Aug. 2015. Disponível em <<http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/a-prisao-de-jose-dirceu-e-a-crise-de-representacao-do-pt/>>. Acesso em: 4 Jun. 2016.

GARAPONT, A. **O Juiz e a Democracia: o Guardião das Promessas**, 1999

GASPARI, E. O Supremo Tribunal deu um “salto de qualidade”. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 29 ago. 2007. Brasil, Caderno A, p. 9.

HABERMAS, J. **The theory of communicative action**. Vol 1. Boston: Beacon Press, 1984.

_____. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. São Paulo: Unesp, 2012.

HAMON, P. Por um estatuto semiológico da narrativa. In HAMMOND et al. **Categorias da narrativa**. Coimbra: Almedina, 1976.

HERRIOT, É. **Normale**. Paris: Nouvelle société d'édition, 1932.

KOÇOUSKI, M. **A Comunicação Pública Face ao Dever Estatal de Informar**: Pra não dizer que não falei das flores - estudo de caso do Incra-SP (Dissertação de mestrado). São Paulo: ECA-USP, 2012.

KUNSCH, M.M.K. Comunicação pública: direitos de cidadania, fundamentos e práticas. In MATOS, Heloiza (org.). **Comunicação Pública**: interlocuções, interlocutores e perspectivas. São Paulo: ECA-USP, 2013 (pp. 3-14).

KUNTZ, R. A informação econômica e os truques do poder. **Observatório da Imprensa**, São Paulo, 31 Mar. 2016. Disponível em <<http://observatoriodaimprensa.com.br/observatorio-da-imprensa-20-anos/a-informacao-economica-e-os-truques-do-poder/>>. Acesso em: 4 Jun. 2016.

LADEIRA, F.F. A conjuntura política e o papel da grande mídia. **Observatório da Imprensa**, São Paulo, 29 Apr. 2014. Disponível em <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/_ed796_a_conjuntura_politica_e_o_papel_da_grande_midia/>. Acesso em: 4 Jun. 2016.

LAGE, N. **A Reportagem**. São Paulo e Rio de Janeiro: Record, 2014.

LIMA, E.P. Jornalismo Literário: o legado de ontem. In RIO DE JANEIRO (CIDADE). **New Journalism: a reportagem como criação literária**. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2003. Disponível em <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204433/4101399/estudos7.pdf>>. Acesso em: 23 Jun. 2016.

_____. **Páginas Ampliadas**: O Livro-Reportagem como Extensão do Jornalismo e da Literatura. São Paulo: Manole, 2004.

LIPOVETSKY, G. **A Era do Vazio**: Ensaio Sobre o Individualismo Contemporâneo. São Paulo: Manole, 2005.

LO PRETE, R. Jefferson denuncia mesada paga pelo tesoureiro do PT. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 6 Jun. 2005. Brasil, Caderno A, p. 4. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u69402.shtml>>. Acesso em: 10 Mai. 2015.

MAGALHÃES, L.A. Supremo julgou mensalão sob pressão da mídia, diz ministro ...

Observatório da Imprensa, São Paulo, 31 Aug. 2007. Disponível em <<http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/supremo-julgou-mensalao-sob-pressao-da-midiadiz-ministro/>>. Acesso em: 4 Jun. 2016.

MALIN, M. Chinaglia, Aldo e o “Mensalão”. **Observatório da Imprensa**, São Paulo, 02 Feb. 2007. Disponível em <<http://observatoriodaimprensa.com.br/radio/mau-comecochinaglia-aldo-e-o-mensalao/>>. Acesso em: 4 Jun. 2016.

_____. A caretice do noticiário. Site Observatório da Imprensa. **Observatório da Imprensa**, São Paulo, 10 Aug. 2013. Disponível em <http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/a_caretice_do_noticiario/>. Acesso em: 4 Jun. 2016.

MARTINEZ, M. **Jornada do Herói**: a estrutura mítica na construção de história de vida em jornalismo. São Paulo: Annablume, 2008.

_____. Informações fornecidas pela autora em entrevista pessoal em Barueri, em 30 de março de 2016.

MARTINO, L.M.S. Informações fornecidas pelo autor em entrevista pessoal em São Paulo, em 31 de março de 2016.

MATOS, H. Comunicação pública, esfera pública e capital social. In: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação Pública**: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público. São Paulo: Atlas, 2009 (pp. 47-58).

MEDINA, C.C.A. **A Arte de Tecer o Presente**. São Paulo: Summus, 2003.

MELO, J.M. **Jornalismo Opinativo**: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. 3ª Edição revisada e ampliada. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003

MOREIRA, L. (org.). **Judicialização da Política**. São Paulo: 22 Editorial, 2012.

NUNES, L. A obsessão pela pluralidade de opiniões. **Observatório da Imprensa**, São Paulo, 10 May 2016. Disponível em <<http://observatoriodaimprensa.com.br/observatorio-da-imprensa-20-anos/obsessao-pela-pluralidade-de-opinioes/>>. Acesso em: 4 Jun. 2016.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. Página <<http://observatoriodaimprensa.com.br/sobre/>> Acesso em: 4 Jun. 2016.

PEUCE, T. **Os relatos jornalísticos**. Tradução de Paulo da Rocha Dias, com introdução do tradutor. Revista Comunicação & Sociedade. São Bernardo do Campo: PósCom-Umesp, n.33, p.199-204, 1º Semestre de 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2070/1812>

PULS, M. Livros reconstituem processo do Mensalão. **Observatório da Imprensa**, São Paulo, 04 Jun. 2013. Disponível em <http://observatoriodaimprensa.com.br/armazem-literario/_ed749_livros_reconstituem_processo_do_mensalao/>. Acesso em: 4 Jun. 2016.

SANTA RITA, C. **Batalhas Eleitorais: 25 Anos de Marketing Político**. São Paulo: Geração Editorial, 2001.

SHAW, E.F. *Agenda-Setting and Mass Communication Theory*. *Gazette. International Journal for Mass Communication Studies*, vol. XXV, n.º 2, pp. 96-105, 1979.

SHECAIRA, S.S.; CORRÊA JÚNIOR, A. **Teoria da Pena**: finalidades, direito positivo, jurisprudência e outros estudos de ciência criminal. São Paulo: RT, 2002.

SCHEUFELE, D.A.; TEWKSBURY, D. Framing, Agenda Setting, and Priming: The Evolution of Three Media Effects Models. *Journal of Communication* 57, pp. 9–20. International Communication Association, 2007. Disponível em <<https://www.unc.edu/~fbaum/teaching/articles/J-Communication-2007-1.pdf>>. Acesso em: 10 Aug. 2015.

SILVA, D. Novas palavras do mensalão. **Observatório da Imprensa**, São Paulo, 14 Aug. 2012. Disponível em <http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitos/_ed707_novas_palavras_do_mensalao>. Acesso em 4 Jun. 2016.

SODRÉ, M. **Técnica de reportagem**: notas sobre a narrativa jornalística. São Paulo: Summus, 1986.

STEINER, J. **The foundations of deliberative democracy: empirical research and normative implications**. Cambridge University Press, 2012.

STYCER, M. A arte de odiar a TV com paixão. **Folha de S.Paulo**, 01 Jul. 2012. Ilustrada, Caderno D, p. 8.

TÁVOLA, A. **Comunicação é mito**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2005, v. 1.

VILAS-BOAS, S. **Perfis e como escrevê-los**. São Paulo: Summus 2003.

VOGT, C. Um país que espelhe a imprensa! **Observatório da Imprensa**, São Paulo, 06 Apr. 2016. Disponível em <<http://observatoriodaimprensa.com.br/observatorio-ano-20/um-pais-que-espele-a-imprensa>>. Acesso em: 4 Jun. 2016.

WOLF, M. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

LEIS

BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 Abr. 2015.

_____. **Lei nº 12.527**. Brasília, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12527.htm. Acesso em: 23 Abr. 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Assembleia Geral. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris, 1948. Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>. Acesso em: 23 Abr. 2015.

APÊNDICE A

Lista das 100 matérias resultantes da busca no site *Observatório da Imprensa* com o termo Mensalão

Invasão de privacidade ou direito à informação? (JORNAL DE DEBATES > OI NA TV)

Autor/a e data: Por Lilia Diniz em 12/09/2007 na edição 450

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/invasao-de-privacidade-ou-direito-a-informacao/>

Vera Guimarães Martins (VOZ DOS OUVIDORES > “FOLHA DE SÃO PAULO”)

Autor/a e data: 04/04/2016 na edição 897

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/voz-dos-ouvidores/vera-guimaraes-martins-39/>

Invasão de privacidade (CADERNO DA CIDADANIA > MÍDIA & LEGISLAÇÃO)

Autor/a e data: Por Paulo Bento Bandarra em 16/10/2007 na edição 455

Link: http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/invasao_de_privacidade/

De ‘quadrilhas’ e ‘elites responsáveis’ (CÓDIGO ABERTO > DESATIVADO)

Autor/a e data: Por Alceu Nader em 12/04/2006

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/codigo-aberto/de-quadrilhas-e-elites-responsaveis/>

Veja (ENTRE ASPAS > FIM DE SEMANA, 26 E 27/08)

Autor/a e data: 29/08/2006 na edição 396

Link: http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/veja_31055/

A explosão dos blogs de direita na mídia (FEITOS & DESFEITAS > MÍDIA & IDEOLOGIA)

Autor/a e data: Por Yasmin Alencar em 02/12/2014 na edição 827

Link: http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitas/_ed827_a_explosao_dos_blogs_de_direita_na_midia/

Os donos da cultura (INTERESSE PÚBLICO > POLÍTICA CULTURAL)

Autor/a e data: Por Paulo Vasconcellos em 31/12/2013 na edição 779

Link: http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/_ed779_os_donos_da_cultura/

A conjuntura política e o papel da grande mídia (JORNAL DE DEBATES > PESOS E MEDIDAS)

Autor/a e data: Por Francisco Fernandes Ladeira em 29/04/2014 na edição 796

Link: http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/_ed796_a_conjuntura_politica_e_o_papel_da_grande_midia/

Datafolha rasga a fantasia iluminista da imprensa (IMPRESSA EM QUESTÃO > O PAPEL DA IMPRESSA)

Autor/a e data: Por Gilson Caroni Filho em 10/04/2006 na edição 376

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/datafolha-rasga-a-fantasia-iluminista-danbspimprensanbsp/>

A reinvenção da política nacional (JORNAL DE DEBATES > NÃO HÁ INOCENTES NO JOGO DO PODER)

Autor/a e data: Por Melck Aquino em 01/03/2016 na edição 892

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/a-reinvencao-da-politica-nacional/>

Verdades inconvenientes (IMPrensa EM QUESTÃO > 'NOVO JORNAL')

Autor/a e data: Por Ângela Carrato em 03/02/2015 na edição 836

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/ed836-verdades-inconvenientes/>

Aécio, a moça, a discussão errada (CIRCO DA NOTÍCIA > FATO & NOTÍCIA)

Autor/a e data: Por Carlos Brickmann em 10/11/2009 na edição 563

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/circo-da-noticia/aecio-a-moca-a-discussao-errada/>

A patrulha dos donos da verdade (CIRCO DA NOTÍCIA > CASO RAQUEL SHEHERAZADE)

Autor/a e data: Por Carlos Brickmann em 11/02/2014 na edição 785

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/circo-da-noticia/ed785-a-patrulha-dos-donos-da-verdade/>

Cobertura personificada e legalista da corrupção política (JORNAL DE DEBATES > JORNALISMO & CORRUPÇÃO)

Autor/a e data: Por Bruno Bernardo de Araújo em 01/07/2014 na edição 805

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/ed805-cobertura-personificada-e-legalista-da-corrupcao-politica/>

(Veja aqui os artigos de Washington Araujo)

Autor/a e data:

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/author/washington-araujo/>

'Opinião pública' ou 'opinião da grande mídia'? (JORNAL DE DEBATES > JULGAMENTO DO MENSALÃO)

Autor/a e data: Por Venício A. de Lima em 17/09/2013 na edição 764

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/ed764-opinio-publica-ou-opinio-da-grande-midia/>

Jornalismo, direito e democracia (CADERNO DA CIDADANIA > ENTREVISTA / ANA ELISA BECHARA)

Autor/a e data: Por Mauro Malin em 18/08/2012 na edição 707

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/jornalismo-direito-e-democracia/>

A mídia é o golpe (INTERESSE PÚBLICO > REGULAÇÃO EM DEBATE)

Autor/a e data: Por Ângela Carrato em 24/03/2015 na edição 843

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/ed843-a-midia-e-o-golpe/>

Um não quis, outro não pôde (CÓDIGO ABERTO > DESATIVADO)

Autor/a e data: Por Luiz Weis em 30/03/2006

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/codigo-aberto/um-nao-quis-outro-nao-pode/>

Repórteres armados com microfone (CIRCO DA NOTÍCIA > NOTÍCIA & OPINIÃO)

Autor/a e data: Por Carlos Brickmann em 09/05/2006 na edição 336

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/circo-da-noticia/reporteres-armados-com-microfone/>

O que é o ‘clamor popular’? (JORNAL DE DEBATES > JULGAMENTO DO MENSALÃO)

Autor/a e data: Por Luciano Martins Costa em 19/09/2013 na edição 764

Comentário para o programa radiofônico do Observatório, 19/9/2013

Link: http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/o_que_e_o_lsqquo_clamor_popular_rsquo/

Quando a mídia ajuda a desinformar (ENTRE ASPAS > IGNORÂNCIA POLÍTICA)

Autor/a e data: Por Muniz Sodré em 24/04/2006 na edição 378

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/quando-a-midia-ajuda-a-desinformar/>

A crônica de uma injustiça (CADERNO DA CIDADANIA > MENSALÃO & LUIZ GUSHIKEN)

Autor/a e data: Por Washington Araujo em 15/08/2012 na edição 707

Link: http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/a_cronica_de_uma_injustica/

A espada de Dâmocles entre o STF e a imprensa (JORNAL DE DEBATES > JULGAMENTO DO MENSALÃO)

Autor/a e data: Por Alexandre Douglas Zaidan de Carvalho em 16/10/2012 na edição 716

Link: http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/ed716_a_espada_de_damocles_entre_o_stf_e_a_imprensa/

O lead é o que importa (FEITOS & DESFEITAS > JULGAMENTO DO MENSALÃO)

Autor/a e data: Por Eduardo Ribeiro Toledo em 20/08/2013 na edição 760

Link: http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitas/ed760_o_lead_e_o_que_importa/

Conversando e aprendendo a julgar (TENDÊNCIAS > A IMPRENSA E O JUDICIÁRIO)

Autor/a e data: Por Joaquim Falcão em 05/04/2016 na edição 897

Artigo publicado originalmente na revista da ESPM

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/tendencias/conversando-e-aprendendo-a-julgar/>

O papel do jornalista é informar (FEITOS & DESFEITAS > CASO MENSALÃO)

Autor/a e data: Por Marcelo Feitoza em 24/04/2012 na edição 691

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitas/ed691-o-papel-do-jornalista-e-informar/>

Procurador chancela noticiário (JORNAL DE DEBATES > DENÚNCIA DO MPF)

Autor/a e data: Por Alberto Dines em 13/04/2006 na edição 376

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/procurador-chancela-noticiario/>

Toda a tristeza do mundo em uma foto (JORNAL DE DEBATES > MENSALÃO, ÚLTIMOS CAPÍTULOS)

Autor/a e data: Por Ricardo Kotscho em 30/11/2013 na edição 774

Reproduzido do blog do autor, 29/11/2013; título original “Toda a tristeza do mundo na foto da avó na prisão”, intertítulo do OI

Link: [http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/toda a tristeza do mundo na foto da avo na prisao/](http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/toda-a-tristeza-do-mundo-na-foto-da-avo-na-prisao/)

(Veja aqui os artigos de Janio de Freitas)

Autor/a e data:

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/author/janio-de-freitas/>

Lula no Fantástico e revelações sobre a Globo fecham o ano ... (ENTRE ASPAS > SEXTA-FEIRA, 30/12)

Autor/a e data: Por Luiz Antonio Magalhães em 30/12/2005 na edição 361

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/entre-aspas/lula-no-fantastico-e-revelacaosobre-a-globofecham-o-ano/>

Rastreamento de dinheiro leva ao ninho tucano (INTERESSE PÚBLICO > MENSALÃO MINEIRO)

Autor/a e data: Por José de Souza Castro em 25/09/2007 na edição 452

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/rastreamento-de-dinheiro-leva-ao-ninho-tucano/>

Denúncia e evolução na Folha de S.Paulo (DIRETÓRIO ACADÊMICO > 'ESCÂNDALO DO MENSALÃO')

Autor/a e data: Por Júlio Henrique Canuto da Silva em 27/03/2006 na edição 374

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/diretorio-academico/denuncia-e-evolucao-na-folha-de-spaulo/>

Memória de um furo esquecido (IMPRESSA EM QUESTÃO > MÍDIA E CRISE POLÍTICA)

Autor/a e data: Por Luiz Egypto em 01/08/2005 na edição 340

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/memoria-de-um-furo-esquecido/>

A Justiça que tarda e falha (JORNAL DE DEBATES > MÍDIA & CORRUPÇÃO)

Autor/a e data: Por José de Souza Castro em 31/03/2015 na edição 844

Link: http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/_ed844_a_justica_que_tarda_e_falha/

Dez palavras na ordem do dia (E-NOTÍCIAS > MENSALÃO E SUAS VIZINHAS)

Autor/a e data: Por Deonísio da Silva em 04/09/2007 na edição 449

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/e-noticias/dez-palavras-na-ordem-do-dia/>

A imprensa seletiva (JORNAL DE DEBATES > MÍDIA & MENSALÃO)

Autor/a e data: Por Washington Araujo em 02/08/2012 na edição 705

Link: [http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/a imprensa seletiva 1/](http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/a-imprensa-seletiva-1/)

Investigação da promiscuidade entre políticos e empresas públicas ... (Publicado originalmente no site da Agência Pública, 29/1/2016, sob o título “Nos estados, empresas públicas têm ligação direta com o mundo político e pouca transparência”)

Autor/a e data: Por Bruno Vieira e Fabiano Angélico em 02/02/2016 na edição 887

Publicado originalmente no site da Agência Pública, 29/1/2016, sob o título “Nos estados, empresas públicas têm ligação direta com o mundo político e pouca transparência”

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornalismo-investigativo/investigacao-da-promiscuidade-entre-politicos-e-empresas-publicas-estaduais/>

Onde a corda arrebenta (FEITOS & DESFEITAS > ‘PROFISSÃO REPÓRTER’)

Autor/a e data: Por Candice Soldatelli em 16/03/2015 na edição 842

Link: http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitas/_ed842_onde_a_corda_arrebenta/

Argumentos fáceis, o verdadeiro ópio do povo (CADERNO DA CIDADANIA > PROTESTOS URBANOS)

Autor/a e data: Por Adriano Rima em 25/06/2013 na edição 752

Link: http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/_ed752_argumentos_faceis_o_verdadeiro_opio_do_povo/

Mau começo >>Chinaglia, Aldo e o “mensalão” (PROGRAMA Nº 450 - MAURO MALIN)

Autor/a e data: Por Mauro Malin em 02/02/2007

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/radio/mau-comecochinaglia-aldo-e-o-mensalao/>

Imprensa abordou o caso de forma denunciativa (JORNAL DE DEBATES > JULGAMENTO DO MENSALÃO)

Autor/a e data: Por Lara Deus em 14/05/2013 na edição 746

Reproduzido da Agência USP de Notícias, 9/5/2013; título original “Imprensa abordou “mensalão” de forma denunciativa”

Link: http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/_ed746_imprensa_abordou_o_caso_de_forma_denunciativa/

Suzana Singer (VOZ DOS OUVIDORES > ‘FOLHA DE S.PAULO’)

Autor/a e data: 21/05/2013 na edição 747

“O mensalão em exame”, copyright Folha de S.Paulo, São Paulo (SP), 19/5/2013

Link: http://observatoriodaimprensa.com.br/voz-dos-ouvidores/_ed747_suzana_singer/

TV Justiça, ao vivo e sem cortes (TV EM QUESTÃO > OI NA TV => ECOS DO MENSALÃO)

Autor/a e data: Por Lilia Diniz em 14/12/2012 na edição 724

Link: http://observatoriodaimprensa.com.br/tv-em-questao/tv_justica_ao_vivo_e_sem_cortes/

O massacre da imprensa (ARMAZÉM LITERÁRIO > MENSALÃO)

Autor/a e data: Por Víctor Gabriel Rodríguez em 27/08/2013 na edição 761

Apresentação de AP 470, de Gustavo Mascarenhas Pedrina, 278 pp., Editora LiberArs, 2013; título original “Mensalão: liberdade, injusto massacre da imprensa e algum testemunho pessoal”

Link: http://observatoriodaimprensa.com.br/armazem-literario/_ed761_o_massacre_da_imprensa/

Golpe e farsa (JORNAL DE DEBATES > ECOS DO MENSALÃO)

Autor/a e data: Por Mauro Malin em 17/12/2013 na edição 777

Link: http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/_ed777_golpe_e_farsa/

As semelhanças entre o mensalão, Gim e os cubanos (IMPrensa EM QUESTÃO > MÍDIA & POLÍTICA)

Autor/a e data: Por Alberto Dines em 22/08/2007 na edição 447

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/as-semelhancas-entre-omensalao-gim-e-os-cubanos/>

A prisão de José Dirceu e a crise de representação do PT ... (JORNAL DE DEBATES > COMUNICAÇÃO POLÍTICA)

Autor/a e data: Por Carlos Frederico Pereira da Silva Gama e Ariane Gervásio em 08/08/2015 na edição 862

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/a-prisao-de-jose-dirceu-e-a-crise-de-representacao-do-pt/>

A caretice do noticiário (IMPRESSA EM QUESTÃO > CARTEL & MENSALÃO)

Autor/a e data: Por Mauro Malin em 10/08/2013 na edição 758

Link: http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/a_caretice_do_noticiario/

Pau que bate em Chico... (CÓDIGO ABERTO > DESATIVADO)

Autor/a e data: Por Luiz Weis em 26/09/2007

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/codigo-aberto/pau-que-bate-em-chico/>

Mensalão como paradigma da complexidade informativa ... (CÓDIGO ABERTO >)

Autor/a e data: Por Carlos Castilho em 03/08/2012

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/codigo-aberto/mensalao-como-paradigma-da-complexidade-informativa/>

Mensalão ou não?>>Riscos do aodamento (PROGRAMA Nº 53 - MAURO MALIN)

Autor/a e data: Por Mauro Malin em 18/07/2005

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/radio/gtmensalao-ou-naoriscos-do-acodamento/>

Blogs entram na agenda do mensalão (CÓDIGO ABERTO > CÓDIGO ABERTO)

Autor/a e data: Por Carlos Castilho em 05/08/2005

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/codigo-aberto/blogs-entram-na-agenda-do-mensalao/>

Efeito mensalão altera ecologia informativa no Brasil (CÓDIGO ABERTO > CÓDIGO ABERTO)

Autor/a e data: Por Carlos Castilho em 23/07/2005

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/codigo-aberto/efeito-mensalao-altera-ecologia-informativa-no-brasil/>

Mercedão explica melhor o mensalão (CÓDIGO ABERTO > DESATIVADO)

Autor/a e data: Por Luiz Weis em 19/06/2005

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/codigo-aberto/mercedao-explica-melhor-o-mensalao/>

Mensalão no STF>>Celso Furtado e a cultura (PROGRAMA Nº 1854 - MAURO MALIN)

Autor/a e data: Por Mauro Malin em 23/07/2012

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/radio/gt-gt-mensalao-no-stf-lt-br-gt-gt-gt-celso-furtado-e-a-cultura/>

Blogs políticos ganham espaço na crise do mensalão (CÓDIGO ABERTO > CÓDIGO ABERTO)

Autor/a e data: Por Carlos Castilho em 16/06/2005

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/codigo-aberto/blogs-politicos-ganham-espaco-na-crise-do-mensalao/>

mensalão (Arquivos - POLÍTICA & ECONOMIA)

Autor/a e data:

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/tag/mensalao/>

Mensalão ou valerioduto, é corrupção>>Jornal não faz milagre ... (PROGRAMA Nº 413 - MAURO MALIN)

Autor/a e data: Por Mauro Malin em 11/12/2006

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/radio/gtmensalao-ou-valerioduto-e-corrupcaojornal-nao-faz-milagre/>

A surpresa da pesquisa>>Mensalão e kit gay (PROGRAMA Nº 1912 - LUCIANO MARTINS-COSTA)

Autor/a e data: Por Luciano Martins Costa em 11/10/2012

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/radio/gt-gt-a-surpresa-da-pesquisa-lt-br-gt-gt-gt-mensalao-e-kit-gay/>

O mensalão na hora da verdade (FEITOS & DESFEITAS > JULGAMENTO NO STF)

Autor/a e data: Por Jorge Fernando dos Santos em 07/08/2012 na edição 706

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitas/ed706-o-mensalao-na-hora-da-verdade/>

Dilma e o bispo, PCC e o mensalão (FEITOS & DESFEITAS > OI NO RÁDIO)

Autor/a e data: Por Mauro Malin em 28/07/2012 na edição 704

Sobre comentário para o programa radiofônico do OI, 27/7/2012

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitas/dilma-e-o-bispo-pcc-e-o-mensalao/>

A mídia e os '40 do mensalão' (IMPrensa EM QUESTÃO > JULGAMENTO NO STF)

Autor/a e data: Por Alberto Dines em 20/08/2007 na edição 446

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/a-midia-e-os-40-do-mensalao/>

O mensalão da imprensa de Cuiabá (IMPrensa EM QUESTÃO > MÍDIA E CRISE POLÍTICA)

Autor/a e data: Por Gibran Lachowski em 18/07/2005 na edição 338

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/o-mensalao-da-imprensa-de-cuiaba/>

Cachoeira e mensalão, a imprensa e a investigação (FEITOS & DESFEITAS > OI NO RÁDIO)

Autor/a e data: Por Mauro Malin em 08/08/2012 na edição 706

Comentário para o programa radiofônico do OI, 8/8/2012

Link: http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitas/cachoeira_e_mensalao_a_imprensa_e_a_investigacao/

Muito além do “mensalão” (FEITOS & DESFEITAS > JUSTIÇA & “PRESENTISMO”)

Autor/a e data: Por Marlos Mello em 28/08/2012 na edição 709

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitas/ed709-muito-alem-do-mensalao/>

O julgamento do mensalão e o Supremo Tribunal da Mentira ... (MOSAICO > JORNAL NACIONAL)

Autor/a e data: Por Luis Eustáquio Soares em 07/08/2012 na edição 706

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/mosaico/o-julgamento-do-mensalao-e-o-supremo-tribunal-da-mentira/>

Dia de “mensalão” e Varig >> Adaptação da mídia impressa ... (PROGRAMA Nº 165 - MAURO MALIN)

Autor/a e data: Por Mauro Malin em 21/12/2005

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/radio/dia-de-mensalao-e-varigadaptacao-da-midia-impressa/>

Mensalão do DF (MONITOR DA IMPRENSA > 2009 - MÍDIA & JORNALISMO)

Autor/a e data: 29/12/2009 na edição 570

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/monitor-da-imprensa/mensalao-do-df/>

O mensalão já está na Wikipédia (CÓDIGO ABERTO > CÓDIGO ABERTO)

Autor/a e data: Por Carlos Castilho em 07/08/2005

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/codigo-aberto/o-mensalao-ja-esta-na-wikipedia/>

Parte da imprensa não fez jornalismo no julgamento do mensalão ... (JORNAL DE DEBATES > ENTREVISTA / PAULO MOREIRA LEITE)

Autor/a e data: Por Gabriel Bonis em 26/02/2013 na edição 735

Reproduzido da CartaCapital, 21/2/2013; título original “‘Maioria da imprensa abriu mão de fazer jornalismo no julgamento do mensalão’”

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/ed735-maioria-da-imprensa-abriu-mao-de-fazer-jornalismo-no-julgamento-do-mensalao/>

O mensalão, a economia e as eleições (FEITOS & DESFEITAS > OI NO RÁDIO)

Autor/a e data: Por Mauro Malin em 06/08/2012 na edição 705

Comentário para o programa radiofônico do OI, 6/8/2012

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitas/o-mensalao-a-economia-e-as-eleicoes/>

Tensão pré-mensalão; o estatuto do PCC (FEITOS & DESFEITAS > OI NO RÁDIO)

Autor/a e data: Por Mauro Malin em 01/08/2012 na edição 705

Comentário para o programa radiofônico do OI, 1/8/2012

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitas/tensao-pre-mensalao-o-estatuto-do-pcc/>

A mídia e o mensalão (ÚLTIMOS CAPÍTULOS)

Autor/a e data: em 27/11/2013 | Programa número 711

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/oitv/a-midia-e-o-mensalao/>

A cobertura do mensalão e das eleições (FEITOS & DESFEITAS > OI NO RÁDIO)

Autor/a e data: Por Mauro Malin em 09/08/2012 na edição 706

Comentário para o programa radiofônico do OI, 9/8/2012

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitas/a-cobertura-do-mensalao-e-das-eleicoes/>

Mensalão, turno e retorno (FEITOS & DESFEITAS > POLÍTICA & FUTEBOL)

Autor/a e data: Por Gabriel Góes Barreira em 18/09/2012 na edição 712

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitas/ed712-mensalao-turno-e-retorno/>

A novela do mensalão (JORNAL DE DEBATES > MÍDIA & ALIENAÇÃO)

Autor/a e data: Por Alice Martins Moraes em 09/10/2012 na edição 715

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/ed715-a-novela-do-mensalao/>

O 'mensalão' revisitado (IMPrensa EM QUESTÃO > O TEMPORA, O MORES)

Autor/a e data: Por Mauro Malin em 06/06/2005 na edição 332

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/o-mensalao-revisitado/>

Supremo julgou mensalão sob pressão da mídia, diz ministro ... (ENTRE ASPAS > QUINTA-FEIRA, 30/08)

Autor/a e data: Por Textos selecionados por Luiz Antonio Magalhães em 31/08/2007 na edição 448

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/supremo-julgou-mensalao-sob-pressao-da-midiadiz-ministro/>

Vidas Secas, mensalão e a polícia jurídico-midiática (MOSAICO > SOBERANIA & ABANDONO)

Autor/a e data: Por Luis Eustáquio Soares em 09/10/2012 na edição 715

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/mosaico/ed715-vidas-secas-mensalao-e-a-policia-juridico-midiatica/>

Mídia sai mal na foto do mensalão (CÓDIGO ABERTO > DESATIVADO)

Autor/a e data: Por Luiz Weis em 12/06/2005

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/codigo-aberto/midia-sai-mal-na-foto-do-mensalao/>

'Mensalão', Ribeirão (CÓDIGO ABERTO > DESATIVADO)

Autor/a e data: Por Mauro Malin em 28/11/2005

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/codigo-aberto/mensalao-ribeirao/>

Mensalão mineiro, um teste para a imprensa (IMPrensa EM QUESTÃO > COBERTURA DA CORRUPÇÃO)

Autor/a e data: Por Eugênio Bucci em 03/12/2013 na edição 775

Reproduzido de O Estado de São Paulo, 28/11/2013; intertítulos do OI

Link: http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/_ed775_mensalao_mineiro_um_teste_para_a_imprensa/

Livro sobre o mensalão disponível na internet (ARMAZÉM LITERÁRIO > ENTREVISTA / IVO PATARRA)

Autor/a e data: Por Gisele Pecchio Dias em 19/09/2006 na edição 399

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/armazem-literario/livro-sobre-o-mensalao-disponivel-na-internet/>

Imprensa teve papel central no processo do mensalão ... (IMPrensa EM QUESTÃO > AÇÃO PENAL 470)

Autor/a e data: Por Elton Bezerra em 19/11/2013 na edição 773

Reproduzido do Consultor Jurídico, 11/11/1013

Link: http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/_ed773_imprensa_teve_papel_central_no_processo_do_mensalao/

Programa da CBN discute o mensalão do DEM (ENTRE ASPAS > QUARTA-FEIRA, 9/12)

Autor/a e data: Por Leticia Nunes em 09/12/2009 na edição 567

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/entre-aspas/programa-da-cbn-discute-o-mensalao-do-dem/>

O julgamento jurídico do “mensalão” (CADERNO DA CIDADANIA > STF JULGA MENSALÃO)

Autor/a e data: Por Dalmo de Abreu Dallari em 24/07/2012 na edição 704

Link: http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/ed704_o_julgamento_juridico_do_mensalao/

Livros reconstituem processo do mensalão (ARMAZÉM LITERÁRIO > AÇÃO PENAL 470)

Autor/a e data: Por Mauricio Puls em 04/06/2013 na edição 749

Reproduzido da Folha de S.Paulo, 2/6/2013; intertítulo do OI

Link: http://observatoriodaimprensa.com.br/armazem-literario/ed749_livros_reconstituem_processo_do_mensalao/

Volta o “mensalão”>>Rede de TV do governo (PROGRAMA Nº 478 - MAURO MALIN)

Autor/a e data: Por Mauro Malin em 14/03/2007

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/radio/gtvolta-o-mensalaorede-de-tv-do-governo/>

A mesada e o mensalão (JORNAL DE DEBATES > JULGAMENTO DO MENSALÃO)

Autor/a e data: Por Janio de Freitas em 16/10/2012 na edição 716

Reproduzido da Folha de S.Paulo, 15/10/2012

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/ed716-a-mesada-e-o-mensalao/>

A linguagem seletiva do 'mensalão' (JORNAL DE DEBATES > BALANÇO 2013)

Autor/a e data: Por Venício A. de Lima em 17/12/2013 na edição 777

Link: http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/ed777_a_linguagem_seletiva_do_mensalao/

A mídia e o julgamento do mensalão (JORNAL DE DEBATES > OI NA TV)

Autor/a e data: Por Lilia Diniz em 09/08/2012 na edição 706

Link: http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/a_midia_e_o_julgamento_do_mensalao/

Repórter antecipa: CPI confirmará o mensalão (CÓDIGO ABERTO > DESATIVADO)

Autor/a e data: Por Luiz Weis em 20/12/2005

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/codigo-aberto/reporter-antecipa-cpi-confirmara-o-mensalao/>

Programa 23>> O ‘mensalão’ esquecido>> A lógica das revistas ... (PROGRAMA Nº 23 - MAURO MALIN)

Autor/a e data: Por Mauro Malin em 06/06/2005

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/radio/programa-23-o-mensalao-esquecido-a-logica-das-revistas-furo-pela-internet-banco-santos-e-midia-exercito-no-sao-francisco/>

A volta do “mensalão”>>Pecado original (PROGRAMA Nº 108 - MAURO MALIN)

Autor/a e data: Por Mauro Malin em 03/10/2005

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/radio/gta-volta-do-mensalaopecado-original/>

Lula e o Ibope: o leitor se esqueceu ou enjoou do mensalão ... (CÓDIGO ABERTO > DESATIVADO)

Autor/a e data: Por Alceu Nader em 16/03/2006

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/codigo-aberto/lula-e-o-ibope-o-leitor-se-esqueceu-ou-enjoou-do-mensalao/>

Mensalão or not mensalão, essa não é a questão (CÓDIGO ABERTO > DESATIVADO)

Autor/a e data: Por Luiz Weis em 29/08/2005

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/codigo-aberto/mensalao-or-not-mensalao-essa-nao-e-a-questao/>

Prêmio justo para a entrevista do mensalão (CÓDIGO ABERTO > DESATIVADO)

Autor/a e data: Por Luiz Weis em 14/12/2005

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/codigo-aberto/premio-justo-para-a-entrevista-do-mensalao/>

Novas palavras do mensalão (FEITOS & DESFEITAS > ETIMOLOGIA APLICADA)

Autor/a e data: Por Deonísio da Silva em 14/08/2012 na edição 707

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitas/ed707-novas-palavras-do-mensalao/>

O fio do “mensalão”>>Publicidade oficial (PROGRAMA Nº 54 - MAURO MALIN)

Autor/a e data: Por Mauro Malin em 19/07/2005

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/radio/gto-fio-do-mensalaopublicidade-oficial/>

APÊNDICE B

Lista das matérias que mencionam Zé Dirceu e/ou Joaquim Barbosa dentre as 100 resultantes da busca no site *Observatório da Imprensa*

Ano: 2005 | **Mês:** 6

Personagem mencionado: **ZÉ DIRCEU**

Título: Mercedão explica melhor o mensalão

Autor/a: Por Luiz Weis em 19/06/2005

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/codigo-aberto/mercedao-explica-melhor-o-mensalao/>

Ano: 2005 | **Mês:** 7

Personagem mencionado: **ZÉ DIRCEU**

Título: >>O fio do “mensalão” >>Publicidade oficial

Autor/a: Por Mauro Malin em 19/07/2005

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/radio/gto-fio-do-mensalaopublicidade-oficial/>

Ano: 2005 | **Mês:** 8

Personagem mencionado: **ZÉ DIRCEU**

Título: Memória de um furo esquecido

Autor/a: Por Luiz Egypto em 01/08/2005 na edição 340

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/memoria-de-um-furo-esquecido/>

Ano: 2005 | **Mês:** 8

Personagem mencionado: **ZÉ DIRCEU**

Título: Mensalão or not mensalão, essa não é a questão

Autor/a: Por Luiz Weis em 29/08/2005

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/codigo-aberto/mensalao-or-not-mensalao-essa-nao-e-a-questao/>

Ano: 2005 | **Mês:** 12

Personagem mencionado: **ZÉ DIRCEU**

Título: Lula no Fantástico e revelação sobre a Globo fecham o ano

Autor/a: Por Luiz Antonio Magalhães em 30/12/2005 na edição 361

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/entre-aspas/lula-no-fantastico-e-revelacaosobre-a-globofecham-o-ano/>

Ano: 2005 | **Mês:** 12

Personagem mencionado: **ZÉ DIRCEU**

Título: Repórter antecipa: CPI confirmará o mensalão

Autor/a: Por Luiz Weis em 20/12/2005

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/codigo-aberto/reporter-antecipa-cpi-confirmara-o-mensalao/>

Ano: 2006 | **Mês:** 3

Personagem mencionado: **ZÉ DIRCEU**

Título: Um não quis, outro não pôde

Autor/a: Por Luiz Weis em 30/03/2006

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/codigo-aberto/um-nao-quis-outro-nao-pode/>

Ano: 2006 | **Mês:** 3

Personagem mencionado: **ZÉ DIRCEU**

Título: Denúncia e evolução na Folha de S.Paulo

Autor/a: Por Júlio Henrique Canuto da Silva em 27/03/2006 na edição 374

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/diretorio-academico/denuncia-e-evolucao-na-folha-de-spaulo/>

Ano: 2006 | **Mês:** 4

Personagem mencionado: **ZÉ DIRCEU**

Título: De ‘quadrilhas’ e ‘elites responsáveis’

Autor/a: Por Alceu Nader em 12/04/2006

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/codigo-aberto/de-quadrilhas-e-elites-responsaveis/>

Ano: 2006 | **Mês:** 4

Personagem mencionado: **ZÉ DIRCEU**

Título: Datafolha rasga a fantasia iluminista da imprensa

Autor/a: Por Gilson Caroni Filho em 10/04/2006 na edição 376

Link:

Ano: 2006 | **Mês:** 8

Personagem mencionado: **ZÉ DIRCEU**

Título: Veja

Autor/a: 29/08/2006 na edição 396

Link: http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/veja_31055/

Ano: 2006 | **Mês:** 9

Personagem mencionado: **ZÉ DIRCEU**

Título: Livro sobre o mensalão disponível na internet

Autor/a: Por Gisele Pecchio Dias em 19/09/2006 na edição 399

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/armazem-literario/livro-sobre-o-mensalao-disponivel-na-internet/>

Ano: 2007 | **Mês:** 2

Personagem mencionado: **ZÉ DIRCEU**

Título: >>Mau começo >>Chinaglia, Aldo e o “mensalão”

Autor/a: Por Mauro Malin em 02/02/2007

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/radio/mau-comecochinaglia-aldo-e-o-mensalao/>

Ano: 2007 | **Mês:** 8

Personagem mencionado: **AMBOS**

Título: Supremo julgou mensalão sob pressão da mídia, diz ministro

Autor/a: Textos selecionados por Luiz Antonio Magalhães em 31/08/2007 na edição 448

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/supremo-julgou-mensalao-sob-pressao-da-midiadiz-ministro/>

Ano: 2007 | **Mês:** 9

Personagem mencionado: JOAQUIM BARBOSA

Título: Rastreamento de dinheiro leva ao ninho tucano

Autor/a: Por José de Souza Castro em 25/09/2007 na edição 452

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/rastreamento-de-dinheiro-leva-ao-ninho-tucano/>

Ano: 2009 | **Mês:** 11

Personagem mencionado: ZÉ DIRCEU

Título: Aécio, a moça, a discussão errada

Autor/a: Por Carlos Brickmann em 10/11/2009 na edição 563

Link:

Ano: 2012 | **Mês:** 8

Personagem mencionado: AMBOS

Título: Novas palavras do mensalão

Autor/a: Por Deonísio da Silva em 14/08/2012 na edição 707

Link: http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitos/ed707_novas_palavras_do_mensalao/

Ano: 2012 | **Mês:** 8

Personagem mencionado: ZÉ DIRCEU

Título: Mensalão como paradigma da complexidade informativa

Autor/a: Por Carlos Castilho em 03/08/2012

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/codigo-aberto/mensalao-como-paradigma-da-complexidade-informativa/>

Ano: 2012 | **Mês:** 8

Personagem mencionado: ZÉ DIRCEU

Título: O mensalão na hora da verdade

Autor/a: Por Jorge Fernando dos Santos em 07/08/2012 na edição 706

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitos/ed706-o-mensalao-na-hora-da-verdade/>

Ano: 2012 | **Mês:** 8

Personagem mencionado: JOAQUIM BARBOSA

Título: A crônica de uma injustiça

Autor/a: Por Washington Araujo em 15/08/2012 na edição 707

Link: http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/a_cronica_de_uma_injustica/

Ano: 2012 | **Mês:** 10

Personagem mencionado: ZÉ DIRCEU

Título: A espada de Dâmocles entre o STF e a imprensa

Autor/a: Por Alexandre Douglas Zaidan de Carvalho em 16/10/2012 na edição 716

Link: http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/ed716_a_espada_de_damocles_entre_o_stf_e_a_imprensa/

Ano: 2012 | **Mês:** 10

Personagem mencionado: ZÉ DIRCEU

Título: >>A surpresa da pesquisa >>Mensalão e kit gay

Autor/a: Por Luciano Martins Costa em 11/10/2012

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/radio/gt-gt-a-surpresa-da-pesquisa-lt-br-gt-gt-gt-mensalao-e-kit-gay/>

Ano: 2012 | **Mês:** 10

Personagem mencionado: **ZÉ DIRCEU**

Título: A mesada e o mensalão

Autor/a: Por Janio de Freitas em 16/10/2012 na edição 716 - Reproduzido da Folha de S.Paulo, 15/10/2012

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/ed716-a-mesada-e-o-mensalao/>

Ano: 2012 | **Mês:** 10

Personagem mencionado: **JOAQUIM BARBOSA**

Título: A novela do mensalão

Autor/a: Por Alice Martins Morais em 09/10/2012 na edição 715

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/ed715-a-novela-do-mensalao/>

Ano: 2012 | **Mês:** 12

Personagem mencionado: **JOAQUIM BARBOSA**

Título: TV Justiça, ao vivo e sem cortes

Autor/a: Por Lilia Diniz em 14/12/2012 na edição 724

Link: http://observatoriodaimprensa.com.br/tv-em-questao/tv_justica_ao_vivo_e_sem_cortes/

Ano: 2013 | **Mês:** 2

Personagem mencionado: **JOAQUIM BARBOSA**

Título: Parte da imprensa não fez jornalismo no julgamento do mensalão

Autor/a: Por Gabriel Bonis em 26/02/2013 na edição 735

Link: http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/ed735_maioria_da_imprensa_abriu_mao_de_fazer_jornalismo_no_julgamento_do_mensalao/

Ano: 2013 | **Mês:** 5

Personagem mencionado: **ZÉ DIRCEU**

Título: Imprensa abordou o caso de forma denunciativa

Autor/a: Por Lara Deus em 14/05/2013 na edição 746

Link: http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/ed746_imprensa_abordou_o_caso_de_forma_denunciativa/

Ano: 2013 | **Mês:** 6

Personagem mencionado: **JOAQUIM BARBOSA**

Título: Livros reconstituem processo do mensalão

Autor/a: Por Mauricio Puls em 04/06/2013 na edição 749

Link: http://observatoriodaimprensa.com.br/armazem-literario/ed749_livros_reconstituem_processo_do_mensalao/

Ano: 2013 | **Mês:** 8

Personagem mencionado: **ZÉ DIRCEU**

Título: A caretice do noticiário

Autor/a: Por Mauro Malin em 10/08/2013 na edição 758

Link: http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/a_caretice_do_noticiario/

Ano: 2013 | Mês: 8

Personagem mencionado: JOAQUIM BARBOSA

Título: O lead é o que importa

Autor/a: Por Eduardo Ribeiro Toledo em 20/08/2013 na edição 760

Link: http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitas/ed760_o_lead_e_o_que_importa/

Ano: 2013 | Mês: 11

Personagem mencionado: AMBOS

Título: Imprensa teve papel central no processo do mensalão

Autor/a: por Elton Bezerra em 19/11/2013 na edição 773

Link: http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/ed773_imprensa_teve_papel_central_no_processo_do_mensalao/

Ano: 2013 | Mês: 12

Personagem mencionado: ZÉ DIRCEU

Título: Golpe e farsa

Autor/a: Por Mauro Malin em 17/12/2013 na edição 777

Link: http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/ed777_golpe_e_farsa/

Ano: 2014 | Mês: 2

Personagem mencionado: JOAQUIM BARBOSA

Título: A patrulha dos donos da verdade

Autor/a: Por Carlos Brickmann em 11/02/2014 na edição 785

Link: http://observatoriodaimprensa.com.br/circo-da-noticia/ed785_a_patrulha_dos_donos_da_verdade/

Ano: 2014 | Mês: 4

Personagem mencionado: JOAQUIM BARBOSA

Título: A conjuntura política e o papel da grande mídia

Autor/a: Por Francisco Fernandes Ladeira em 29/04/2014 na edição 796

Link: http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/ed796_a_conjuntura_politica_e_o_papel_da_grande_midia/

Ano: 2014 | Mês: 7

Personagem mencionado: AMBOS

Título: Cobertura personificada e legalista da corrupção política

Autor/a: por Bruno Bernardo de Araújo em 01/07/2014 na edição 805

Link: http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/ed805_cobertura_personificada_e_legalista_da_corrupcao_politica/

Ano: 2015 | Mês: 3

Personagem mencionado: ZÉ DIRCEU

Título: A Justiça que tarda e falha

Autor/a: Por José de Souza Castro em 31/03/2015 na edição 844

Link: http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/ed844_a_justica_que_tarda_e_falha/

Ano: 2015 | Mês: 8

Personagem mencionado: ZÉ DIRCEU

Título: A prisão de José Dirceu e a crise de representação do PT

Autor/a: Por Carlos Frederico Pereira da Silva Gama e Arianne Gervásio em 08/08/2015 na edição 862

Link: <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/a-prisao-de-jose-dirceu-e-a-crise-de-representacao-do-pt/>

APÊNDICE C

Quadro final das matérias selecionadas para o *corpus*, com análise

MENÇÃO	TÍTULO	O TEXTO TRAZ ADJETIVOS, APOSTOS E DEMAIS INFORMAÇÕES DE ORDEM PESSOAL ASSOCIADAS À DESCRIÇÃO DAS PESSOAS?	QUAIS?	QUAIS SÃO OS VEÍCULOS JORNALÍSTICOS MENCIONADOS?
ZÉ DIRCEU	>>Mau começo >>Chinaglia, Aldo e o “mensalão”	Não		Folha de S.Paulo
AMBOS	Supremo julgou mensalão sob pressão da mídia, diz ministro	Sim	ex-ministro da Casa Civil e deputado cassado José Dirceu; ‘New York Times’, ‘Financial Times’ e ‘Washington Post’ já deram os seus textos sobre o ‘aliado político próximo’, o ‘ex-assessor’, ‘um dos mais próximos confidentes do presidente’, ele, o ex-ministro José Dirceu	
JOAQUIM BARBOSA	Rastreamento de dinheiro leva ao ninho tucano	Não		
AMBOS	Novas palavras do mensalão	não	vale indicar que conta a história de uma aposta de garrafa de vinho sobre a condenação de Dirceu	Trata-se da cobertura de um seminário, com participação de uma jornalista da Folha de S.Paulo

ZÉ DIRCEU	Mensalão como paradigma da complexidade informativa	Sim	“José Dirceu e seus mensaleiros”	Nenhum
JOAQUIM BARBOSA	A crônica de uma injustiça	Sim	ninguém menos que do próprio ministro relator Joaquim Barbosa	
JOAQUIM BARBOSA	Livros reconstituem processo do mensalão	Sim	relator Joaquim Barbosa, símbolo da Justiça eficiente (o autor reproduz entre aspas termos do autor resenhado)	jornalista Merval Pereira, como autor de livro
ZÉ DIRCEU	A carece do noticiário	Sim	capitão do time	Observatório da Imprensa, “jornalões”
AMBOS	Imprensa teve papel central no processo do mensalão	Sim	o denunciado como chefe da quadrilha, o ex-deputado federal e então ministro José Dirceu; Joaquim Barbosa, o primeiro magistrado negro na mais alta corte do país	
JOAQUIM BARBOSA	A conjuntura política e o papel da grande mídia	Sim	ministro Joaquim Barbosa alçado ao status de herói nacional	mídia em geral
AMBOS	Cobertura personificada e legalista da corrupção política	Sim	Dirceu fora apresentado como uma espécie de anti-herói, o vilão da sociedade brasileira. Ao contrário, o ministro Joaquim Barbosa foi vangloriado, transfigurado em herói do povo, “o menino pobre que mudou o Brasil”.	

ZÉ DIRCEU	A prisão de José Dirceu e a crise de representação do PT	Sim	Aposto: Dirceu – já preso graças ao Mensalão; Dantes inocente incorrigível na propaganda petista; e “O constrangimento do PT com Dirceu cria mais ruídos na narrativa do partido”; esfinge	Nenhum
----------------------	--	-----	--	--------

ANEXO A

INTERESSE PÚBLICO > MENSALÃO MINEIRO

Rastreamento de dinheiro leva ao ninho tucano

Por José de Souza Castro em 25/09/2007 na edição 452

Políticos e seus assessores nas campanhas eleitorais devem estar debruçados sobre o relatório de 172 páginas datado de 4 de julho passado e assinado pelo delegado Luís Flávio Zampronha de Oliveira, da Polícia Federal, mas que só veio a público graças ao [Consultor Jurídico](#). Os políticos espertos estarão em busca das falhas da campanha de reeleição do governador Eduardo Azeredo, em 1998. Falhas que possibilitaram o indiciamento em crimes de peculato de Marcos Valério e seus sócios nas empresas de publicidade SMP&B e DNA e de presidentes e diretores de estatais mineiras importantes, além de alguns de seus assessores de imprensa, que começaram a carreira em jornais mineiros e em sucursais de jornais de outros estados.

O relatório, porém, está incompleto, como admite o próprio delegado Zampronha, que, na página 172, sugere ao Ministério Público Federal, na pessoa do procurador-geral da República, a necessidade de realização de quatro providências, entre elas a quebra de sigilo da Samos Participações Ltda., empresa do ministro das Relações Institucionais, Walfrido dos Mares Guia. Para jornalistas e donos de empresas jornalísticas de Minas, no entanto, a providência que deve mais chamar a atenção é a segunda:

‘2. A continuação do rastreamento da trilha do dinheiro (*paper trail*) recebido por Amadeu Machado Filho, indicado como beneficiário do cheque compensado no dia 01/09/1998 no valor de R\$ 242.271,17, e por Valter Eustáquio Cruz Gonçalves, que recebeu três cheques da SMP&B Comunicação, dois no valor de R\$ 420.000,00, nos dias 08/09/1998 e 29/09/2006, e outro, em 20/08/1998, no valor de R\$ 280.000,00, perfazendo o total de R\$ 1.120.000,00, devendo ser solicitado o afastamento do sigilo bancário das contas onde foram depositadas tais quantias visando à análise de suas movimentações’.

Prática comum

A atenção de editores e donos de empresas jornalísticas, evidentemente, não está no erro de digitação do ano da emissão do cheque (1998, e não 2006), mas nas consequências que tais investigações podem ter para eles. Muitos receberam dinheiro no caixa 2 sem contabilizar – e, às vezes, até sem que outros dirigentes da empresa ficassem sabendo – para publicar releases feitos pela campanha de Azeredo. Tudo indica que tais repasses foram feitos por Valter Cruz, um conhecido agenciador de anúncios de Belo Horizonte.

Aqueles cheques não foram depositados pela SMP&B na empresa de Valter Cruz, mas na conta pessoal dele no Bank Boston, agência 16, conforme admitiu em depoimento na Polícia Federal,

que estava rastreando onde havia sido gasto o empréstimo de R\$ 9 milhões tomado pela DNA Propaganda no Banco Rural. Diz o relatório: 'O próprio Marcos Valério, referendado por Cláudio Mourão (responsável financeiro pela campanha de Azeredo), admitiu que tal empréstimo foi destinado à campanha de reeleição do governador Eduardo Azeredo.' Segundo o relatório, Valter 'não diz a verdade' ao responder que não se recorda de tais repasses, 'mas que provavelmente sejam em razão de suas relações comerciais com a SMP&B'.

É uma prática relativamente comum, na imprensa mineira, sobretudo no jornal *Estado de Minas*, cobrar dos comitês eleitorais para publicar notícia sobre os candidatos. Pessoas de dentro do *Estado de Minas* me informaram que, no ano passado, o jornal de Assis Chateaubriand (que na década de 1950 cobrou uma fortuna do governador paulista Adhemar de Barros para publicar o lançamento de sua candidatura à Presidência da República em seus jornais, conforme se lê em *Chatô, o Rei do Brasil*, do jornalista Fernando Moraes) deixou de fazer essa cobrança dos políticos. Se verdadeira a informação, é um bom resultado da investigação que vinha sendo feita pela equipe do delegado Zampronha.

Lavagem de dinheiro

Espera-se que o ministro Joaquim Barbosa, do Supremo Tribunal Federal, a quem é dirigido o relatório do delegado Zampronha, tenha concedido um prazo maior para o aprofundamento das investigações e também para a correção de algumas falhas evidentes.

Por exemplo, em nenhum momento o relatório tipifica os crimes em que poderiam ter incorrido o senador Eduardo Azeredo e o ministro Walfrido dos Mares Guia, embora o faça em relação a outros investigados. Diz, por exemplo, que incorreram no crime tipificado no art. 312 do Código Penal sete dirigentes da estatal Comig, três da Copasa, seis do Grupo Bemge, seis da Cemig, seis da SMP&B e DNA, entre outros, incluindo aí pessoas registradas como jornalistas profissionais no Ministério do Trabalho, mas que exerciam o cargo de secretário de Comunicação Social do Governo (Eduardo Guedes) na época da campanha, ou de assessoria de imprensa na Cemig (Francisco Stheling Neto, Luiz Henrique Michalik e Donaldo Dinardi) e na Copasa (Henrique Bandeira de Melo).

Nessa questão de possíveis crimes praticados, o que mais se destaca no relatório é a presidente do Banco Rural, Katia Rabello, que 'deve ser enquadrada no crime de gestão fraudulenta tipificado no art. 4º da Lei 7.492/1986'. E vai mais longe, o delegado Zampronha, ao dizer: 'Realmente, deve ser considerado que o Banco Rural é uma instituição voltada para a prática de crimes, principalmente a lavagem de dinheiro, sendo imperioso que suas atividades sejam, imediatamente, suspensas...'

Para o delegado, 'constatou-se a existência de complexa organização criminosa que atuava a partir de uma divisão muito aprofundada de tarefas, disposta de estruturas herméticas e hierarquizadas, constituída de maneira metódica e duradoura, com o objetivo claro de obter ganhos os mais elevados possíveis através da prática de ilícitos e do exercício de influência na política e economia locais'. Ele acha que ficou demonstrada a similitude da técnica de lavagem de dinheiro usada por Marcos Valério no Mensalão e na campanha eleitoral de Azeredo.

Os métodos da quadrilha

Em ambas, os recursos repassados a partidos políticos tinham sua origem justificada por empréstimos obtidos em instituições financeiras de Minas Gerais. Os laudos periciais contábeis das agências de publicidade SMP&B e DNA, das quais Marcos Valério era sócio, comprovam que elas eram usadas com o fim de promover ‘a lavagem de ativos financeiros apropriados por agentes públicos, com largo emprego de falsificações, simulações, fraudes e omissões em seus registros comerciais e fiscais’, escreveu o delegado.

O relatório mostra como tucanos e pefelistas bem postos na política mineira se valeram da *expertise* de um ex-bancário travestido de publicitário para montar um esquema de lavagem de dinheiro, com o objetivo de obter dinheiro para a campanha de reeleição do governador Eduardo Azeredo (PSDB), em 1998. A quadrilha teria levantado pelo menos R\$ 28 milhões de empresas estatais, de recursos do Tesouro Estadual e de empresas privadas, para amargar, no fim, um retumbante fracasso nas urnas.

Além do senador Azeredo, que conseguiu se eleger em 2002 e chegou a presidente nacional do PSDB – cargo a que renunciou quando Marcos Valério se tornou o mais conhecido carequinha brasileiro, em 2005 –, o relatório deixa mal o ministro Walfrido dos Mares Guia, que era vice-governador em 1998, e outros políticos e empresários mineiros.

O delegado Zampronha diz que a quadrilha usava dois métodos para desviar recursos públicos para a campanha: 1. patrocínios fictícios de eventos esportivos realizados pelas estatais Copasa, Comig e Grupo Bemge; 2. simulação de gastos publicitários da Cemig, cuja agência era a SMP&B.

Legitimar custo da campanha

Marcos Valério também realizou, em 1998, procedimentos ilícitos junto à Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro), vinculada ao Ministério do Trabalho, ‘utilizando a mesma técnica de branqueamento de fundos desviados através da prestação de serviços publicitários inexistentes ou superfaturados’, segundo Zampronha.

A investigação começou depois que o ministro Nelson Jobim, então no Supremo Tribunal Federal, determinou o desmembramento do Inquérito nº 2280-2/140-STF, que apurava o Mensalão, de forma a abranger o período iniciado em 1998, quando Marcos Valério se revelou um competente operador do mercado interbancário de lavagem de dinheiro.

Segundo o relatório, a estrutura político-eleitoral criada em 1998 por Eduardo Azeredo para disputar a reeleição precisava implementar um esquema que visasse legitimar todo o capital reunido para custear a campanha. ‘No caso analisado, tratavam-se de fundos públicos desviados das administrações direta e indireta do estado de Minas Gerais e de valores repassados à coligação eleitoral por empresários, empreiteiros e banqueiros com interesses econômicos junto ao poder público do Estado’, diz o delegado Zampronha.

Caso da Fazenda Santa Rosa

De acordo com o relatório, Marcos Valério entrou na SMP&B juntamente com Clésio Andrade, que era presidente do PFL mineiro e candidato a vice-governador na chapa de reeleição de Eduardo Azeredo. 'Seu ingresso foi estruturado com base em operação de crédito irregular junto ao Credireal', diz Zamprona, que cita um inquérito em andamento na Superintendência da Polícia Federal em Minas (Inquérito Policial nº 934/2005).

Em maio de 1996, o governo de Minas assinou com a SMP&B um contrato por meio do qual ela se tornaria a principal agência de publicidade dos órgãos da administração direta e também da Cemig, a maior estatal mineira.

Menos de dois meses depois, no dia 26 de junho de 1996, o Credireal, que estava em processo de privatização pelo governo Eduardo Azeredo, emprestou à SMP&B um total de R\$ 1.674.150,00. Passados mais 14 dias, Clésio Andrade se tornou sócio dessa agência de publicidade.

O encadeamento dos fatos não pára aí. Alguns meses antes, Marcos Valério e os dois donos da SMP&B, Cristiano Paz e Ramon Cardoso, compraram do pai de Clésio Andrade, por R\$ 140 mil, a Fazenda Santa Rosa, em Juatuba, a 40 quilômetros da capital. Essa fazenda foi dada em outubro de 1996 ao Credireal como pagamento daquele empréstimo. Ela foi avaliada pelo banco em R\$ 2.422.783,00.

Nem Newton Cardoso, quando governador na década de 1980, conseguia lucrar tanto com a compra de fazendas em Minas...

Cemig, Copasa e Comig

Marcos Valério teria pago a Clésio Andrade R\$ 1.154.000,00 para comprar a participação acionária dele na SMP&B e DNA. Pelo menos, essa foi a explicação ouvida pela Polícia Federal para o depósito daquela quantia, feito em 1998 pela SMP&B na conta do Instituto João Alfredo de Andrade Ltda., de propriedade de Clésio. Outros R\$ 545 mil foram depositados, com o mesmo objetivo, na conta da Carbo Cia. de Artefatos de Borracha Ltda., da qual Clésio é sócio. A Carbo obteve, entre julho e agosto de 98, R\$ 5 milhões em empréstimos do Banco Rural, com aval de Marcos Valério e Clésio, segundo a CPI dos Correios. (Para quem não sabe, Clésio preside há 14 anos a Confederação Nacional de Transportes, para a qual é reeleito por aclamação.)

Nessa altura, a lavanderia de dinheiro montada por Marcos Valério já funcionava sem tempo ocioso. Segundo o relatório de Zamprona, a análise feita pelo Instituto Nacional de Criminalística (INC) da Polícia Federal identificou 27 empréstimos tomados pela SMP&B e DNA, em 1998, na

operação de branqueamento de capitais. As investigações indicam que ao menos R\$ 28 milhões 515 mil foram transferidos por Marcos Valério para a coordenação financeira da campanha de Eduardo Azeredo, 'após serem submetidos ao processo de legitimação conduzido pelo empresário'.

O INC, segundo o relatório, identificou recursos desviados das estatais e usados na campanha de Azeredo. Os valores comprovados seriam estes: R\$ 1.673.981,90 da Cemig; R\$ 1,5 milhão da Copasa; R\$ 1,5 milhão da Comig; R\$ 500 mil do Grupo Bemge. Além disso, teria havido um desvio, de acordo com o INC, de R\$ 4.576.000,00 do Tesouro estadual.

Walfrido e Azeredo, os avalistas

O delegado Zampronha aponta que o presidente da Cemig, Carlos Eloy, no cargo desde 3 de abril de 1992, se licenciou em julho de 1998 para ser o coordenador político da campanha do governador. O presidente da Copasa, Ruy Lage, nomeado pelo governador Hélio Garcia e mantido por Azeredo, se licenciou, a pedido do governador, para ajudar na sua campanha na região de Montes Claros, onde Lage tinha uma fábrica de parafusos e propriedades rurais. O presidente da Comig, Carlos Cotta, licenciou-se em junho de 1998 para atuar como coordenador político da campanha na Região Metropolitana.

Participavam também da direção da campanha o vice-governador Walfrido dos Mares Guia, o secretário da Fazenda João Heraldo (que foi ser diretor do Banco Rural quando acabou o governo Eduardo Azeredo) e outro secretário de Estado, Cláudio Mourão. Este último era responsável pela administração financeira da campanha da coligação PSDB/PFL, juntamente com Denise Pereira Landim e Teófilo Pereira. Depois da derrota de seu candidato, Cláudio Mourão ficou em apuros, pois uma empresa dele havia comprado carros para serem usados na campanha e não havia dinheiro para reembolsá-la. Por isso, entrou com ação indenizatória contra Eduardo Azeredo e Clésio Andrade.

Segundo o relatório, ele desistiu da ação devido a um acordo extrajudicial com Azeredo, que 'consistiu no pagamento de R\$ 700 mil através da SMP&B e Banco Rural'. Nessa época, o ex-secretário da Fazenda já era diretor do banco e teria facilitado um empréstimo de R\$ 507.134,00 à Samos Participações, usados para pagar a Cláudio Mourão. Walfrido dos Mares Guia disse à Polícia Federal que a Samos é uma empresa holding patrimonial constituída para administrar seus bens e os de sua família, com sede no seu próprio endereço residencial. Segundo o delegado Zampronha, Walfrido e Azeredo eram os avalistas do empréstimo concedido pelo Rural. Esse empréstimo foi liquidado em 19/12/2002 mediante crédito originado na conta corrente da própria Samos no Banque Nationale de Paris Brasil S.A.

Dificuldades nas investigações

Há muito mais coisas no relatório, como a famosa 'Lista do Mourão', que fala em arrecadação de cerca de R\$ 100 milhões durante a campanha (os declarados ao Tribunal Regional Eleitoral

foram apenas R\$ 8.555.878,97). Nessa lista, há nomes de candidatos a deputado que receberam dinheiro da campanha, entre eles Aécio Neves, candidato à reeleição para a Câmara dos Deputados pelo PSDB, que teria sido contemplado com R\$ 110 mil, de um total de mais de R\$ 10,8 milhões que teriam sido repassados a candidatos, partidos políticos e até sindicatos. Esse documento acena com uma arrecadação de cerca de R\$ 100 milhões para a campanha de reeleição do governador Eduardo Azeredo, em 1998, mas a PF só comprovou gastos de pouco mais de R\$ 28 milhões. Há ainda muitas incógnitas nesse processo.

O relatório do delegado Zampronha diz que a autenticidade do documento assinado por Cláudio Mourão, com data de 7/6/2005 e entregue por Newton Monteiro à PF (ele disse, em depoimento, ter recebido o documento do próprio Mourão, no apartamento de Danise Landim, outra responsável pelas finanças da campanha eleitoral), foi comprovada pelo INC, órgão da Polícia Federal. Ao ser confrontado com o laudo do INC, Mourão confirmou serem suas as assinaturas apostas ao documento, mas disse que não o elaborou. Só que qualquer montagem 'teria sido facilmente detectada pelos instrumentos ópticos utilizados pela Polícia Federal nos exames', diz Zampronha.

Em declarações à imprensa, Azeredo disse que nunca houve Mensalão em Minas e nem pagamento a deputados para votar projetos de interesse do governo. De fato, o relatório não trata disso, mas de um esquema para arrecadar ilegalmente dinheiro para a campanha eleitoral. Walfrido disse que não tinha responsabilidade financeira na campanha de Azeredo e que abriu agora a contabilidade de sua empresa à Polícia Federal. Talvez, assim, ela consiga avançar mais um pouco nas investigações, nas quais o delegado Zampronha apontou muitas dificuldades até o momento de entregar seu relatório.

Leia também

[*O crime organizado na política nacional*](#) – Mauro Malin

[*Mídia omitiu a gênese do valerioduto*](#) – Paulo Lima

Jornalista, Belo Horizonte, MG

ANEXO B

CADERNO DA CIDADANIA > MENSALÃO & LUIZ GUSHIKEN

A crônica de uma injustiça

Por Washington Araujo em 15/08/2012 na edição 707

No cipoal de delitos, ilicitudes e crimes sob julgamento no Supremo Tribunal Federal, objeto da Ação Penal 470 – afetivamente distinguida pela imprensa como Mensalão –, a sua maior parte não resiste a uma simples busca por provas e evidências que façam jus ao estardalhaço com que o assunto vem manipulando corações e mentes, e despertando paixões claramente partidárias nos meios de comunicação.

Mas existe outra selva de ilegalidades pairando como sombra sobre esta AP-470: a forma escancarada com que pessoas de reputação bem abaixo do meio-fio recebem aura de credibilidade incontestada, seja na condição de delator, seja na de testemunha em sua dupla função de réu de crime confesso. Essa credibilidade recebe a moldura vistosa de uma imprensa que há muito deixou de se pautar pelos requisitos basilares do bom jornalismo – aquele que busca a verdade, que persegue os fatos, que é incansável em ouvir os vários lados envolvidos e que se abstém de exarar julgamento de valor antes que o tema investigado tenha reunido os elementos básicos que respondam de forma inequívoca a questões tão simples e essenciais à nossa atividade quanto: Quem? Onde? Quando? O quê? Por quê? Como? Quanto?

Caixa dois

Chega a ser irônico, não fosse gravíssimo do ponto de vista moral e ético, que a grande imprensa que insiste em meter os pés pelas mãos em sua sua incontida pretensão de trocar a função de jornalista pela de magistrado, mudando como em passe de mágica as mangas de camisa por pomposas togas, é a mesma imprensa que usa todos os meios ao seu dispor – e não são poucos, desde plantação de notas contendo ameaças de demolição de reputações até o prenúncio de nova avalanche de infundados escândalos – para evitar que jornalistas de revistas semanais como *Veja* (Grupo Abril) e *Época* (Grupo Globo) venham a depor na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga as nebulosas transações financeiras, escutas ilegais, aliciamento de parlamentares do Congresso Nacional, empresários de alto coturno e, também, o uso de informações obtidas – de forma criminosa, via escutas telefônicas – para abastecer noticiário apocalíptico com o intuito não menos criminoso de desestabilizar o governo de um país.

É a velha história se renovando: investigação boa é a que atinge os outros, que lhes macula a honra, expõe-lhes as vísceras na pedra dos mercados públicos, imputam-lhes crimes imaginários que causam repulsa à sociedade; e a investigação que não pode nunca existir é a que trata das relações ilícitas entre jornalistas e proprietários de seus abonados veículos de comunicação com o submundo do crime, tão próprios para regimes de exceção, para tempos ditatoriais, funcionando como vasos comunicantes de interesses sórdidos travestidos de informação. Nesse aspecto, o julgamento da AP-470 não passa de mero instrumento burocrático requerido pela grande mídia para dar validação às suas muitas teses de condenação às dezenas de réus indiciados em processo movido pelo Ministério Público da União.

Onde as provas? Ao longo de cinco longas horas o procurador-geral da República Roberto Gurgel, no dia 3 de agosto, leu calhamaço em que há excesso de juízos de valor e completa ausência de fatos probatórios. Na melhor das hipóteses, os depoimentos por ele pinçados com

mãos de cirurgião plástico dentre as 50.506 páginas dessa Ação Penal recebem peso completamente indevido – o de prova material, violentando as mais rudimentares lições de Direito que aprendemos ainda nos primeiros meses de universidade.

Perguntam as pessoas que acompanham o julgamento, movidas pela curiosidade que somente tema com tão ampla repercussão midiática poderia suscitar: onde as provas? A vasta maioria dos depoimentos, colhidos às centenas nos autos da AP-470, são praticamente unânimes em desmentir, não confirmar, desacreditar por completo as teses da existência de crimes como formação de quadrilha, peculato, lavagem de dinheiro e compra de votos de parlamentares de forma regular e sistemática para atender a interesses políticos do governo federal com os parlamentares da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Muito ao contrário, os defensores dos réus referenciam essa enxurrada de depoimentos como robustas defesas dos seus clientes e, no máximo, encontramos a assunção de um crime quase comum a todos os partidos a que estão afiliados muitos dos réus: a prática do caixa dois durante a campanha presidencial de 2002.

Sem provas

Antes mesmo de se encerrar o julgamento do século, segundo querem fazer crer os órgãos de comunicação, encontramos o pisoteamento da justiça com requintes de crueldade, tortura sistemática, midiática e psicológica, movida contra, ao menos, uma pessoa inteiramente inocente. Tenho em mente a figura honrada e sempre ativa de Luiz Gushiken. O que o Ministério Público da União fez contra Luiz Gushiken é, por si só, um grave caso de má-fé mancomunado com injustiça patente. O que a grande imprensa fez com Luiz Gushiken é suficiente para escrever uma das páginas mais vis de nossa história recente: o ataque, o ataque sem provas, o ataque sem provas nem evidências plausíveis contra alguém que só teve um crime. O crime de ajudar o Brasil deixar para trás um longo passado de obscuridade e atraso civilizatório, de imensa disparidade entre poucos ricos e muitos pobres, e que ousou, bem além de nosso tempo, distinguir que a primeira etapa de qualquer governo popular não poderia ser outra que a de reconstruir a autoestima do povo.

Sim, a vítima do duplo massacre MP-mídia é mentor e patrono da mais importante campanha de publicidade institucional jamais ocorrida no Brasil – “O orgulho de ser brasileiro”, “O melhor do Brasil é o Brasil”, “Sou brasileiro e não desisto nunca”.

Luiz Gushiken demonstrou como ninguém, e ao longo de sete longuíssimos anos, tempo em que – vítima de terrível doença – sempre travou batalhas diárias por sua vida, que tem orgulho de ser brasileiro, que é um brasileiro talhado para não desistir nunca. Porque Gushiken há muito aprendeu com o pensador Shoghi Effendi (1897-1957) que “o maior tesouro de uma nação é o seu povo”. Portanto, o melhor do Brasil não são suas imensas fontes de recursos naturais, rios e florestas, imensa extensão territorial, petróleo abundante na camada do pré-sal. O melhor mesmo é o brasileiro.

Antes que os refletores deixem de buscar biografias dignas de serem iluminadas no episódio do Mensalão, é necessário trazer a lume a “situação kafkiana processual” em que Gushiken foi engolfado. A começar pelo início, deve se destacar que a denúncia contra Gushiken foi recebida com votação apertada: quatro ministros da Suprema Corte – Celso de Mello, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski e Eros Grau – votaram no sentido de sua rejeição. Dentre os que votaram favoráveis à recepção da denúncia, ficou patente que não havia elementos mínimos a embasar a condenação. E é de ninguém menos que do próprio ministro relator Joaquim Barbosa o entendimento de que, à luz dos elementos constantes dos autos, “absolveria Luiz Gushiken, sem dúvida”.

Sob a claridade desses primeiros raios de luz incidindo sobre o ambiente de penumbra em que nasceu a AP-470, é importante destacar qual acusação pesava sobre Gushiken: teria ele, pretensamente, ordenado ao também réu desta Henrique Pizzolato que assinasse quatro notas que permitiram o adiantamento de recursos da empresa Visanet, ligada ao Banco do Brasil, para a agência de publicidade de propriedade de Marcos Valério, a DNA Propaganda Ltda.

Recebida a denúncia, de forma tão apertada, passou-se à fase seguinte – a que busca, demonstra e apresenta as provas que sustentem a denúncia. Nesse aspecto o assunto chega a ser constrangedor: tudo condiz para a total improcedência da ação penal contra Luiz Gushiken. Isso porque o próprio Ministério Público não requereu a produção de uma única prova que pudesse robustecer seu pleito condenatório. E também não arrolou uma única testemunha que trouxesse alguma substância, algum resquício de veracidade à destrambelhada acusação.

Ato de desumanidade

Não estamos aqui às voltas com um processo com características dignas do talento de Franz Kafka, autor dos consagrados *O Processo* e *O Castelo*? Mas o assunto está longe de se exaurir. É que sobressaem atitudes bastante questionáveis por parte do Ministério Público quanto aos fatos e reveladoras da improcedência da ação penal, contra Gushiken. Uma destas é o fato de o titular do MP optar por subtrair ao conhecimento dos réus e dos ministros que compõem o Supremo Tribunal Federal o teor de laudo do Instituto de Criminalística produzido antes da sessão de julgamento que recebeu a denúncia, que cuidava do tema e se afigurava mais que suficiente para afastar quaisquer indícios de coautoria por parte de Gushiken.

Esse laudo assumiu ares de clareza e transparência uma vez que nomeava quem eram os responsáveis, no Banco do Brasil, pela gestão dos recursos da empresa Visanet – e entre eles sequer estava o réu Henrique Pizzolato; E, não estando este, restava evidente ser absolutamente fantasiosa, além de claramente mentirosa, a afirmação de Pizzolato de que recebera orientação de Gushiken para que agisse em benefício da agência de publicidade de Marcos Valério.

Neste instante, qualquer concretude capaz de manter de pé a aviltante denúncia do Ministério Público ruía por terra, deixando, no entanto, graves sequelas na honorabilidade um inocente: “Como devolver ao travesseiro todas as penas lançadas aos ventos da calúnia e da difamação?” E não precisava ser assim. Sim, porque se o então Procurador Geral da República Antonio Fernandode Souza não houvesse ocultado do STF (e dos réus) o referido laudo do Instituto de Criminalística, dificilmente a Suprema Corte teria atuado pelo recebimento da denúncia, uma vez que já existiam eloquentes elementos para sua imediata rejeição.

Triste o país em que a administração da justiça é tratada de forma no mínimo leviana e arbitrária: é fato que após a apresentação da defesa pelos réus, o procurador-geral da República argumentou – em resposta à defesa que revelou estranheza diante do fato de ter sido Luiz Gushiken denunciado – que os fatos estariam sendo “apurados” pelo Ministério Público. No entanto, não tardou muito para o cidadão comum ficar ciente que nos autos da AP-470 não havia quaisquer traços, indícios, pontos ou vírgulas dando conta dos resultados dessa “apuração”. Mas, para o réu injustamente acusado, era como se séculos houvessem transcorrido. Porque para o inocente, cada dia a mais em que sua honra deixa de ser restabelecida ela é reiteradamente pisoteada. Essa forma de agir do Ministério Público da União é, antes de tudo, um flagrante ato de desumanidade, pois transformou o próprio processo em sua cruel punição.

Aos leitores que conhecem os meandros da administração da justiça, resta concluso que o MP se absteve de buscar uma única prova voltada à condenação de Gushiken – nem antes de propor a ação, nem depois de recebida a denúncia. E, tanto tempo decorrido, tanto sofrimento

vivido, ficamos sabendo que o atual procurador-geral da República proclamou expressamente que não haveria provas sequer indiciárias em desfavor de Gushiken.

Tentação maior

E quanto à imprensa? Florestas de papel foram consumidas para atear fogo na reputação de uma pessoa inocente. Colunistas se revezavam em proferir sumárias condenações; responsáveis nos jornais pelos quadros “Entenda o caso... como nós o entendemos” devem ter se cansado de destacar seu nome dentre os “delinquentes que tanto mal causaram ao país” e de repetir pela milésima vez a foto desse senhor de estatura mediana e olhos puxados que, com humildade e percepção da real condição humana, nos ensinou que não pode existir virtude mais amada e necessária nos dias em que vivemos do que a luz que irradia do sol da justiça.

É oportuno lembrar a contundente frase dita por Luiz Gushiken em sua carta dirigida ao presidente Lula, em 16/11/2006, no momento em que se despedia do governo: “Na voragem das denúncias, abalou-se um dos pilares do Estado de Direito, o da presunção de inocência, uma vez que a mera acusação foi transformada no equivalente à prova de culpa”.

Se no ora distante 2006 essas palavras, impulsionadas por genuína indignação contra o mau jornalismo, não passavam de longo e solitário grito no deserto, agora, em 2012, elas assumem ares de profecia cumprida. O próprio processo foi a punição. E, para uma imprensa ávida de sangue e sempre disposta a terçar armas para manter em evidência seu escândalo da hora, não restou nem a obrigação ética de formular ao “condenado inocente” um reles pedido de desculpas. O mau jornalismo principia na confusão mental entre liberdade de expressão e libertinagem de imprensa, e não resiste à tentação maior de vestir a toga e, a seu bel-prazer, acusar, julgar, condenar.

Não passam, na verdade, de semiprofissionais do jornalismo. Infames, biltres e, em uma palavra, mequetrefes.

[Washington Araújo é jornalista e escritor; mantém o blog <http://www.cidadaodomundo.org>]

ANEXO C

ARMAZÉM LITERÁRIO > AÇÃO PENAL 470

Livros reconstituem processo do Mensalão

Por Mauricio Puls em 04/06/2013 na edição 749

Reproduzido da *Folha de S.Paulo*, 2/6/2013; intertítulo do *OI*

Três livros recém-publicados reconstituem o julgamento do Mensalão pelo Supremo Tribunal Federal com base em artigos publicados ao longo do ano passado. Juntos, eles oferecem uma amostra das diferentes posições que polarizaram a opinião pública em face do processo.

Organizado pelo professor de direito constitucional Joaquim Falcão, da FGV Direito Rio, *Diário de um Julgamento – Mensalão* reúne 162 artigos da equipe montada pela instituição para acompanhar o julgamento – 15 professores, quatro pesquisadores e quatro alunos. As análises foram publicadas antes na *Folha* e em *O Globo*.

Das três obras, a coletânea da FGV Rio é a mais empenhada em apresentar os resultados do julgamento de forma equilibrada, traduzindo o jargão jurídico e explicando questões técnicas que dominaram as sessões, como a validade das provas e os critérios para cálculo das penas.

Os artigos têm matéria-prima de interesse para os historiadores que vierem a se debruçar sobre o período. Mas, apesar do esforço de didatismo, os ensaios nem sempre se beneficiam do recuo histórico. Distanciados do noticiário da época, alguns relatos soam um pouco desconexos.

O mesmo problema afeta a coletânea *Mensalão – O Dia a Dia do mais Importante Julgamento da História Política do Brasil*, do jornalista Merval Pereira. O livro reúne artigos publicados em *O Globo* durante o julgamento, acrescidos de pequeno posfácio.

Os textos não escondem a posição do colunista, que desde as primeiras sessões defendeu enfaticamente a condenação dos réus. Na opinião de Merval, o julgamento constituiu um marco histórico que colocou a sociedade brasileira “em posição de igualdade com outras democracias amadurecidas”.

Segundo o jornalista, a “torrente de provas reveladas pelo relator Joaquim Barbosa, símbolo da Justiça eficiente”, esvaziou as manobras da defesa, deixando a impunidade “com os dias contados”.

Casos concretos

Em contraste com o livro de Merval, *A Outra História do Mensalão – As Contradições de um Julgamento Político*, do jornalista Paulo Moreira Leite, adota posição bastante crítica em relação ao comportamento dos ministros do STF e aos resultados do julgamento, além de simpática aos principais réus.

“Pode-se até imaginar que [o ex-ministro José] Dirceu fosse tudo aquilo que o procurador-geral diz que ele era, o chefe da quadrilha”, mas não surgiram fatos objetivos para sustentar esta visão”, diz um dos artigos do livro.

Os textos de Moreira Leite, hoje diretor da sucursal da revista *IstoÉ* em Brasília, foram publicados num blog da revista *Época*, onde o jornalista trabalhava no período do julgamento do Mensalão.

O jornalista prefere ver o Mensalão como um esquema de financiamento ilegal de campanhas eleitorais e não como um esquema de corrupção criado para corromper o Congresso, como concluiu a maioria dos ministros do STF.

“A noção de ‘compra de votos’ para aprovar projetos no Congresso não foi ilustrada com casos concretos nem exemplos convincentes”, diz Moreira Leite. O autor atualizou e reescreveu alguns dos textos, eliminando inconvenientes das outras duas coletâneas. A edição também é mais cuidadosa, incluindo um índice de nomes para ajudar o leitor a localizar facilmente pontos de interesse.

Maurício Puls, da *Folha de S.Paulo*

ANEXO D

JORNAL DE DEBATES > PESOS E MEDIDAS

A conjuntura política e o papel da grande mídia

Por Francisco Fernandes Ladeira em 29/04/2014 na edição 796

Gramsci já dizia que, em épocas de crise das tradicionais organizações partidárias de direita, a grande imprensa assumiria o papel de principal partido político das forças conservadoras. No Brasil, pelo menos desde 2002, com a chegada do Partido dos Trabalhadores à presidência da República, a direita têm decaído progressivamente nas eleições. Sendo assim, impossibilitadas de voltar ao poder máximo da nação pelo voto popular, as principais lideranças conservadoras vêm buscando vias extraparlamentares, como a mídia e o Supremo Tribunal Federal, para influenciar nas principais decisões políticas do país.

Corroborando as teses gramscianas, a grande mídia brasileira (o oligopólio formado pelas famílias Marinho, Frias, Mesquita e Saad) vem promovendo uma intensa campanha contra o atual governo e, por outro lado, tem obliterado casos de corrupção envolvendo políticos da oposição.

Vejamos alguns exemplos recentes. Enquanto o julgamento da Ação Penal 470, mais conhecida como “Mensalão petista”, teve ampla cobertura midiática (com o ministro Joaquim Barbosa alçado ao status de herói nacional), o chamado “Mensalão tucano”, encabeçado por Eduardo Azeredo, praticamente não foi mencionado nos principais veículos da imprensa tupiniquim. A mesma mídia que noticia sistematicamente a polêmica compra de uma refinaria em Pasadena (EUA) pela Petrobrás, se calou diante das irregularidades ocorridas nas privatizações realizadas pelo governo FHC.

Já as notícias sobre as relações do doleiro Alberto Yousseff com políticos governistas e oposicionistas demonstram claramente o verdadeiro direcionamento ideológico da mídia hegemônica. Após uma reportagem da *Folha de S.Paulo* que denunciou os negócios ilícitos entre Alberto e o deputado petista André Vargas, teve início uma intensa campanha midiática para que o caso fosse devidamente apurado. Tais atitudes seriam extremamente elogiáveis se fossem aplicadas a qualquer tipo de situação.

Objetivos políticos

Pois bem, de acordo com investigações realizadas pela prefeitura de Maringá (PR), o doleiro em questão também é acusado de financiar campanhas de vários políticos paranaenses, entre eles o senador Álvaro Dias, do PSDB. Entretanto, sobre este assunto nenhuma palavra na mídia hegemônica. Dois pesos, duas medidas. Por que não há denúncias na imprensa contra o político tucano?

Portanto, não é preciso um extenso exercício hermenêutico para constatar o caráter tendencioso da grande mídia brasileira. Evidentemente que não há discurso que seja completamente neutro. Contudo, lembrando um clássico pensamento de Alberto Dines, a imprensa de nosso país transforma meras reportagens em verdadeiros editoriais. Coberturas jornalísticas que deveriam se limitar apenas à transmissão de informações ou a relatos dos fatos tornam-se, sob o prisma midiático, mecanismos para escoar uma determinada agenda política.

Em suma, a “campanha anticorrupção” promovida pelos grandes veículos de comunicação, apesar de aparentemente bem intencionada, não possui objetivos morais, mas exclusivamente políticos. Trata-se somente de uma ofensiva de setores direitistas contra o governo do PT e tem como principal escopo fazer com que os tradicionais partidos que representam as forças conservadoras retomem seus cargos que foram perdidos nos últimos processos eleitorais. Diante dessa realidade, não é por acaso que o acrônimo PIG – partido da imprensa golpista – tem estado cada vez mais em voga no Brasil.

“Coronelismo midiático”

Por outro lado, o Partido dos Trabalhadores, ao buscar se perpetuar no poder máximo da nação, atrelou-se ao que há de mais reacionário na política nacional e assim, ao contrário dos governos venezuelano e argentino, nada pode fazer para acabar com a vergonhosa concentração midiática que há em nosso país.

Desse modo, diante da inércia governamental, é preciso que os setores progressistas se engajem em campanhas que reivindiquem a completa democratização dos meios de comunicação para que os diferentes segmentos sociais possam construir (como afirmava o supracitado Gramsci) seus próprios mecanismos de contra hegemonia.

Em última instância, uma verdadeira democracia passa, indubitavelmente, pelo fim do “coronelismo midiático”.

Francisco Fernandes Ladeira é especialista em Ciências Humanas: Brasil, Estado e Sociedade pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e professor de Geografia em Barbacena, MG

ANEXO E

PROGRAMA Nº 450

MAURO MALIN

>>Mau começo

>>Chinaglia, Aldo e o “Mensalão”

Por Mauro Malin em 02/02/2007 | 0 comentários[Ouça aqui](#)[Download](#)**O sucessor de Waldomiro**

Muitos fatores parlamentares que concorrem para a crise política brasileira estavam reunidos ontem no Congresso. Os jornais destacaram alguns. Volta de Paulo Maluf e Fernando Collor, por exemplo. Ou dos chamados mensaleiros, eleitos ou não. A prioridade dada pelo PSDB a “boquinhas” na Câmara e no Senado. Mas há um que deveria ser destacado. É a queixa de Aldo Rebelo, registrada em alguns jornais, a respeito da presença no plenário do subchefe de Assuntos Parlamentares do Palácio do Planalto, Marcos Lima, encarregado de negociar emendas ao Orçamento. Ele é, nessa tarefa, sucessor do desaparecido mas inesquecível Waldomiro Diniz.

Mau começo

Alberto Dines diz que Chinaglia começa mal ao fazer críticas veladas à imprensa.

Dines:

– O novo presidente da Câmara dos Deputados começou o seu mandato fazendo críticas veladas à imprensa. Portanto começou mal. Arlindo Chinaglia disse ontem no plenário que não aceitará os ataques à instituição e ainda criticou o noticiário dos últimos dias que o colocava como fator de divisão nas forças governistas. Essas opiniões não constituem surpresa: a relação do deputado Chinaglia com os repórteres que cobrem a Câmara não é das melhores, ele até já bateu boca com alguns. Mais preocupante, porém, é a sua posição no tocante aos escândalos da última legislatura: “A página da crise está virada”, disse ele e acrescentou: “quem não tem a haver com a crise não pode ser caracterizado por ela”. Claro, óbvio, evidente: deputados que não se envolveram com o Mensalão nada têm a temer e Chinaglia, sem qualquer dúvida, é um desses deputados. Mas na condição de novo presidente de uma Câmara que nos últimos dois anos bateu todos os recordes de falta de compostura e decoro, Chinaglia tem a obrigação de encarar as realidades. Em vez de ignorar os vexames recentes deve empenhar-se ao máximo para evitar que se repitam. Se insistir nesta tecla da “página virada”, o deputado Chinaglia só estará confirmando os temores de que está comprometido em ajudar a anistia dos raros deputados punidos pelo valerioduto. Até que se criem novos padrões de comportamento parlamentar, a página da crise não está virada. Ao contrário, está aberta. E muito quente.

Chinaglia, Aldo e o “Mensalão”

Infelizmente não é possível dizer que Arlindo Chinaglia não tem nada a ver com o Mensalão. Leio a seguir trecho da célebre entrevista do então deputado Roberto Jefferson – ontem, por sinal, um dos apoiadores de Chinaglia – à jornalista Renata Lo Prete, publicada na *Folha de S. Paulo* em 6 de junho de 2005: “No princípio deste ano, em duas conversas com o presidente Lula, na presença do ministro Walfrido, do líder Arlindo Chinaglia, do ministro Aldo Rebelo, do ministro José Dirceu, eu disse ao presidente: Presidente, o Delúbio vai botar uma dinamite na sua cadeira. Ele continua dando ‘Mensalão’ aos deputados’. Que ‘Mensalão’?, perguntou o presidente. Aí eu expliquei ao presidente”. Ou seja, Chinaglia e Aldo, segundo Jefferson, jamais desmentido pelo presidente Lula, estavam presentes no dia em que foi feita a primeira reclamação quanto ao “Mensalão”. Devem ter achado aquilo natural.

Manchetes para alienados

A *Folha* e o *Estadão* fizeram hoje – como fazem há muitos anos – concurso para ver quem dava o título mais óbvio. A vitória de Chinaglia foi conhecida ontem ainda durante o *Jornal Nacional*. Mas eles noticiam para o leitor que chegou de Marte: “Chinaglia vence Aldo por 18 votos”, no *Estadão*, ou, pior ainda, na *Folha*, a inacreditável manchete “Chinaglia é o novo presidente da Câmara”. Não diga! Muitos anos atrás, Clementina de Jesus cantava um partido alto que esses dois jornais – e muitos outros, Brasil afora, mas felizmente não todos – desmerecem: “Moro na roça, laia/ Nunca morei na cidade/Compro jornal da manhã/Pra saber das novidades”.

Voz clamando no deserto

A declaração mais interessante durante a posse do novo Congresso foi do deputado de Pernambuco Paulo Rubem Santiago. Ele disse que é um abuso a imunidade parlamentar impedir que processados sejam julgados em primeira instância. E não se referia apenas a casos notórios, como o de Paulo Maluf. Na Rádio CBN, perguntado por uma repórter, especificou que não lhe interessava saber se o processado é ou não de seu partido, o PT.

Orçamento do Pan

Ninguém sabe dizer quanto dinheiro será gasto no esquema de segurança do Pan. Na verdade, ninguém sabe dizer ao certo qual é o orçamento da competição, que já sofreu várias multiplicações.

ANEXO F

CÓDIGO ABERTO >

Mensalão como paradigma da complexidade informativa

Por Carlos Castilho em 03/08/2012 | 0 comentários

O Mensalão já é um divisor de águas na comunicação, independente do resultado do julgamento do STF. O processo é um caso típico de situação altamente complexa tratada de forma dicotômica pela imprensa e pelo marketing eleitoral dos partidos políticos. E seja qual for o desfecho, as sequelas vão mostrar **qual o papel dos jornalistas** na formação de uma nova cultura informativa no país.

O Mensalão é um **caso complexo** tanto do ponto de vista legal como da ética e da institucionalidade. Ele não se limita ao caso de um ladrão comum sendo flagrado com dinheiro na cueca pela polícia. Envolve um sistema de **financiamento de campanhas eleitorais** existente há décadas no país, um esquema de superfaturamento de obras igualmente instalado há muito tempo e cumplicidades institucionais e financeiras difíceis de serem configuradas legalmente. Qualquer especialista em Direito sabe disto.

Mas desde que o caso estourou, em 2005, o Mensalão e seus protagonistas foram submetidos pela imprensa e pelos políticos a um **processo de simplificação** para reduzi-lo a um fenômeno do bem contra o mal, como se fosse uma moeda com apenas duas caras. A simplificação visava facilitar as adesões a um lado ou outro. É o que acontece com quase todas as questões complexas numa sociedade que não está acostumada a lidar com problemas controversos.

Agora que o caso foi parar no Supremo Tribunal Federal, a maior corte de justiça do país ficou numa situação desconfortável porque acabou **submetida a uma dupla pressão**: a imposta pelo seu mandato institucional que exige uma abordagem complexa baseada nos princípios jurídicos, e um tratamento simplificado, imposto pela pressão da mídia, da opinião pública e dos políticos, por um veredito tipo culpado ou inocente.

É uma **situação muito difícil** a dos juízes do STF e uma evidência da responsabilidade da imprensa no desenvolvimento da percepção pública sobre fatos complexos. Se o critério da complexidade técnica levar os magistrados a absolvições, eles pagarão o preço da reação adversa da opinião pública. Caso se curvem ao poder dos holofotes e microfones, estarão pondo de lado o seu papel de árbitros e analistas de situações em que não existem apenas dois lados, duas versões.

O tribunal não pode abrir mão de sua missão institucional de analisar casos complexos usando critérios técnicos, obviamente também complexos. Se renunciar a isso, ficará claro que o processo jurídico brasileiro passou a depender dos humores da imprensa e dos formadores de opinião. As grandes decisões não serão tomadas mais por juízes, mas por marqueteiros. Mas para explicar uma decisão técnica à opinião pública, os juízes necessitarão da imprensa, hoje comprometida com a simplificação do caso.

Por aí fica fácil perceber o **papel crucial dos jornalistas** nesse episódio, no qual eles são ao mesmo tempo testemunhas e protagonistas. Testemunhas porque deveriam levar aos cidadãos as informações necessárias para que estes possam refletir sobre o caso da forma mais realista possível — ou seja, complexa. Mas, simultaneamente, são protagonistas ao simplificar o Mensalão numa perspectiva dos bons contra os maus, ou da dicotomia culpado ou inocente. Na verdade, poderíamos dizer que, em última análise, quem está sendo julgado no caso não são o ex-ministro José Dirceu e seus mensaleiros, mas também a própria imprensa.

Mais importante do que saber quem é culpado ou inocente é **identificar por que e como o Mensalão aconteceu**. E isso é impossível com um julgamento simplificado. Só a avaliação de toda a complexidade do caso é que permitirá identificar as condições que permitiram o surgimento de uma estrutura paralela de financiamento político-eleitoral tão duradoura, ampla e tão sofisticada. É aí que a imprensa cumpre um papel insubstituível e é onde ela deve ser cobrada pelo público. Esta função é muito mais importante do que a briga pela primazia do furo na denúncia de escândalos.

ANEXO G

IMPrensa em Questão > CARTEL & MENSALÃO

A caretice do noticiário

Por Mauro Malin em 10/08/2013 na edição 758

A acusação de que acertos corruptos para a construção do metrô paulistano remontam pelo menos ao governo de Mario Covas (1995-2001), revelada no noticiário da primeira semana de agosto sobre a suposta formação de cartel por fornecedores de bens e serviços, poderia ter criado oportunidade para retrazar as origens do finado Banco Rural, cuja extinção ocupou dois míseros dias (3 e 5/8) da imprensa, com míseros relatos tecnocráticos.

Antes de fazer uma breve recapitulação a respeito, cabe esclarecer dois pontos.

Primeiro, suspeições relativas a obras públicas não são manchas privativas dos governos da redemocratização. Sob a ditadura militar, poucos foram os escândalos desvelados, porque havia censura e intimidação. Mas a corrupção não era menor.

Metrô começou em 1968

No caso específico, cumpre lembrar que a construção do metrô começou em dezembro de 1968, mês em que foi editado o Ato Institucional número 5. O governador do estado (responsável pela obra) era Abreu Sodré, sucedido por Laudo Natel, Paulo Egydio Martins, Paulo Maluf, José Maria Marin, Franco Montoro, Orestes Quércia, Luiz Antônio Fleury Filho, Covas, Geraldo Alckmin, Claudio Lembo, José Serra, Alberto Goldman e Alckmin, atual ocupante do Palácio dos Bandeirantes.

Isso, na cúpula. No planalto e na planície da máquina estatal paulista houve continuidade, assim como nas empresas privadas, que não promovem rodízio geral de “cargos em comissão” a cada mudança de diretor-presidente. Os governos não podem se desfazer dos técnicos qualificados como se desfazem de mobiliário inservível. As pessoas, dos dois lados do balcão, governo e empresas, se conhecem e se entendem (e se desentendem).

Segundo ponto, tem havido reclamação a respeito do uso do termo “cartel” pelos jornais. A designação é técnica e não tem a mesma popularidade adquirida pelo Mensalão.

Valerioduto serviu PSDB e PT

Parêntese: Mensalão, com o sufixo aumentativo característico da linguagem brasileira (o diminutivo veio da Terrinha, de tal modo que, como escreveu Chico de Oliveira, temos jeito, jeitinho e jeitão), passou a designar até algo diferente, caixa dois da campanha eleitoral de 1998 em Minas Gerais (Eduardo Azeredo, candidato à reeleição, derrotado por Itamar Franco), por sinal sua origem.

Não houve um “Mensalão” mineiro, nem tucano, porque os políticos do PSDB, saído de uma costela do PMDB, nunca hesitaram em fazer alianças políticas, colocar a mão na massa (eu ia escrevendo outra coisa) e praticar suas decorrências supostamente inevitáveis, para garantir a famigerada “governabilidade”, ao passo que os petistas tiveram a ilusão de que poderiam

governar fazendo alianças “sociais” com o topo da pirâmide, bancos, grandes empreiteiras etc., e com a base, nas periferias e “grotões”.

Na hora do tranco, ou seja, de aprovar no Congresso propostas importantes e polêmicas, o Planalto não soube administrar o pepino e inaugurou algo inédito, mesada em dinheiro, propiciada pelo cordial entendimento entre Delúbio Soares, tesoureiro do PT, e Marcos Valério, apresentado a Delúbio pelo então deputado federal petista de Minas Gerais Virgílio Guimarães, sob o olhar despreocupado de José Genoíno, presidente do partido, e muito atento de José Dirceu, capitão do time, e de Lula, o líder maior.

Outro intermediário do espúrio contubérnio foi Walfrido dos Mares Guia, vice-governador de Eduardo Azeredo, filiado ao PSB, depois ministro de Lula (Turismo e Relações Institucionais). Mares Guia caiu quando estourou o Mensalão.

Mas a sintaxe dos novos tempos vividos desde junho-julho no Brasil poderá transformar a palavra cartel em palavrão (esperemos que não na forma de um horrendo “cartelão”), como aconteceu na Colômbia e no México tendo como objeto as quadrilhas de traficantes de drogas.

Aliás, existe uma faixa da vida econômica em que os diferentes cartéis (da economia formal e da economia bandida) se encontram: o mercado bancário e financeiro.

Rabello, Sabino, Tratex, Rural

Parêntese fechado, vamos ao Banco Rural. A história está um pouco mais esmiuçada em “[Da Novacap ao Valerioduto I](#)”, “[Da Novacap ao Valerioduto II](#)” e “[Da Novacap ao Valerioduto III](#)” (os textos estão datados de 2011, devido a problemas técnicos de migração de servidor; são do final de 2005 e do início de 2006; no primeiro texto, escrevi que o avô de Katia Rabello era “Sabino Corrêa Rabello”; era Jacques Corrêa Rabello, sócio de Antônio Sabino na construtora Rabello & Sabino, como aparece na entrevista de Katia, logo adiante).

Para benefício do leitor preguiçoso, eis o resumo da opereta:

1. Desde a construção de Belo Horizonte, na última década do século 19, houve acertos entre autoridades e empreiteiros de obras públicas. O vice-governador do estado, um tio-avô de Juscelino Kubitschek, o senador João Nepomuceno Kubitschek, teve papel importante na obra. Ressalte-se que os métodos pouco republicanos eram correntes, absolutamente naturalizados. O Brasil tinha virado República em 1889, mas o então presidente da Venezuela, Rojas Paul, entendeu algo diferente. “Se ha acabado la única Republica que existia en America: el Imperio del Brasil”, comentou, conta-nos Oliveira Lima na epígrafe de *O Império Brasileiro (1821-1889)*. Sem ilusões quanto à lisura dos dirigentes imperiais: os intendentos do Exército na Guerra do Paraguai não eram meninas do Colégio Sion. Nem dos dirigentes coloniais, bem entendido.
2. O processo foi revigorado na reforma da capital mineira, em meados da década de 1940, quando Juscelino Kubitschek era prefeito nomeado (1940-45; todos os prefeitos e interventores nos estados eram nomeados). A empresa que realizou as obras da Pampulha foi a construtora de Jacques Corrêa Rabello, avô de Katia Rabello, última representante da família no mercado bancário, condenada a longa pena de prisão no processo do Mensalão.
3. JK e as empreiteiras se cruzaram de novo durante seu mandato como governador eleito de Minas Gerais (1951-1955), cujo *slogan* foi o binômio “energia e transportes”.
4. O Banco Rural foi criado depois da construção de Brasília (comandada pela estatal Novacap, dirigida por Israel Pinheiro, filho de João Pinheiro, outro governador de Minas Gerais no início da República). O banco foi o caminho encontrado para fazer transitar o dinheiro haurido nas obras da nova capital pela empreiteira Tratex-Rural/Servix, depois apenas Tratex, herdeira da

associação entre Jacques Rabello e Antônio Sabino na Rabello & Sabino. A Tratex comprou no Rio de Janeiro uma antiga carta bancária. Assim nasceu o Rural.

Os jornalões bem que poderiam dar uma sacudidela em seus departamentos de pesquisa. Os leitores seríamos servidos com histórias mais movimentadas, quebrando a caretece do noticiário *hard*, e também mais complexas, menos rasas, talvez um pouco assustadoras, na medida em que mostram como será longo e acidentado o caminho do combate (eterno) à corrupção. Está na hora de inverter criticamente o famoso e bovino “Rouba, mas faz”, de Ademar de Barros. “Fazem (quando fazem), mas...”

ANEXO H

JORNAL DE DEBATES > COMUNICAÇÃO POLÍTICA

A prisão de José Dirceu e a crise de representação do PT

Por Carlos Frederico Pereira da Silva Gama e Ariane Gervásio em 08/08/2015 na edição 862

A prisão de José Dirceu na Operação Lava-Jato não foi trivial. Do ponto de vista simbólico, a segunda prisão de Dirceu – já preso graças ao Mensalão – cria um elo entre os dois escândalos, separados por uma década. A projeção do Mensalão sobre o Petrolão fere os ouvidos, cutuca feridas mal cicatrizadas. Deixa em frangalhos a narrativa política que alçou Dilma Rousseff ao Planalto, expõe de forma cruel a decadência do PT no poder. Amplifica a busca por raízes da crise de 2015.

Dilma foi ungida herdeira de Lula como efeito direto do Mensalão. De ministra das Minas e Energia para a Casa Civil, Dilma trazia uma reputação ilibada, a fama de eficiência gerencial e um passado guerreiro capazes de desfraldar uma luta sem tréguas contra a corrupção. O governo Lula foi ressignificado através da imagem de Dilma. Doravante, o Mensalão seria associado a vícios sistêmicos e endêmicos da Nova República. Seus desdobramentos, varridos para debaixo do tapete.

Alimentado pela popularidade de Lula e pelo marketing de “mãe do PAC”, o PT venceu facilmente o PSDB nas eleições de 2010, sem que o Mensalão respingasse na sua nova figura de proa. O PIB resplandecia após a crise econômica mundial de 2008: 7,5% de crescimento. Dilma reunia, aos olhos do eleitorado, virtudes de Lula e a esperança de um futuro próspero e seguro condizente com BRICS. No espelho retrovisor da Lava Jato, o 1º mandato Dilma e o último Lula envelhecem a olhos vistos.

Rachaduras na narrativa Dilma apareceram em 2013. O governo anunciou gastos bilionários para a Copa do Mundo vindoura e demandou sacrifícios da população em prol da imagem internacional do país. Integrante do Comitê Organizador Local, Ronaldo expôs de forma clara uma das contradições do megaevento: a Copa do Mundo não se faz com hospitais. Por sua vez, milhões de brasileiros ocuparam as ruas das capitais exigindo serviços públicos de qualidade (“padrão Fifa”) às vésperas do evento-teste Copa das Confederações. A popularidade de Dilma despencou de níveis recordes para menos de 40% do eleitorado e nunca mais se recuperou.

No ano seguinte, a presidenta seria vaiada na abertura e no encerramento da Copa do Mundo. 2014 marcou a primeira inflexão da narrativa Dilma Rousseff no poder. A presença da presidenta nas ruas se reduziu, à medida que aumentavam manifestações de indignação e repúdio a políticas do governo federal. O marketing do PT, doravante, lutaria para manter o apoio da maior minoria. O PT intensificou o elemento pragmático gerencial da persona Dilma. A estratégia ocupou as mídias tradicionais do marketing eleitoral (inserções na TV e rádio), mas se concentrou nas redes sociais, especialmente no Twitter e no Facebook. Caracterizadas pela interação com os usuários, redes sociais forneceram espaço para trazer a presidenta desconectada das ruas para perto do dia-a-dia dos eleitores.

A abordagem transmídia foi apropriada pela oposição

Ao mesmo tempo em que Dilma era vendida como uma gerente eficaz, a mensagem do PT se multiplicava pelos compartilhamentos, intensificada por discussões e pela criação de narrativas online em torno da propaganda partidária. Enquanto o marketing do PT promovia a desconstrução simultânea de Marina Silva (PSB) e Aécio Neves (PSDB) – imagens de mesas vazias, empregos perdidos, alusões à corrupção e uso de entorpecentes – Dilma pregava “mudar mais” para bolhas ideológicas viralizadas. *Tweets* da presidenta se entremearam com a popularidade de perfis de Facebook (como Dilma Bolada) e eventos públicos para nichos específicos do eleitorado (a inauguração do Templo de Salomão da Igreja Universal do Reino de Deus, controladora de um partido da base aliada). A estratégia intensificou a mensagem do partido para os já convertidos e multiplicou o efeito aparente de políticas controversas (PAC 2, Programa Mais Médicos, Pronatec). A geração de camadas de informação transmídia substituiu o carisma transbordante de Lula.

Dilma obteve quase 55 milhões de votos (aproximadamente 38% do eleitorado) em 26 de outubro. Sua vitória apertada pareceu consagrar o marketing viral e virtual. Esse triunfo se mostrou efêmero. O PT pretendeu pavimentar um longo período de protagonismo na política nacional ao converter Dilma em continuação de Lula. Mas na passagem do carisma para o pragmatismo gerencial, parte do conteúdo do partido se perdeu. A ruptura com o padrão de comunicação pré-Mensalão e a mudança de referência (do carisma para as estatísticas) confundiu os signos do partido. A confusão foi amplificada pelo questionamento público (desde 2013) das estatísticas governamentais. Qual era a mensagem que estava em curso, a quem ela se dirigia, fazia sentido? Além de um problema de comunicação, cabia definir quem a presidenta e o PT pretendiam representar num segundo mandato. O marketing do PT se desidratou rapidamente na maré de más notícias que se tornaram perturbadoramente comuns desde novembro de 2014.

Contra o pano de fundo do marketing “muda mais”, o duro ajuste simbolizado pelo ministro da Fazenda Joaquim Levy foi recebido pela sociedade brasileira como uma punição. O anúncio do ajuste equivalia a uma reversão brutal de expectativas. A olho nu, o novo governo adotava agendas-chave das duas candidaturas oposicionistas que seu marketing tentou destruir (através de velhos fantasmas – desemprego, recessão, inflação – que o ajuste pareceu reavivar). 2015 redefiniu o segundo turno de 2014 como monólogo entre ajustes mediado pelo marketing eleitoral. Nas mídias tradicionais, as críticas se acumularam, incessantes. A abordagem transmídia bem-sucedida na eleição foi apropriada pela oposição para manifestar repúdio ao novo-velho governo nas ruas e na rede. A ruptura comunicacional se tornava uma crise de representação.

Um governo operando no volume morto

A legitimidade conferida nas urnas foi (sub)traída em questão de semanas. A sensação de desalento alimentou investigações em curso. Subitamente, órgãos cujos integrantes passaram ao largo do crivo das urnas – o Supremo Tribunal Federal, o Ministério Público e a Polícia Federal – se tornaram fiadores das expectativas de um novo mandato presidencial acossado por sua base no Congresso. A tentativa do governo fazer o PMDB pagar os ônus do ajuste redundou na desagregação da base e em hostilidade aberta entre o Congresso e o Planalto. Além de escaramuças com o novo presidente da Câmara, o desafeto Eduardo Cunha (PMDB), e constrangimentos além-fronteiras na Comissão de Relações Exteriores do Senado (comandada pelo candidato a vice de Aécio em 2014), Dilma não conseguiu se fazer entender pelo conglomerado de partidos que a reconduziu ao Planalto.

Apenas no primeiro semestre, duas grandes derrotas políticas viriam no Congresso, associadas com graves problemas de comunicação. Primeiro, a reforma política. Proposta por Dilma no auge das manifestações de 2013, a medida foi engavetada e sumiu do marketing eleitoral. O PMDB a recuperou em 2015, para constranger o novo governo e abrir flancos na “governabilidade”. Dilma se viu na ingrata posição de rejeitar uma proposta de seu próprio punho, apropriada pelo partido mais importante de sua base (representado na chapa presidencial pelo vice Michel Temer).

Na votação da redução da maioria penal, 162 deputados da oposição foram favoráveis à controversa proposta de Cunha. A aprovação viria, graças a 161 votos oriundos dos partidos integrantes do governo Dilma. O marketing da presidenta – que se dizia contrária à redução nas redes sociais – era desmentido por práticas de seus correligionários. Todos partidos apoiadores do governo forneceram votos pró-redução, inclusive o PT. A desagregação da base era insofismável. O contraste entre o marketing destrutivo e a ausência de uma agenda positiva teve efeitos políticos traumáticos.

O vazio propositivo coloca presidenta e PT na retaguarda, adotando postura defensiva diante da agenda oposicionista mais explícita. A cada vez que a oposição é acusada de flertar com o “golpismo”, o discurso de Dilma cai num silêncio de alternativas. Já afastada dos holofotes, Dilma assistiu de camarote a uma escalada de manifestações de rua antigovernistas e antipetistas (às vezes comportando inusitados clamores por uma ditadura militar). Aparições da presidenta na TV viraram mote para manifestações de repúdio massivo nas capitais – os “panelaços”, associados pelo PT ao revanchismo da burguesia. A popularidade da candidata recém-eleita despencou para menos de 10% do eleitorado.

No encerramento prematuro da narrativa Dilma, o PT acusou o golpe. Movimentações pela volta de Lula foram simultâneas à inauguração do novo governo. O retorno ao carisma após anos de pragmatismo tecnocrático reforçou a percepção de que Dilma adotara a agenda de Aécio, camuflada pelo marketing eleitoral. O gargalo comunicacional do PT se tornou um abismo, à medida que o PT se exasperava para descolar Lula de sua herdeira política. Aludindo à seca em São Paulo, o ex-presidente (alvo de acusações correlatas à Lava Jato) caracterizou Dilma II como governo operando no volume morto.

A imagem de Dilma perdeu o reflexo no espelho dos anseios

A estratégia de marketing da eleição de 2014 rateia na sua própria insuficiência. O partido que declarou uma guerra sem tréguas à corrupção sucumbe à corrosão das investigações em suas fileiras. A exaustão política atingiu o paroxismo em 1º de Maio de 2015, dia Internacional do Trabalho. A presidenta do Partido dos Trabalhadores limitou sua voz aos 140 caracteres do Twitter. Nas entrelinhas, os panelaços. Durma-se com um barulho desses. Dantes inocente incorrigível na propaganda petista, José Dirceu foi abandonado à própria sorte. O constrangimento do PT com Dirceu cria mais ruídos na narrativa do partido através da década marcada pelo Mensalão e o Petrolão. A dissonância política amplifica cacofonias nas hostes petistas, já sangradas por cisões pós-Real, Carta ao Povo Brasileiro e as governabilidades de Lula e Dilma.

O que havia sido um círculo concêntrico de autoafirmação viral referendado por uma audiência favorável se tornou uma dura manifestação de autocritica. Esse silêncio valeu por mil manifestos. O último deles foi lançado às vésperas do V Congresso do PT (que celebrou 35 anos do partido). O manifesto “o PT não matará o Petismo” – construção coletiva encabeçada, dentre outros, pelo autor de *Marx Selvagem*, Jean Tible (Unicamp) – contém uma recusa clara em abrir mão de conteúdo moral.

Ao declarar a morte do PT-realmente-existente (vítima da governabilidade), os signatários reafirmam a atualidade do petismo: a possibilidade de transformação (do) presente e de ressignificar o partido através de movimentos sociais. A contraposição PT/petismo serve de mote para anunciar uma guinada moral para o presente. O marketing eleitoral acusa perda de vitalidade política da esquerda. Em contraste com quimeras digitais, o manifesto investe em agendas que saíram do radar dilmista (como os direitos LGBT).

Os jovens *refuseniks* oferecem uma alternativa à desgastada narrativa lulista (a transformação social em grande escala como corolário da governabilidade da Carta ao Povo Brasileiro). Acenam com uma transformação valorativa que se prove resiliente à corrosão do consumo como motor de ascensão de novas classes políticas – alquimia dúbia que ensejou dantes euforia e doravante, lamentos. Sinais de vitalidade significativos na atrofia do presente “Nous Sommes Levy”. Mas a proposta contém suas próprias ambivalências no trato com o incômodo legado do PT. Ao mesmo tempo que o rei está morto, houve menos disposição para engajar e responsabilizar responsáveis pelo melancólico *cul-de-sac*. A reflexão sobre a governabilidade foi colocada de lado pela disposição de agregar valor (via novas agendas), tirando o foco da crise que implodiu o PT.

A nova prisão de José Dirceu traz à baila incômodas lembranças de 2005. A recuperação de agendas obliteradas pelo marketing repolitiza o PT. Pode servir de ponto de partida para uma reflexão profunda. Acompanhadas de silêncio sobre responsabilidades dos protagonistas dos descaminhos, novidades podem servir como imerecido indulto à governabilidade finada. O manifesto não tem respostas para o presente contraditório, mas oferece a luta pelo futuro. Diante do ostracismo partidário ao qual essas teses foram legadas, os proponentes teimam: o partido não foi (de todo) devorado pela esfinge Dirceu. A crise de legitimidade oriunda de mudanças no padrão comunicacional, porém, não será resolvida por decreto. Rompido o bloqueio do marketing, a gramática da governabilidade não se sustenta.

O manifesto acena com a possibilidade de agência política para além de afinidades momentâneas. Diante da desconexão com um tempo perdido e suas contradições, mostra disposição para refletir sobre o presente que se recusa a desaparecer em amnésias. O grito normativo traz alento diante de reações à crise, que revelam o peso de escolhas anteriores. Em 6 de agosto de 2015, o PT buscou se reconectar a um eleitorado que rejeitava Dilma em proporções recordes (71%). Ao trazer a linguagem das redes sociais para a TV – sem mea culpas, investindo no “golpismo”, negando a crise –, o partido não teve o que dizer. O ruído de painéis mais vazios que cheios bloqueava a mensagem partidária. A imagem de Dilma (em aparição fugaz na mensagem de seu partido) já perdera seu reflexo no espelho dos anseios. Nas dores da transição, a pior corrupção é a das expectativas.

Carlos Frederico Pereira da Silva Gama é professor do magistério superior e Ariane Gervásio é jornalista

ANEXO I

ENTRE ASPAS > QUINTA-FEIRA, 30/08

Supremo julgou Mensalão sob pressão da mídia, diz ministro

Por Textos selecionados por Luiz Antonio Magalhães em 31/08/2007 na edição 448

Leia abaixo os textos de quinta-feira selecionados para a seção Entre Aspas.

Folha de S. Paulo

Quinta-feira, 30 de agosto de 2007

MÍDIA & PODER

Vera Magalhães

‘Tendência era amaciar para Dirceu’, diz ministro do STF

‘Em conversa telefônica na noite de anteontem, o ministro Ricardo Lewandowski, do STF (Supremo Tribunal Federal), reclamou de suposta interferência da imprensa no resultado do julgamento que decidiu pela abertura de ação penal contra os 40 acusados de envolvimento no Mensalão. ‘A imprensa acuou o Supremo’, avaliou Lewandowski para um interlocutor de nome ‘Marcelo’. ‘Todo mundo votou com a faca no pescoço.’ Ainda segundo ele, ‘a tendência era amaciar para o Dirceu’.

Lewandowski foi o único a divergir do relator, Joaquim Barbosa, quanto à imputação do crime de formação de quadrilha para o ex-ministro da Casa Civil e deputado cassado José Dirceu, descrito na denúncia do procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, como o ‘chefe da organização criminosa’ de 40 pessoas envolvidas de alguma forma no escândalo.

O telefonema de cerca de dez minutos, inteiramente testemunhado pela Folha, ocorreu por volta das 21h35. Lewandowski jantava, acompanhado, no recém-inaugurado Expand Wine Store by Piantella, na Asa Sul, em Brasília.

Apesar de ocupar uma mesa na parte interna do restaurante, o ministro preferiu falar ao celular caminhando pelo jardim externo, que fica na parte de trás do estabelecimento, onde existem algumas mesas -entre elas a ocupada pela repórter da Folha, a menos de cinco metros de Lewandowski.

A menção à imprensa se deve à divulgação na semana passada, pelo jornal 'O Globo', do conteúdo de trocas de mensagens instantâneas pelo computador entre ministros do STF, sobretudo de uma conversa entre o próprio Lewandowski e a colega Cármen Lúcia.

Nos diálogos, os dois partilhavam dúvidas e opiniões a respeito do julgamento, especulavam sobre o voto de colegas e aludiam a um suposto acordo envolvendo a aposentadoria do ex-ministro Sepúlveda Pertence e a nomeação -que veio a se confirmar- de Carlos Alberto Direito para seu lugar. Lewandowski chegou a relacionar o suposto acordo ao resultado do julgamento.

Ontem, na conversa de cerca de dez minutos com Marcelo, opinou que a decisão da Corte poderia ter sido diferente, não fosse a exposição dos diálogos. 'Você não tenha dúvida', repetiu em seguidas ocasiões ao longo da conversa.

O fato de os 40 denunciados pelo procurador-geral terem virado réus da ação penal e o dilatado placar a favor do recebimento da denúncia em casos como o de Dirceu e de integrantes da cúpula do PT surpreenderam advogados de defesa e o governo. Na véspera do início dos trabalhos, os ministros tinham feito uma reunião para 'trocar impressões' sobre o julgamento, inédito pelo número de denunciados e pela importância política do caso.

Em seu voto divergente no caso de Dirceu, Lewandowski disse que 'não ficou suficientemente comprovada' a formação de quadrilha no que diz respeito ao ex-ministro. 'Está se potencializando o cargo ocupado [por Dirceu] exatamente para se imputar a ele a formação de quadrilha', afirmou.

Enrique Ricardo Lewandowski, 58, foi o quinto ministro do STF nomeado por Lula, em fevereiro do ano passado, para o lugar de Carlos Velloso. Antes, era desembargador do Tribunal de Justiça de SP.

No geral, o ministro foi o que mais divergiu do voto de Barbosa: 12 ocasiões. Além de não acolher a denúncia contra Dirceu por formação de quadrilha, também se opôs ao enquadramento do deputado José Genoíno nesse crime, no que foi acompanhado por Eros Grau.

No telefonema com Marcelo, ele deu a entender que poderia ter contrariado o relator em mais questões, não fosse a suposta pressão da mídia. Ao analisar o efeito da divulgação das conversas sobre o tribunal, disse que, para ele, não haveria maiores consequências: 'Para mim não ficou tão mal, todo mundo sabe que eu sou independente'. Ainda assim, logo em seguida deu a entender que, não fosse a divulgação dos diálogos, poderia ter divergido do relator em outros pontos: 'Não tenha dúvida. Eu estava tinindo nos cascos'.

Lewandowski fez ainda referência à nomeação de Carlos Alberto Direito, oficializada naquela manhã pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Negou ao interlocutor que fizesse parte de um

grupo do STF contrário à escolha do ministro do Superior Tribunal de Justiça para a vaga de Pertence, como se depreende da conversa eletrônica entre ele e Cármen Lúcia. 'Sou amigo do Direito. Todo mundo sabia que ele era o próximo. Tinha uma campanha aberta para ele.'

Ainda em tom queixoso, gesticulando muito e passando várias vezes a mão livre pela vasta cabeleira branca enquanto falava ao celular, Lewandowski disse que a prática de trocar mensagens pelos computadores é corriqueira entre os ministros durante as sessões. 'Todo mundo faz isso. Todo mundo brinca.'

Já prestes a encerrar a conversa, o ministro, que ainda trajava o terno azul acinzentado e a gravata amarela usados horas antes, no último dia de sessão do Mensalão, procurou resignar-se com a exposição inesperada e com o resultado do julgamento. 'Paciência', disse, várias vezes. E ainda filosofou: 'Acidentes acontecem. Eu poderia estar naquele avião da TAM'.

Além dos trechos claramente identificados pela reportagem, a conversa teve outras considerações sobre o julgamento, cuja íntegra não pôde ser depreendida, uma vez que Lewandowski caminhou para um lado e para outro durante o telefonema.

Logo após desligar, ao voltar para o salão principal do restaurante, Lewandowski se deteve para cumprimentar um dos proprietários, o advogado Antonio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, figura muito conhecida em Brasília e amigo de vários advogados e políticos -entre eles o próprio Dirceu, citado na conversa.

Lewandowski ficou pouco mais de uma hora no restaurante. A Expand Wine Store by Piantella é um misto de loja de vinhos, restaurante e bar localizada na quadra 403 Sul, no Plano Piloto. Pertence ao mesmo grupo de proprietários do Piantella, o mais tradicional restaurante da capital federal, ponto de encontro de políticos.

Só depois da conversa com Marcelo é que Lewandowski sentou-se e fez os pedidos: uma garrafa de vinho argentino Santa Júlia, R\$ 49 segundo o cardápio, uma porção mista de queijos e outra de presunto, cada uma ao preço de R\$ 35. No telão localizado às costas do ministro, eram exibidos DVDs musicais -um show do grupo Simply Red e uma apresentação da cantora Ana Carolina.'

Valdo Cruz

Primeira-dama é amiga da mãe de Lewandowski

'Indicado pelo ex-ministro Márcio Thomaz Bastos, Enrique Ricardo Lewandowski teve o apoio da primeira-dama Marisa Letícia para ser nomeado ministro do STF pelo presidente Lula.

A mãe de Lewandowski, Karolina, é amiga de Marisa. Elas se conheceram em São Bernardo do Campo (SP), onde o hoje ministro foi criado e formou-se em direito.

Auxiliares de Lula admitem que a amizade ajudou, mas não teria sido decisiva. O aval de Bastos e de juristas de São Paulo é que teria feito o presidente decidir por ele após analisar mais de 11 nomes. Os defensores do hoje ministro elogiaram sua 'sólida formação jurídica' e o fato de ser professor titular da Faculdade de Direito da USP. O próprio Lewandowski procurou Bastos para manifestar seu desejo de ocupar a vaga. Ao final do processo, ele disputou o cargo com Misabel de Abreu Machado Derzi e Luiz Edson Fachin.

Lewandowski e Lula se conhecem de São Bernardo do Campo, antes de o petista se tornar presidente. Ele costuma dizer, porém, não se considerar um amigo de Lula.

Quando foi indicado para o STF, Lewandowski disse que admirava o presidente, mas afirmou que isso não influenciaria sua conduta no tribunal, por ser apartidário.

Nos anos 80, ele teve ligações com o PMDB -foi secretário de Governo do prefeito de São Bernardo Aron Galante (1984-1988).

Foi ele quem abriu inquérito para investigar o presidente do Senado, Renan Calheiros, e determinou a quebra do sigilo fiscal e bancário do senador desde 2000.

Carioca, três filhos, a posse de Lewandowski em 2006 contou com a presença de Lula e de Geraldo Alckmin.'

ECOS DA DITADURA

Kennedy Alencar, Letícia Sander e Eliane Cantanhêde

Lula promete a famílias que comissão vai ouvir militares

'Em reunião ontem com familiares e mortos de desaparecidos políticos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometeu criar uma comissão para obter dos atuais militares informações sobre os restos mortais de opositores mortos pela ditadura militar (1964-1985).

Lula, porém, pediu que a decisão fosse mantida em reserva, para não atrapalhar as novas negociações sobre informações da repressão política que os ministros Nelson Jobim (Defesa) e Paulo Vannuchi (Direitos Humanos) estabelecerão com os comandantes militares.

Lula foi cauteloso no discurso público que fez logo após a reunião para lançamento do livro 'Direito à Memória e à Verdade', primeiro documento oficial do governo que assume como verdade histórica a versão de que a repressão política decapitou, esquartejou, estuprou, torturou e ocultou cadáveres de opositores de ditadura.

O formato da comissão ainda não está decidido. Lula pode aumentar o número de representantes da atual Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos ou criar uma nova instância coordenada pela Defesa e por Direitos Humanos.

Em entrevista coletiva após o evento, Lula foi questionado se reabriria arquivos: 'Queremos colaborar e contribuir para que a sociedade feche e vire a página desta história de uma vez por todas. Há disposição para isso. (...) A comissão vai ser ampliada, vai colocar mais gente. É debate que precisa ser feito pela sociedade, e vamos fazê-lo', respondeu o presidente.

A Folha apurou que Lula já disse aos três comandantes militares que nenhum deles é responsável por atos cruéis praticados pela ditadura, que, segundo o livro, instalou um 'terror de Estado' no Brasil. Os militares, porém, respondem que não há mais arquivos secretos.

No entanto, a cúpula do governo desconfia dessa versão. Em 1993, o então ministro da Justiça, Maurício Corrêa, recebeu relatórios das Forças Armadas a respeito de mortos e desaparecidos políticos.

A área de Direitos Humanos avalia que os autores desses relatórios devem ainda estar vivos e poderiam dar depoimentos dizendo onde obtiveram informações em 1993. O livro-relatório sugere a Lula que uma 'instância administrativa permanentemente aberta para oitiva de policiais e militares, da ativa e da reserva', que possam fornecer dados sobre 'localização de restos mortais' ou 'documentos ou cópias ainda existentes' para 'elucidação dos fatos'.

Letícia Sander

Jobim manda recado a militares em lançamento

'No lançamento oficial do livro 'Direito à Memória e à Verdade', que acusa a ditadura militar por torturas e mortes, em evento no Planalto, o ministro Nelson Jobim (Defesa) deu um recado preventivo a eventuais críticas de militares. Disse que o país passa por processo de conciliação, que as Forças Armadas receberam o ato como 'natural' e que 'não haverá indivíduo que possa reagir'.

'Se houver, haverá uma resposta', afirmou ele, sob aplausos da platéia de familiares das vítimas da ditadura, ministros e parlamentares, sobretudo do PT e do PSDB. Em conversas reservadas,

ministros disseram que o discurso de Jobim foi uma forma de enquadrar as Forças Armadas, que, nos bastidores, criticam o livro.

Ele tem 500 páginas e foi produzido pela Secretaria dos Direitos Humanos com tiragem de 3.560 exemplares. Será distribuído para ONGs, bibliotecas públicas e órgãos oficiais.

Os militares aparentemente boicotaram o evento -não havia nenhum deles na cerimônia. A secretaria informou que os comandantes das três Forças foram oficialmente convidados, mas eles dizem que, se houve convite, foi por telefone, pois não há nada 'protocolado' nos respectivos gabinetes.

Ao deixar o evento, o presidente Lula disse 'não saber' se os militares gostaram ou não do livro, porque 'não conversou' com eles. 'Fui convidado pela secretaria, o Jobim foi convidado. Não sei se eles foram.' Nos discursos, houve uma preocupação unânime de demonstrar que o livro, que conta a história de cerca de 400 militantes políticos, não é um ato de 'revanchismo'.

Lula foi o último a falar, leu um discurso e improvisou ao final. Disse que ações do gênero são indispensáveis para que esse passado 'não se repita' e que o livro simboliza um sentimento de 'reconciliação'. Prometeu acelerar a busca pelos corpos até hoje desaparecidos, mas reconheceu: 'É mais fácil falar e mais complicado fazer'.

Ele também falou que esse processo se dará 'sem revanchismo', até porque 'a Lei da Anistia já está aprovada'.

Responsável pela publicação, o secretário Paulo Vannuchi teve o cuidado de ressaltar, em sua fala, a contribuição das Forças Armadas hoje na defesa dos direitos humanos. Nos bastidores, os militares criticaram o livro, classificado de 'extemporâneo' e 'sem novidades'.

A cerimônia teve tom emotivo. Pelo menos três ministros choraram -Dilma Rousseff e Franklin Martins, perseguidos pela ditadura, e Tarso Genro.'

TODA MÍDIA
Nelson de Sá

Enquanto isso

'Desde domingo, as imagens ocupam os telejornais da Record, de audiência crescente e que até venceu a Globo com um final de novela. São cenas do promotor acusado de assassinato, na academia, passeando, de bermudas, óculos escuros. Ontem, com narração de Percival de Souza, veio a notícia que levou o caso às manchetes: o Ministério Público decidiu reintegrá-lo ao

cargo, com os salários que haviam sido suspensos. Nas barras de informação do 'SP Record' e do 'Brasil Urgente', 'Promotor assassino é mantido no cargo'. Na locução da Band, 'é justo um cara que matou um menino estar na rua e ganhando dez paus por mês?'

E ainda rindo?'. Depois, 'justiça é duro de fazer'.

A cobertura chegou ao 'SPTV' depois, 'a família vai recorrer ao Conselho Nacional do Ministério Público e à Organização dos Estados Americanos'. Chegou a Fátima Bernardes, dizendo que ele havia sido 'preso em flagrante depois de matar a tiros Diego, 20 anos'.

'O PRIMEIRO'

Os esportes seguem na ponta, na atenção dos sites de busca de notícias sobre o Brasil, mas 'New York Times', 'Financial Times' e 'Washington Post' já deram os seus textos sobre o 'aliado político próximo', o 'ex-assessor', 'um dos mais próximos confidentes do presidente', ele, o ex-ministro José Dirceu. Alexei Barrionuevo, no 'NYT', lembrou o caso do ex-presidente Fernando Collor de Mello no Supremo, quando 'foi aberto que operou fundo multimilionário de lama'. Também o 'FT' sublinhou o 'primeiro desafio sério à impunidade'.

'OLD CHICO'

A prestigiosa Rádio Pública Nacional dos EUA foi parar em meio à tribo Truka, no São Francisco, para reportagem sobre o conflito entre Lula e movimentos sociais quanto à transposição do 'Old Chico, que é parte do imaginário dos brasileiros'. A representante da Pastoral da Terra acusou o plano 'pelo que é: benefício ao grande negócio, ao cimento, agro-indústria, empreiteiras e, logo, cana para o etanol'.

CRISE DA COMIDA

O 'Guardian' voltou ontem à 'crise da comida', ou seja, o efeito dos biocombustíveis no preço dos alimentos, desde uma plantação de milho em Nebraska, nos EUA. Citou, do outro lado, a defesa por Lula de que a cana não afeta outras plantações por aqui. E 'outros dizem que a elevação de preço é temporária e cai em um ano, quando o mercado reagir'.

SEDE DE ÁLCOOL

Com atenção do chinês 'Diário do Povo' à Reuters, ecoou que o 'Brasil começa produção em larga escala de etanol de celulose', a partir do bagaço de cana, até 2015.

Por outro lado, o 'Wall Street Journal', sob o título 'Etanol sem fronteiras', diz que cresceu a importação de álcool nos EUA, com o Brasil na frente, apesar da criticada tarifa, seguido da Jamaica.

FMI EM CAMPANHA

O 'FT' segue na cobertura da disputa pela direção do Fundo, agora com entrevista com o primeiro-ministro de Luxemburgo. Ele diz que, 'no grupo de países do euro, todos estão conscientes de que [o indicado europeu] será provavelmente o último', que ele 'vai ajustar o Fundo aos interesses dos emergentes'. Eles que 'poderiam indicar o diretor' seguinte, quem sabe.

BRASIL ARMADO

'Le Monde' e 'El País' noticiaram ontem a pesquisa Small Arms Survey, que confirmou os EUA em primeiro lugar em armas ligeiras e levou o Brasil a oitavo. Falando ao correspondente espanhol, o diretor da entidade disse que o foco este ano é o Brasil, avaliando que 'a origem da violência no país é a grave situação de injustiça social'. O estudo comparou o Rio a Uganda, país 'onde as armas dos criminosos procedem da polícia' em sua maior parte.'

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Folha de S. Paulo

Nokia lança rivais para iPhone e iTunes, da Apple

'DA BLOOMBERG – A Nokia, a maior fabricante mundial de telefones celulares, apresentou ontem novos telefones equipados com tocador de MP3 e pretende passar a adotar interfaces de usuário mais simples para rechaçar a concorrência representada pelo iPhone, da Apple.

Os novos modelos 5610, 5310 e N81, equipados com tocador de música, além da versão atualizada do celular N95, que agora vem com 8 gigabytes de memória, começarão a ser vendidos no quarto trimestre deste ano, disse a empresa durante apresentação realizada em Londres.

A Nokia informou que iniciará a comercialização de modelos com tela que funciona por toque no ano que vem.

'Eu não sei qual é a cópia ou qual é o original, mas, se há coisas boas no mundo, nós as copiaremos com orgulho', disse Anssi Vanjoki, gerente da divisão de aparelhos multimídia, quando questionado sobre a semelhança dos novos modelos da Nokia com o iPhone.

Os modelos N81 e N95 de 8 gigabytes serão os primeiros que poderão baixar músicas da Nokia Music Store, a loja virtual da empresa finlandesa que concorre com o iTunes, também da Apple.

A Nokia Music Store será lançada nos 'mais importantes mercados europeus' entre setembro e dezembro deste ano e mais lojas virtuais serão inauguradas na Europa e na Ásia durante os próximos meses, segundo a empresa. O comunicado da Nokia não diz se o usuário brasileiro terá acesso à loja.'

TECNOLOGIA: GOOGLE PODE TER PROGRAMA PARA CELULAR

'O Google poderá lançar um software para telefones celulares nas próximas oito semanas com a intenção de promover seus serviços de e-mail e de mapas, disse o analista americano Gene Munster, da Piper Jaffray & Co. O programa permitiria à empresa formar parcerias com fabricantes de celulares. Sobre a possibilidade de a empresa lançar um telefone com a marca Google, apelidado de GPhone, Munster afirmou que 'nós acreditamos que os rumores são parcialmente verdadeiros'.'

CRÔNICA

Carlos Heitor Cony

Caju amigo

'RIO DE JANEIRO – Esta será a segunda ou a terceira vez que elogiarei o presidente da República. Ao longo do primeiro mandato e neste início do segundo, um dos meus temas prediletos foi criticá-lo -algumas vezes com alguma, e talvez injusta, veemência. Mas não resisti à sua foto exibindo um bonito caju, que se adivinha gordo e sumarento. Depois de lançar o Fome Zero e o Bolsa Família, promover uma cruzada de redenção para o caju é salutar, embora não seja necessário.

Para falar a verdade, não morro de amores pelo caju, embora aprecie uma cajuada feita a preceito. Gilberto Freyre e Humberto de Campos, um sob o ponto de vista sociológico, outro sob o aspecto literário, deixaram páginas admiráveis sobre a fruta, que tem realmente um gosto de Brasil.

Os primeiros visitantes que aqui chegaram deliciaram-se com a bebida que os índios ofereciam aos estrangeiros. Tratava-se de um refresco espumante, artesanal. O caju era mastigado pacientemente e cuspidos numa bacia de barro. A massa ficava três dias ao relento, para a devida fermentação, mal comparando, como certos vinhos, que passam anos para se

transformar em champanhe. O gosto -diziam- era melhor do que o do hidromel, a bebida servida aos deuses no Olimpo.

Há métodos modernos para obter fermentação mais adequada ao nosso gosto civilizado. Por tudo isso, louvo o presidente e sua foto contemplando com carinho um gordo e nutritivo caju. Seria mais simbólico, e condizente com o tempo que atravessamos, se ele estivesse segurando um abacaxi ou um pepino. Não colaria bem na sociedade o presidente da República patrocinar uma cruzada pelo abacaxi ou pelo pepino, que, aliás, não precisam de patrocínio nem de cruzada cívica para entrarem na pauta dos apetites nacionais.'

TELEVISÃO

Daniel Castro

Globo veta 'velha-guarda' no júri do 'Faustão'

'A direção do 'Domingão do Faustão' decidiu não convidar mais antigos diretores da Globo para o júri dos quadros do programa depois de Roberto Talma, no último domingo, ter dito que a miss Natália Guimarães 'é linda, mas muito ruim'.

Talma foi jurado do quadro 'Dança no Gelo'. Sua nota deixou a miss Brasil visivelmente constrangida. O comentário pegou muito mal internamente, porque a Globo pretende ter Natália em seu banco de atrizes _em breve, ela deverá cursar a oficina de atores da emissora.

Nos bastidores do 'Domingão', a 'sentença' de Roberto Talma (diretor de núcleo responsável por 'Toma Lá, Dá Cá') foi recebida como um fator que poderá dificultar a escalação de elenco de futuros 'Dança dos Famosos', 'Dança no Gelo' e 'Circo do Faustão'.

Produtores do programa argumentam que já não é fácil convencer atores a encararem uma atividade que não dominam, como a dança. Tanto que a atual 'Dança no Gelo' não tem estrelas da casa _sobrou vaga até para a figurante de luxo Luciele di Camargo.

Não foi a primeira vez que um diretor da Globo causou constrangimento no 'Domingão'. Antes, comentários de Maurício Shermann ('Zorra Total') e Mário Manga ('Eterna Magia') já tinham provocado desconforto. Para evitar novos incidentes, decidiu-se não mais convidar a 'velha-guarda' dos diretores da Globo.

CENSURADO 1 O Grupo Silvio Santos afastou o jornalista Albino Castro do projeto de uma biografia empresarial de Silvio Santos. O livro, pelos 50 anos do grupo, em 2008, deverá agora ser entregue a outro profissional.

CENSURADO 2 Castro foi censurado por ter dado entrevista a esta coluna. Ele argumenta que não lhe foi pedido sigilo. Além disso, o principal motivo da punição foi algo que ele não disse. A informação de que o grupo superou crise no início dos anos 90, graças à Telesena, veio de reportagem da Folha, em 2000, baseada em carta de Silvio Santos.

SAMBA DO MUTANTE O primeiro capítulo de 'Caminhos do Coração' marcou 17 pontos. Foi a melhor estréia de novela da Record.

CAPACETE 1 É grande a expectativa entre jornalistas da Globo para a festa dos 25 anos do 'Jornal da Globo', amanhã à noite numa boate de São Paulo. É que, na semana passada, o apresentador William Waack e o editor-chefe Erick Brêtas trocaram agressões físicas na Redação.

CAPACETE 2 O motivo da briga foi uma pergunta que Brêtas queria que Waack fizesse numa entrevista. Waack ameaçou não mais apresentar o telejornal, mas voltou atrás após conversar com a cúpula do jornalismo.

CAPACETE 3 O irônico disso tudo é que o convite para a festa dos 25 anos do 'JG' anuncia 'que não vai faltar assunto'. A Globo diz que não houve qualquer atrito entre Brêtas e Waack.'

Laura Mattos

Para polícia, Taís é morta no lugar da gêmea boa

'O assassino de Taís Grimaldi não queria matá-la. O criminoso a confundiu com Paula, sua irmã gêmea. A hipótese para o crime mais comentado no país é do delegado Romeu Tuma Júnior, da Dipol, a Divisão de Inteligência da Polícia Civil.

Ex-deputado estadual, ele já atuou na Divisão de Capturas da Polícia Federal e chefiou a Interpol em São Paulo. Entre outros casos famosos, acompanhou as investigações da morte do coronel Ubiratan, do prefeito Celso Daniel e os crimes do maníaco do parque. Segundo Tuma Jr., seu currículo inclui ainda o esclarecimento de 'todos os assassinatos das novelas, desde o de Odete Roitman'.

A morte da vilã de 'Paraíso Tropical' foi gravada no início da tarde de ontem e irá ao ar nesta noite. Taís (Alessandra Negrini) será encontrada por Daniel (Fábio Assunção) na cozinha de seu apartamento.

O gás estará aberto, e ela, morta, caída no chão, como mostra o quadro abaixo.

Marion Novaes

Em entrevista à Folha, Tuma Jr., que vê a novela 'não com muita frequência', a princípio apontou como sua suspeita a socialite Marion Novaes (Vera Holtz). 'Ela poderá ter uma participação como mandante. Está envolvida em vários rolos, o filho [Ivan/Bruno Gagliasso] e Taís sabem, e ela pode ter mandado matá-la para se preservar', afirmou.

Depois, em uma outra ligação, Tuma Jr. disse ter avaliado que Taís possa morrer no lugar da irmã gêmea, a mocinha Paula. Essa hipótese faz bastante sentido, uma vez que Taís, no momento do crime, estará no apartamento da irmã, fazendo-se passar por ela para tentar roubar seu passaporte e fugir.

Morta por engano

Nesse caso, o mais provável é que o assassino seja Ivan (Bruno Gagliasso), namorado da vilã. Segundo a Folha apurou, apesar de eles estarem brigados, ela telefona para o seu celular para avisá-lo do plano de roubar o passaporte e fugir.

Mas a ligação cai na caixa postal. Ele pode ter ido ao apartamento de Paula com o mesmo objetivo de Taís, roubar o passaporte, e, ao chegar, confunde-se e dá uma paulada na cabeça da namorada pensando estar diante da irmã gêmea.

Depois, para tentar simular um suicídio, coloca seu corpo na cozinha e liga o gás.

Ivan será preso como suspeito do crime, porque o delegado descobrirá que ele brigara com a namorada por ciúme de Olavo (Wagner Moura). Mas vai ser liberado quando a polícia ouvir a mensagem, na qual Taís, com voz doce, dá a entender que eles já fizeram as pazes.

Assassinato ou suicídio

Roberto Tardelli, promotor do caso Suzane von Richthofen, apesar de não assistir à novela, acredita que a tentativa de simular um suicídio possa ter relação com o fato de o crime não ser premeditado. 'Não é incomum que criminosos tentem ocultar seus crimes simulando um suicídio. Isso ocorre quando o assassinato não é suficientemente planejado. Ou, por outro lado, quando ele é muito bem preparado', diz.

Chefe da perícia do DHPP (Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa), Jane Marisa Pacheco Belucci analisou a cena do crime, a pedido da Folha. Ela tem no currículo a perícia dos von Richthofen, do pai e da madrasta do estudante Gil Rugai, do coronel Ubiratan e das vítimas

do maníaco do parque. ‘Em um caso desses [morte por gás], é obrigatório que se faça uma necropsia. Se ela foi morta asfixiada pelo gás e não foi um suicídio, precisa ter sido amarrada ou então ter tomado um sonífero ou levado uma pancada, algo que a fizesse desmaiar e permanecer exposta ao gás’, disse a perita.

Segundo Belucci, se foi amarrada em vida e desamarrada após a morte, haverá marcas em suas mãos. ‘O que se faz em vida marca, em morte, não.’

Outro ponto: ‘Se ela realmente morreu em razão do gás, haverá vômito ao lado do corpo e seu rosto estará corado. É o que se chama de uma ‘morta bonita’. Também ficam petéquias, pequenas manchas, ao redor dos olhos. Mas, se foi por uma pancada na cabeça ou por envenenamento, isso pode ser detectado pelo perito no local do crime ou por exames toxicológicos feitos pelo IML’, diz.

Segundo a Folha apurou, o roteiro não diz se ela estará branca, corada ou se haverá vômito. A perícia do IML na novela será a princípio inconclusiva, para que a polícia tenha dúvidas entre suicídio e assassinato. Para Belucci, num caso assim, ‘a perícia só seria inconclusiva se fosse mal-feita’.

Nos capítulos recentes, vários personagens têm sido colocados como possíveis autores do crime, até os improváveis Ana Luísa (Renné de Vielmond) e Belisário (Hugo Carvana). Além de Marion e Ivan, os candidatos mais fortes são Antenor Cavalcanti (Tony Ramos) e Olavo (Wagner Moura).’

O Estado de S. Paulo

Quinta-feira, 30 de agosto de 2007

MÍDIA & POLÍTICA

Gilberto de Mello Kujawski

Lula, presidente vitalício

‘Lula castrou a oposição neste país. Por isso – com raras e honrosíssimas exceções – a oposição fala fino e não tem a coragem de assumir seu papel. Seus instrumentos foram a enxurrada de medidas provisórias, que apequenaram o Legislativo numa figura decorativa, a cooptação de parlamentares em todos os partidos e a tática escusa do Mensalão – de que ele ‘não sabia’, mas que mesmo assim funcionou. Transformou o Brasil num deserto de estadistas e

de idéias, num vazio político só preenchido pela sua descomunal ambição de erigir-se em presidente vitalício, emendando a Constituição para se candidatar novamente quantas vezes quiser. Lula acabou com a política, pois, onde não existe oposição, a política já era.

Não se trata de satanizar a pessoa do presidente. Nada de ódio, apenas muita indignação, muita decepção e bastante cobrança. Afinal, Lula faz o seu jogo, o jogo do carisma sem liderança. Nós, que estamos em desacordo, temos de fazer o nosso jogo: menos 'carisma' e mais liderança com responsabilidade. Numa partida de futebol, um time não sataniza outro. Apenas tenta impor limites ao outro time, com tanto mais garra e agressividade quando o outro time joga com deslealdade e quebra todas as regras. E também não queremos ser satanizados. Como diz José Pastore, censurando o último trem da alegria: chega desse papo de que mérito, eficácia e competência são conceitos neoliberais, contrários à 'justiça social'.

Côncio de que a oposição atualmente se refugiou na imprensa, Lula dirige sua ofensiva contra a imprensa livre, cooptando e comprando jornalistas. Um deles, que gozava de excelente situação financeira na televisão, foi transformado em ministro. Indagado sobre como faria para viver com R\$ 8 mil, em contraste com sua remuneração anterior na TV, num rasgo de frio cinismo respondeu: 'Acho que, agora, vou ter que apelar para minha poupança...' Sem comentários.

O presidente carismático não entrega o poder, não admite a sucessão, não se sujeita à alternância no governo, como é próprio à democracia. Pois ele é 'o' homem, o salvador da pátria, o único apto a levar a cabo a obra messiânica de redenção nacional. Fidel Castro e Hugo Chávez não descem da Presidência. Lula, que não se julga menos do que estes líderes cucarachas, também manobra para ficar na governança ad perpetuum. Lula é 'imexível', como diria o ex-ministro Rogério Magri (num neologismo impecável, ao contrário do que acham os pedantes). Lula, o carismático, está acima do bem e do mal, à prova de qualquer denúncia, de qualquer sangramento e da alternância no poder.

Caminhando outro dia pelo meu bairro, como faço todas as manhãs, ao chegar a uma praça cheia de passarinhos cantando, um deles me contou alguns segredos do plano de Lula para proclamar seu dia do 'fico'. A tal reforma política a ser feita pela Constituinte exclusiva que espera convocar vai se resumir em mudar a Constituição para ele ser reeleito, a partir de 2008, por mais seis anos.

Vem aí uma gigantesca reestruturação econômica para afagar o povão sem prejuízo dos banqueiros, e com apoio de grandes investidores europeus. Quem tem dinheiro na poupança e nos fundos que se prepare para o confisco.

Os fundos do FGTS vão entrar na dança para financiar obras de infra-estrutura, mediante medida provisória. Com quem ficará o risco do investimento? Claro que ficará com o trabalhador. Afinal, para que serve o sistema capitalista de risco, senão para construir o socialismo do século 21?

Contou mais o passarinho: carros populares serão financiados pela bagatela de R\$ 5 mil, graças ao acordo fechado por Lula com uma companhia chinesa. Impostos para aparelhos de consumo popular seriam reduzidos e aumentada a carga tributária para automóveis de luxo. Para sufocar a violência está prevista a criação de ‘milícias de bairros’, na trilha de Hugo Chávez e dos ‘comissariados do povo’ na antiga URSS.

Contou o passarinho que Lula está riquinho. Sua fortuna pessoal foi estimada pela Revista Forbes em 2 bilhões de dólares (sic). Mas não se pense que ele vai gastar sua fortuna na compra de iates e de Picassos para seu deleite exclusivo. O que ele pensa fazer é comprar televisões a cabo para formar uma rede destinada a divulgar as comunicações do governo petista. O presidente dedica-se a manter sob seu controle várias redes de televisão, e segurar no freio muitos jornalistas aos quais paga ‘por fora’ (sem que precisem mexer na própria poupança...). Toda a sua preocupação se concentra em estabelecer as condições para um governo lulista de prazo indeterminado, a perder de vista.

Palavra de passarinho (sem parentesco com tucanos nem com os falcões da direita).

O passarinho baseou-se no Dossiê Americano sobre Lula (da internet).

Verdade ou mentira?

Lula não é de tomar medidas ousadas. Está mais para conservador e não gosta de assumir riscos, como seriam o confisco maciço de poupanças, criação de milícias, etc. Sobram certas iniciativas de impacto, como extensão da rede de propaganda pela TV, algum investimento em infra-estrutura e em moradias populares (o que é bom e importante), talvez medidas provisórias manipulando recursos do FGTS. Pode-se ter como certo o aperfeiçoamento do Bolsa-Família e, mais ainda, a cooptação da imprensa, o suborno de jornalistas, etc. Descontadas as iniciativas mais audaciosas e virulentas, que ponham em risco a estabilidade macroeconômica, tudo pode ser verdade.

Acresce que a turbulência do mercado financeiro veio estreitar a margem de manobra do governo lulista. Lula e seus comparsas já puseram de molho suas bem tratadas barbas antes que peguem fogo. O panorama mundial não está para grandes devaneios populistas (ou elitistas), o que pode cortar a megalomania lulo-petista.

* Gilberto de Mello Kujawski, escritor e jornalista, é membro do Instituto Brasileiro de Filosofia E-mail: gmkuj@terra.com.br

ECOS DA DITADURA

Vannildo Mendes e Tânia Monteiro

Lula: 'Desaparecidos são ferida aberta'

'Brasília – Com o apoio do presidente da República, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos lançou ontem, no Palácio do Planalto, um livro-relatório especial para estabelecer um marco histórico no País: enterrar as versões dadas pelo regime militar (1964-1985) para o desaparecimento de presos políticos.

A versão oficial do período para a comissão, que funciona junto ao Ministério da Justiça, passa a ser a do livro Direito à Memória e à Verdade. O livro diz na abertura: 'Não poderiam seguir coexistindo versões colidentes com a de inúmeros comunicados farsantes sobre fugas, atropelamentos e suicídios, emitidos naqueles tempos sombrios pelos órgãos de segurança, e a dos autores das denúncias sobre violação de direitos humanos'.

Na solenidade de lançamento do livro, carregada de emoção, mas também marcada pela ausência de chefes militares, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que a falta de informações para a localização dos corpos dos desaparecidos 'é uma ferida que permanece aberta'. Segundo o presidente, 'é direito dos familiares, por tradição milenar, reivindicar o justo direito de sepultar seus entes queridos'.

'É esse direito que queremos resgatar sem rancor, sem revanchismo de qualquer ordem', disse, citando um conjunto de esforços para identificação de corpos de desaparecidos. Ele admitiu também ajustar a legislação e insinuou a adoção do benefício da delação premiada para militares ou civis que tragam informações que possam levar à localização de corpos e esclarecimento de crimes. Lula disse que a iniciativa não tem qualquer sentido de revanchismo e lembrou que a lei da anistia impede esse tipo de retaliação.

O presidente reconheceu que o debate em torno dos desaparecidos políticos 'tem ressentimento, tem dor e lágrima'. E avisou: 'É preciso fazer pela sociedade e vamos fazê-lo'.

Sobre os arquivos que ainda não foram abertos, lembrou que a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, 'é responsável por isso' e que grande parte deles já foi para o Arquivo Nacional. 'Nós queremos contribuir e trabalhar para que a sociedade brasileira feche a página desta história, vire a página de uma vez por todas e que a gente possa construir um futuro com muito mais solidariedade, mais irmanados, a sociedade trabalhando junto, esquecendo um pouco o que foi o regime autoritário', declarou Lula. 'Acho que há disposição para isso. Acho que há vontade dos militares, da polícia. O que nós vamos fazer é aquilo que temos condições de fazer', prosseguiu o presidente, informando que a comissão dos desaparecidos vai ser ampliada. 'Vamos ver quais as dificuldades, preparar novos membros e continuar o debate', declarou.

PROCESSOS

Organizada pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos, a publicação, de 500 páginas, detalha os processos a respeito de mais de 400 desaparecidos políticos e traz, pela primeira vez no Brasil, o reconhecimento de Estado de que as forças da repressão cometeram crimes como torturas, esquartejamentos, estupros e ocultação de cadáveres de vítimas do regime.

Parentes das vítimas e entidades de direitos humanos lotaram o salão nobre do Palácio do Planalto. Número expressivo de ministros, vários deles ex-exilados, ex-presos e ex-perseguidos, prestigiou o ato – entre os quais a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, ex-guerrilheira da Aliança Libertadora Nacional.

A solenidade começou com execução da música O Bêbado e o Equilibrista, de João Bosco e Aldir Blanc, adotada como hino informal da campanha pela anistia. Enquanto a artista Kiki Freitas cantava a música, telões passavam flashes com imagens de ícones da esquerda, mortos ou exilados pela repressão. Entre eles, o jornalista Wladimir Herzog, assassinado em 1975 no DOI-Codi de São Paulo, e o capitão Carlos Lamarca, militante da ALN, considerado traidor pelo Exército.

Momento de maior emoção ocorreu quando Elzita Santa Cruz, de 94 anos, mãe do militante Fernando Augusto Santa Cruz, desaparecido em 1974, disse com a voz embargada que há 30 anos espera o filho chegar, como fazia a mãe de um soldado que foi à Guerra do Paraguai. ‘Queria ao menos fazer o enterro do meu filho, saber o que aconteceu.’ Emocionada, disse que sentia ‘saudades eternas de mãe’ e não conseguiu encerrar a frase. Lula foi abraçá-la.’

Comissão monta banco de DNA para desaparecidos

‘A Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos está montando desde setembro do ano passado um banco especial de perfis genéticos. A comissão vem coletando amostras de sangue dos parentes consanguíneos dos desaparecidos ou dos mortos cujos corpos foram entregues aos familiares.

O objetivo de ter um banco de DNA é poder ‘comparar e identificar com certeza científica dos restos mortais que ainda venham a ser localizados, bem como de ossadas já separadas para exames’, diz o livro-relatório Direito à Memória e à Verdade.

A Polícia Federal, o Instituto Médico Legal (IML) de Brasília e o próprio Ministério da Justiça têm ossadas sob sua guarda para fazer as primeiras comparações.

Esses dados de DNA também podem ser comparados com novas ossadas, no caso de localização das covas clandestinas em que foram enterrados alguns dos guerrilheiros que fizeram oposição armado ao regime militar.’

TELEVISÃO

Julia Contier

Pacote estréia dia 7

‘O documentário brasileiro Jesus no Mundo Maravilha, dirigido por Newton Cannito, conta a história de dois ex-policiais expulsos da corporação que agora trabalham num parque de diversões. O filme faz parte de um grupo de 13 documentários que será apresentado no DocTV Ibero-América, com estréia prevista na TV Cultura para 7 de setembro.

O programa começa com o documentário Inal Mama, da Bolívia, e, na sequência, o público pode aguardar produções da Argentina, México, Cuba, Porto Rico, Colômbia, Costa Rica, Peru, Panamá, Chile, Venezuela e Uruguai.

Sob a coordenação-executiva da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura do Brasil, a verba destinada ao programa vem do Fundo DOCTV IB (80%) e das TVs públicas locais (20%). ‘O grande objetivo deste programa é o intercâmbio cultural e econômico dos povos ibero-americanos’, diz o presidente da Fundação Padre Anchieta, Paulo Markun.

O secretário do Audiovisual, Orlando Senna, anuncia um possível DOC TV entre os países da América Central. No Brasil, a série será exibida pela TV Cultura sempre às sextas-feiras, às 22h40.

Musa alternativa

Chloë Sevigny volta à tela da HBO no dia 7 de setembro para a segunda temporada da série Big Love – Amor Imenso, produzida por Tom Hanks. Na foto, a atriz posa para a campanha verão 2008 da grife Ellus. Em junho, Chloë esteve na São Paulo Fashion Week.

Entre- linhas

Uma das cidades visitadas pelos Cassetas no quadro Brasil Adentro, Pau Grande (RJ), terra de Garrincha, ainda não foi para o ar. O que se fala nos bastidores é que as brincadeiras ficaram pesadas demais e que a direção decidiu limar a cidade.

Caminhos do Coração estreou com 17 pontos de média e 19 de pico, das 21h58 às 22h43 de terça. Foi a melhor estréia de novela na Record. A antecessora, Vidas Opostas, estreou com 16 de média.

Está agendada para 2 de dezembro, mesma data marcada para o início da TV digital em São Paulo, a estréia da TV Brasil, nova TV pública federal. Assim disse ao Estado o secretário do Audiovisual Orlando Senna.

O SBT pede correção: não foi de novo que Tom Cavalcante bateu o Domingo Legal, e sim pela primeira vez.

Cobras & Lagartos estreou ontem na Bulgária pelo canal Nova TV, às 16h30.

Ainda sobre Cobras & Lagartos: por obra do personagem Foguinho, Lázaro Ramos é semifinalista do International Emmy Awards deste ano.

Ninguém sabe como, mas o meio-campista do São Paulo, Richarlyson, topou participar do Rockgol, segunda-feira, na MTV.

Autor de grandes feitos no meio musical, Cayon Gadia, que nos últimos nove anos atuava como diretor musical no SBT, morreu na madrugada de ontem, aos 64 anos, vítima de diverticulite.'

ANEXO J

FEITOS & DESFEITAS > ETIMOLOGIA APLICADA

Novas palavras do Mensalão

Por Deonísio da Silva em 14/08/2012 na edição 707

Entre ser considerada “baranga” ou “mequetrefe”, Geiza Dias, uma das rés do Mensalão, ex-gerente financeira de uma das empresas de Marcos Valério, também réu do mesmo processo, foi qualificada como “mequetrefe” por seu advogado, Paulo Sérgio de Abreu e Silva. Os censores estão sempre de plantão: quiseram proibir “Mensalão”, colocando sem seu lugar Ação Penal 470. No jogo do bicho, 470 é porco: as semânticas funcionam até por acaso.

De algum modo a palavra “Mensalão”, vinda do adjetivo “mensal”, já era substantivo desde há algum tempo, nas designações da Receita Federal, mas não tinha entrado para a língua portuguesa. Os impostos pagos por mês eram designados por “mensal”, “mensalinho” e “Mensalão”. Todavia nenhum dos três tinha sido ainda abonado nos dicionários.

A origem remota de “mensal” é o latim tardio **mensuale**, de **mensis**, mês, de uma raiz indo-européia **-*me**, que deu em grego **métro**n, medida, e em latim **metiri**, medir.

“Mensalão” passou a designar preferencialmente, desde 2005, o complexo sistema de corrupção de parlamentares, identificado como “organização criminosa”, conforme denúncia oferecida ao STF por Antonio Fernando de Souza, procurador-geral da República. A nova palavra tinha sido sorrateiramente referida no **Jornal do Brasil**, depois explicitamente na **Folha de S. Paulo** (edição de 6/6/2005), após famosa entrevista do então deputado federal Roberto Jefferson (PTB-RJ).

Novos matizes

Foi a partir da **Folha de S. Paulo** que “Mensalão” espalhou-se por toda a imprensa e por toda a mídia brasileiras, obrigando inclusive a imprensa e a mídia internacionais a criar neologismos nas línguas dos respectivos países onde circulam.

Por força da avalanche de publicações sobre os fatos conhecidos sob a égide geral de “Mensalão” e ao rumoroso processo judicial, a nova palavra entrou para os dicionários de português. E não pelo uso informal que dela já fazia a Receita Federal.

Ainda antes de ser levado a julgamento, que ora ocorre no STF, o “Mensalão” já resultou na queda de vários ministros e na cassação ou na renúncia de vários deputados, incluindo o denunciado como chefe da quadrilha, o ex-deputado federal e então ministro José Dirceu. Eram originalmente 40 os acusados, depois reduzidos a 38, que respondem por oito crimes: formação de quadrilha, peculato, corrupção ativa, corrupção passiva, falsidade ideológica, lavagem de dinheiro, evasão de divisas e gestão fraudulenta.

Na mesma denúncia, feita originalmente pelo procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, hoje a cargo de seu sucessor no cargo, Roberto Gurgel, o publicitário Duda Mendonça responde por operações de lavagem de dinheiro, por ter recebido do PT uma montanha de dinheiro no exterior.

O relator do processo no STF foi o ministro Joaquim Barbosa, o primeiro magistrado negro na mais alta corte do país. Dos 40 denunciados, cinco são mulheres.

No afã de isentar os denunciados dos crimes a eles atribuídos, seus advogados vêm dando novos matizes a conhecidas palavras, deslocando significados e sentidos. E passam a substituir as designações por outras, com o fim de amenizar os crimes, tipificando-os sob novas roupagens vocabulares, em outros contextos. O exemplo mais emblemático é a tentativa de reunir sob a expressão “caixa dois” todos os crimes de que são acusados: formação de quadrilha, peculato, corrupção ativa, corrupção passiva, falsidade ideológica, lavagem de dinheiro, evasão de divisas e gestão fraudulenta. Outras vezes dão novos matizes a conhecidas palavras, deslocando significados e sentidos, às vezes sem atentar para o fato de que a emenda pode sair pior do que o soneto.

Arte de enganar

O advogado Paulo Sérgio Abreu e Silva vacilou entre “baranga” e “mequetrefe” no recurso tático vindo da estratégia de desqualificar os crimes mediante mudança de palavras ou de seus significados. O significado mais corrente do substantivo feminino “baranga” foi assim registrado pelo dicionário **Aurélio**: “Mulher muito feia ou muito maltratada, sem trato”. Como adjetivo, “baranga” designa pessoa ou coisa de “má qualidade; de pouco ou nenhum valor”.

O substantivo “mequetrefe” designa, segundo o mesmo **Aurélio**, o “indivíduo que se mete onde não é chamado”, tendo também o significado de “biltre, patife”. O advogado provavelmente ateve-se ao significado que lhe dá o dicionário **Houaiss**: “Indivíduo sem importância, inútil, insignificante; borra-botas, João-ninguém”.

A etimologia ensina que “baranga” veio do quicongo **mbalang**, designando para as tribos africanas praticantes dessa língua “hérnia umbilical”, segundo Nei Lopes. E “mequetrefe” é de origem controversa. Os árabes, que ficaram sete séculos em Portugal, tinham **mogatref**, petulante. Os ingleses têm **make-trifles**, o que faz bagatelas, mas a origem remota de todos eles pode ser o latim **moechus**, malicioso, espertalhão, somado ao adjetivo **trefe**, de origem obscura, mas provavelmente do castelhano, com o significado de inquieto, esperto, hábil na arte de enganar os outros, étimo presente em trêfego, no português, com significados semelhantes. Mensalão, baranga, mequetrefe! Como diz Cecília Meireles:

“Ai, palavras, ai, palavras/ Que estranha potência a vossa!/ Todo o sentido da vida/
Principia à vossa porta;/ O mel do amor cristaliza/ Seu perfume em vossa rosa;/ Sois o
sonho e sois audácia/ Calúnia, fúria, derrota.”

[Deonísio da Silva escritor e professor, tem 34 livros publicados. É autor dos romances históricos **Avante, soldados: para trás** (10ª edição), já traduzido para outras línguas, e **Lotte & Zweig** (2ª edição), ambos publicados pela Editora Leya. É vice-reitor da Universidade Estácio de Sá, no Rio de Janeiro]

ANEXO K

IMPrensa EM QUESTÃO > AÇÃO PENAL 470

Imprensa teve papel central no processo do Mensalão

Por Elton Bezerra em 19/11/2013 na edição 773

Reproduzido do [Consultor Jurídico](#), 11/11/1013

Para o advogado José Luis Oliveira Lima, a cobertura do Mensalão pela imprensa foi parcial, tendenciosa e sofrível; para a colunista Mônica Bergamo, a exposição na imprensa já é uma condenação dos réus; o repórter Fausto Macedo afirma que as acusações foram levantadas pela Polícia Federal em um governo petista, ratificadas pelo Ministério Público e turbinadas pela transmissão ao vivo das sessões pelo Supremo Tribunal Federal; o editor Bob Fernandes diz que os advogados foram emparedados, enquanto o professor de Direito Penal da USP Renato Silveira defende que nem todas as expectativas criadas pelas redações se confirmaram. Todos, porém, concordam que a imprensa teve um papel central no julgamento da Ação Penal 470, o processo do Mensalão.

As opiniões foram dadas na manhã de segunda-feira (11/11), na Faculdade de Direito da USP, no Largo São Francisco, centro de São Paulo, em evento que buscou analisar até que ponto a imprensa influenciou no julgamento. Organizado pelo professor de Direito Penal da USP Pierpaolo Cruz Bottini, o encontro contou também com a participação de Raul Zocal, diretor do departamento jurídico do Centro Acadêmico XI de Agosto. Cerca de 80 pessoas estiveram presentes à Sala dos Estudantes para participar do debate, que continua nesta segunda-feira à noite.

“A cobertura feita pela imprensa no julgamento da Ação Penal 470 foi sofrível, para dizer o mínimo”, disse José Luís, advogado de José Dirceu no processo do Mensalão. Na avaliação dele, a cobertura da Folha de S.Paulo foi a mais equilibrada da grande imprensa, uma vez que o jornal abriu espaço para a publicação de diversos artigos e entrevistas da defesa. Ele considerou o trabalho do Estadão mais comedido, com exceção das reportagens do jornalista Fausto Macedo. Sobre a Veja, pegou um pequeno gravador que estava na mesa e comparou: “Depois de anos de uma crítica feroz à defesa, decidiram dar espaço para as teses por nós defendidas, sendo o espaço para isso ínfimo, menor do que este gravador, só para constar”.

O advogado falou com indignação quando lembrou da aposta de uma garrafa de vinho feita entre os jornalistas Merval Pereira e Ronaldo Sardenberg quanto ao momento de prisão de José Dirceu. “Não é possível que isso vá melhorar ou acrescentar à cobertura da imprensa”, disse José Luís, que acrescentou: “todo juiz, todo promotor e todo jornalista deveria figurar como réu em uma Ação Penal para entender o que é o direito de defesa”.

Papel central

Para a jornalista Mônica Bergamo, dados o tamanho da Ação Penal e sua importância, o espaço nos jornais foi adequado. Ela reconheceu o peso da imprensa no processo. “A mídia teve um papel central no julgamento do Mensalão”, afirmou.

A colunista disse que duas declarações que ela colheu dos ministros Celso de Mello e Joaquim Barbosa podem servir de orientação para o debate quanto à influência da mídia, além de já

responderem à questão. “Houve de fato uma interferência. Isso nas palavras de dois ministros que foram os que mais condenaram, os mais rigorosos e que não têm nenhuma ligação com o Partido dos Trabalhadores”, disse Mônica, que citou as seguintes frases.

“Em 45 anos de atuação na área jurídica, como membro do Ministério Público e juiz do STF, nunca presenciei um comportamento tão ostensivo dos meios de comunicação sociais buscando, na verdade, pressionar e virtualmente subjugar a consciência de um juiz”, disse o decano do STF à colunista pouco depois de decidir sobre o cabimento dos Embargos Infringente. Ele desempatou o julgamento, e garantiu o direito a um novo julgamento para os casos em que os réus obtiveram pelo menos quatro votos favoráveis.

Já a citação ao ministro Joaquim Barbosa, refere-se a uma entrevista concedida em agosto do ano passado, quando o presidente do STF afirmou que “a imprensa nunca deu bola para o Mensalão mineiro”.

A jornalista disse que a questão da publicidade opressiva é delicada e complexa, já que envolve dois direitos considerados fundamentais pela Constituição: a liberdade de expressão e o direito a um julgamento justo. “A grande cobertura da mídia já acaba sendo, de cara, uma pena adicional ao réu, ainda que ele seja inocentado no final”, disse.

A colunista aventou como uma possível solução para o dilema a adoção de regras previstas em países como a Suíça, onde enquanto não houver condenação, a imprensa não pode divulgar o nome do réu. Ela reconhece, porém, que isso é muito difícil ser implementado no Brasil, já que saímos recentemente de uma ditadura que pretendia inserir esse conceito no Código Penal.

Investigação da PF

Responsável pela cobertura do Judiciário no jornal O Estado de S. Paulo, o repórter Fausto Macedo disse que a imprensa apenas reproduziu as acusações levantadas por órgãos públicos. “O Mensalão foi produto de um inquérito da Polícia Federal, órgão público vinculado ao Ministério da Justiça e ela fez a investigação no governo do PT”, afirmou. “A mídia não está no banco dos réus”, acrescentou. “O que a mídia publica, às vezes com uma dosagem mais elevada, são os esculachos que se tornaram a administração pública nesse país”.

Ele considerou a transmissão dos julgamentos pela TV Justiça como fator importante para “turbinar” a cobertura. “Se houve alguma espetacularização do julgamento é porque foi transmitido ao vivo”. Entusiasta das transmissões, Macedo defende inclusive que as reuniões do Executivo sejam cobertas pela TV. “Quanto mais transmissão ao vivo melhor”.

Diretor do Centro Acadêmico XI de Agosto, Raul Zocal contou que o julgamento dos Embargos Infringentes foi acompanhado, inclusive pelos estudantes de Direito, como uma partida de futebol: “Íamos acompanhando como uma final de Liga dos Campeões”.

Editor do Terra Magazine, Bob Fernandes afirmou que a imprensa tentou “emparedar” não apenas os ministros como também os defensores dos réus. “Muito antes de tentar emparedar o Celso de Mello ou o Lewandowski, houve um inacreditável emparedamento dos advogados”, afirmou. Ele disse que não se surpreendeu com a cobertura do processo do Mensalão. “É assim que a imprensa brasileira se move. Ela tem seus hábitos e interesses.” Em sua opinião, a exemplo do que os ingleses fizeram com após os grampos do jornal News of the World, de Rupert Murdoch, a imprensa deveria refletir sobre suas atitudes.

Cabeça de magistrado

Para o professor de Direito Penal da USP Renato Silveira não é possível afirmar que um juiz seja influenciado pela imprensa, já que no próprio julgamento do Mensalão algumas expectativas das redações não se confirmaram. “Queriam que os ministros se dessem por impedidos, não se deram. Queriam que não houvesse a aceitação dos embargos, e houve. Queriam que o processo fosse rápido, e não foi.”

Para Silveira, apesar de estudos apontarem para uma possibilidade de o juiz ser influenciado em suas decisões, ele acredita que isso ocorre em uma medida menor do que se imagina.

“Talvez o grande responsável por absolvições e condenações não venha a ser nem a mídia nem o Judiciário, mas o Legislativo, que modifica um conceito jurídico”, disse ele ao se referir ao conceito de quadrilha ou bando. O artigo 288 do Código Penal foi modificado pela Lei 12.850, que, segundo especialistas, facilita o enquadramento no crime.

Ele disse considerar “sedutora” a legislação suíça, que preserva o nome dos envolvidos em ações penais. “[Talvez] não devesse ter um julgamento ao vivo e a cores, mas que isso se desse com um certo delay. Já se pouparia tantas e quantas pessoas”, disse. Ele, entretanto, considera a TV Justiça um “caminho sem volta”, e defende que as faculdades de Direito auxiliem os jornalistas em trabalhos delicados como o processo do Mensalão.

No banco dos réus

Da plateia, o advogado Antonio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, declarou-se contrário à transmissão de julgamentos de Ações Penais. “Acho um absurdo, acho um retrocesso.” Segundo ele, um julgamento penal é um processo à parte

Para o advogado, a imprensa é hoje objeto de debate em todo o país. “A mídia, está, sim, no banco dos réus, mas ninguém publica. O que se discute hoje é mídia opressiva”, afirmou. Kakay foi advogado de Duda Mendonça e Zilmar Fernandes, absolvidos na AP 470 e que até hoje são chamados de mensaleiros.

Advogados apontam influência da imprensa em decisão do STF

Felipe Luchete

A cobertura do julgamento da Ação Penal 470, o chamado processo do Mensalão, e a consequente pressão popular sobre o tema influenciaram a decisão de ministros do Supremo Tribunal Federal, segundo advogados que participaram, na noite desta segunda-feira (11/11), de debate sobre o papel da imprensa no julgamento. O evento, que ocorreu na Faculdade de Direito da USP com apoio da Consultor Jurídico, também teve a presença de jornalistas da Folha de S.Paulo e da Veja.

Em lados opostos da mesa, o professor de Direito Constitucional Alexandre de Moraes e o criminalista Antonio Carlos de Almeida Castro, o Kakay — que defendeu os réus absolvidos Duda Mendonça e Zilmar Fernandes — divergiram sobre a forma como essa influência ocorreu.

Para Moraes, a ampla cobertura, ainda que positiva, motivou o endurecimento das penas dos réus. “Não mudou voto [de nenhum ministro], mas, a meu ver, houve exageros nas penas gerais”, disse.

Kakay disse que a consequência foi maior, porque motivou votos de componentes da corte. “É ilusão achar que ministro do Supremo não é influenciado pela mídia e por outros fatores. É claro que é.” Ele disse não ter dúvida de que o presidente Joaquim Barbosa julgaria da mesma forma com ou sem imprensa, mas afirmou que alguns ministros primeiro decidiram condenar e depois foram aos autos do processo. “O Judiciário ouvindo as ruas é um golpe ao Estado Democrático de Direito.”

O advogado afirmou que a mídia tem o direito de informar da forma que quiser, mas criticou a “espetacularização” do caso e o “pré-julgamento” dos réus, tratados como mensaleiros. Ele voltou a criticar a exibição do julgamento de um processo criminal na TV Justiça, o que considera um “absurdo” e uma “pena acessória” sem previsão na lei.

Benefícios e erros

De opinião inversa, o jornalista Marcelo Coelho, da Folha de S.Paulo, disse que a exibição ao vivo pode ter beneficiado parte dos réus. “Nunca ouvi tanto a voz dos advogados e tantos argumentos que, de modo geral, a mídia não estava apresentando.”

Para ele, houve pressão para que o ministro Celso de Mello recusasse a aceitação dos Embargos Infringentes, noticiados como se fossem um novo julgamento, mas a transmissão pela TV ajudou a esclarecer pontos obscuros. Ele também disse que a mídia hoje é mais pulverizada, o que auxilia a democratizá-la.

Segundo Otávio Cabral, jornalista da Veja, a imprensa “prestou um serviço à democracia”. “Se não fosse a primeira matéria da Veja com o [ex-diretor dos Correios] Maurício Marinho recebendo R\$ 3 mil de propina, ninguém saberia da corrupção nos Correios. Se não fosse isso [o ex-deputado pelo PTB-RJ], Roberto Jefferson não teria dado entrevista para a Folha. Acho que foi mostrado pela imprensa um caso de corrupção muito importante.” Cabral avaliou que houve mais acertos do que erros na cobertura desse caso.

Reis de Souza Neto, do departamento jurídico do Centro Acadêmico XI de Agosto, disse que a imprensa não teve a responsabilidade de se aprofundar sobre o Direito Penal antes de informar o leitor.

Já o professor Alexandre de Moraes afirmou que a imprensa conseguiu traduzir o “juridiquês” para o português. Sobre os comentários de espetacularização, ele disse que há um autocontrole por parte dos leitores e do setor para manter a qualidade das informações. Ele disse ainda que a imprensa deve ser livre, o que não significa que será justa.

“Às vezes a gente aponta erros na imprensa, no Judiciário e no governo que, na verdade, são problemas do país. É difícil corrigir erros que permeiam toda a sociedade”, disse Márcio Chaer, diretor da ConJur. (**Felipe Luchete** é repórter da revista **Consultor Jurídico**)

Elton Bezerra é repórter da revista **Consultor Jurídico**

ANEXO L

JORNAL DE DEBATES > JORNALISMO & CORRUPÇÃO

Cobertura personificada e legalista da corrupção política

Por Bruno Bernardo de Araújo em 01/07/2014 na edição 805

Há poucas semanas, o **Fantástico**, da TV Globo, anunciava uma reportagem, cujo título interpelou-me à primeira vista: “Manual da Corrupção Eleitoral”. Assisti ao programa com uma expectativa contida. Um dos elementos mais curiosos foi o fato de toda a reportagem girar em torno de uma personagem fictícia, Cândido Peçanha, apresentada como protótipo do político corrupto brasileiro. Um segundo episódio ocorrera, igualmente semanas atrás, por ocasião da ida de um grupo de parlamentares à penitenciária da Papuda com o objetivo de fiscalizar as condições carcerárias de José Dirceu. Ao passar por uma banca de jornal, em Brasília, a manchete do **Correio Braziliense** chamou a minha atenção: “Cela de Dirceu tem chuveiro quente, TV e micro-ondas”. Enquanto a lia, uma senhora de meia-idade aproximou-se de mim e, com ar de profunda revolta, destilou um “que absurdo!”.

Episódios desse tipo são boas fontes de reflexão para algumas inferências que venho fazendo sobre a forma como o jornalismo constrói o fenômeno da corrupção política no Brasil. Uma dessas inferências está relacionada com a construção de notícias e reportagens extremamente personificadas. Ambos os casos, apesar de conjunturalmente distintos, têm um denominador comum: estão centrados em pessoas – Cândido Peçanha e José Dirceu. Apesar de o primeiro ser uma personagem fictícia, de caráter coletivo, o seu efeito de ancoragem e materialização no real, via discurso jornalístico, é enorme. Sem falar no seu efeito de diabolização da política e, particularmente, do político. O segundo ator, conhecido até pelo mundo mineral, teve sua imagem sobejamente estampada nos diversos meios de comunicação social, principalmente durante os meses do julgamento do Mensalão. Envolvido em abordagens como as da revista **Veja**, Dirceu fora apresentado como uma espécie de anti-herói, o vilão da sociedade brasileira. Ao contrário, o ministro Joaquim Barbosa foi vangloriado, transfigurado em herói do povo, “o menino pobre que mudou o Brasil”.

Jornalismo e discussão política

A tendência de centralização da cobertura jornalística da corrupção em pessoas, tendo por detrás motivações claramente ideológicas, encerra um conjunto variado de consequências. A mais preocupante é a ausência de um debate sério, na esfera pública, sobre os reais motivos da proliferação de um fenômeno, apontado pelo sociólogo português Boaventura de Sousa Santos como uma das maiores causas de crise das democracias ocidentais.

Visto por Habermas como um dos principais mobilizadores do espaço público burguês, o jornalismo foi historicamente associado a uma arena de discussão crítica de temas caros à opinião pública. No século 19, as questões sociais mais importantes da sociedade francesa estavam nas páginas da imprensa, dando corpo a fervorosos debates de ideias que envolviam intelectuais, políticos e outras figuras importantes da época. Um exemplo da vocação crítica da imprensa, na discussão de temas sociais, envolveu o romancista Émile Zola que, envolvido no chamado **affaire Dreyfus**, publicou o célebre **J'accuse!** (Eu acuso!), manifesto em defesa de um soldado francês de origem judaica, acusado de traição ao Estado, numa trama arquitetada por oficiais de cúpula das Forças Armadas. Foi, aliás, daí que surgiu a expressão “intelectual”.

Sem dúvida, o jornalismo de hoje exerce um papel fundamental na denúncia de casos, de que é exemplo o famoso “caso Mensalão”, ou mesmo as denúncias contra o ex-presidente Fernando Collor de Mello, conducentes a uma crise política de proporções gigantescas, que culminou, como se sabe, com o seu **impeachment**. No entanto, o desempenho do jornalismo na busca por respostas ao fenômeno que denuncia é extremamente reduzido, para não dizer redutor. Após a denúncia, o que passa a importar é a culpabilidade de indivíduos. Curioso é que, mesmo antes da manifestação da justiça, muitos acusados são antecipadamente condenados, numa espécie de tribunal simbólico da esfera pública.

Naturalmente, o meu objetivo não é a defesa de qualquer envolvido em qualquer caso de corrupção. Corrupção é uma prática ilícita e deve ser punida. Em contrapartida, o aspecto para o qual gostaria de chamar a atenção está relacionado com o lugar assumido pelo jornalismo frente ao problema. Um lugar cada vez mais dissociado da arena de discussão política, à qual ele esteve ligado durante séculos. Não estou a falar, obviamente, em política partidária, mas na visão aristotélica de Política como o espaço de discussão aprofundada de questões atinentes à realidade da **polis**.

Oportunidade abandonada

O jornalismo brasileiro tende a criar a ideia de que vivemos imersos numa “cultura de impunidade”, alertando-nos para o fato de que a corrupção está culturalmente arraigada ao código genético tupiniquim. Por outro lado, não são raras as construções semânticas que apontam a corrupção política como um problema endêmico, pulverizado em nossa sociedade e em todo o sistema político.

Ao adotar essas construções midiáticas de sentido, chegamos à conclusão de que a corrupção impregna-se de tal forma nas instituições políticas nacionais, estaduais e municipais, que a própria estrutura estatal rui, num imparável apodrecimento. A corrupção, nesse contexto, possa ser um problema de Estado e a integrar o nosso imaginário. Dados da Transparência Internacional de 2013 colocaram o Brasil na 69ª posição, num ranking que procura mensurar o nível de percepção pública da corrupção, em países dos cinco continentes. Segundo a organização, uma das responsáveis pela alta percepção do fenômeno entre os brasileiros é a mídia.

Já que o jornalismo aponta para a existência de uma corrupção sistêmica, seria de esperar que o próximo passo a ser dado fosse a discussão desse sistema, cuja precariedade, como se depreende da narrativa jornalística, estaria na base do nascimento e do espraiamento do fenômeno. Curiosamente, ao fazer a cobertura de casos específicos, o jornalismo abandona completamente, ou relega a um plano muito secundário, a oportunidade do debate, voltando o seu horizonte de interesses para uma luta frenética pela condenação de pessoas. Nesse movimento de incorporação de uma **pseudoaura** jurídica, é interessante observar que o jornalismo tanto elogia quanto critica a justiça oficial, adotando tons que variam, em maior ou menor grau, de acordo a aproximação, ou o distanciamento dos veredictos judiciais de suas expectativas condenatórias.

Efeito perverso

Essa reflexão conduz-me a questões presentes na filosofia de Platão. Em sua **República**, ao narrar o diálogo entre Sócrates e o sofista Trasímaco sobre o que seria o bom e o justo, o filósofo grego permite aflorar o tema da legitimidade. Segundo o professor da Universidade de Brasília Alexandre Araújo Costa, naquele contexto, a legitimidade, para Platão, seria o conceito de que dispúnhamos para questionar a validade de uma ordem, mesmo quando ela adviesse de uma pessoa, ou instituição com potencial de gerar obediência. Na contramão desse conceito

platônico de legitimidade, podemos trazer a legalidade, ou discurso legalista, que não permite discussão alguma. Ao magistrado não cabe colocar a lei em causa, devendo aplicá-la **tout court**. O discurso legalista, portanto, prevê a confirmação das estruturas.

Essa ligação ao pensamento platônico permite, ainda que com cuidado, fazer algumas elucidações quanto à postura do jornalismo frente ao tema da corrupção política, tal como descrevemos antes. Queremos dizer que, no momento em que o jornalismo abre mão da discussão de uma estrutura, que o próprio aponta como degradada pela corrupção, e passa a preocupar-se, tão-somente, com a culpabilidade de pessoas, ele assume, **lui-même**, um discurso legalista.

Em outras palavras, o jornalismo reduz a legitimidade platônica à legalidade, sendo que a característica principal dessa última é justamente abafar o debate. Recorrendo à noção de despolitização, que o filósofo alemão Carl Schmitt desenvolve, em **O conceito do político**, podemos estabelecer uma analogia com o seu pensamento para dizer que o jornalismo despolitiza a sua prática porque não discute as temáticas a fundo. Um exemplo, entre vários: no ano passado, durante o julgamento do cabimento de embargos infringentes, na Ação Penal 470, a grande mídia, em nenhum momento, procurou discutir a real validade daquele instituto recursal. Antes e depois das sessões de julgamento, o clima de opinião midiático era o mesmo: não cabem os embargos. Por que? A história dirá, mas posso adiantar o meu contributo: porque importava apenas a condenação sumária.

Ao não discutir as questões, o jornalismo desvincula-se de sua faceta histórica mais nobre: a procura por respostas adequadas às demandas sociais, ou, melhor ainda, ao interesse público. De qualquer modo, essa despolitização assume nuances muito particulares. Não se trata de esquecimento, nem tampouco de ingenuidade: a não discussão assenta em objetivos ideológicos.

O discurso legalista ideologizado do jornalismo sobre a corrupção política tem, portanto, um efeito perverso, mas, sobretudo, paradoxal. Isso porque, como antes dissemos, se a legalidade não autoriza a contestação das estruturas (das normas, do sistema como um todo), ao adotá-la em seu discurso, o jornalismo confirma, tacitamente, a mesma estrutura, visceralmente comprometida pela existência da corrupção, que antes havia denunciado.

Por fim, vale ressaltar que, guardados os perigos da generalização, essa é uma tendência observável em todos os meios de comunicação, de um lado a outro do espectro político-ideológico. É nesse enquadramento que o discurso jornalístico sobre a corrupção assume-se como personificado e, conseqüentemente, legalista. Desse modo, pouco ou nada nos ajuda a compreender o fenômeno da corrupção política.

Por agora, vem-me na memória, como um relâmpago, aquilo que o repórter polonês [Ryszard Kapuscinski](#) uma vez disse, referindo à sua própria profissão: “Os cínicos não servem para este ofício”.

Bruno Bernardo de Araújo é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília, mestre em Comunicação e Jornalismo pela Universidade de Coimbra, Portugal e pesquisador colaborador do Grupo de Investigação Comunicação, Jornalismo e Espaço Público, do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, da Universidade de Coimbra